



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LETÍCIA NUNES BARCELLOS

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS  
HISTÓRICOS URBANOS.**  
EXPERIMENTO METODOLÓGICO NO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA  
LEOPOLDINA – ES

Vitória – ES

2017

LETÍCIA NUNES BARCELLOS

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS  
HISTÓRICOS URBANOS.**

EXPERIMENTO METODOLÓGICO NO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA  
LEOPOLDINA – ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e impactos no território, na linha de Pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida

Vitória – ES

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do  
Espírito Santo, ES, Brasil)

Zilda Francisca de Oliveira – CRB-6 ES-000650/0

---

B242p Barcellos, Letícia Nunes, 1988-  
Participação social na preservação de sítios históricos  
urbanos : experimento metodológico no Sítio Histórico de Santa  
Leopoldina–ES / Letícia Nunes Barcellos. – 2017.  
115 f. : il.

Orientador: Renata Hermanny de Almeida.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Participação social. 2. Patrimônio cultural – Proteção. 3.  
Gestão Urbana. 4. Sítios históricos – Santa Leopoldina (ES). I.  
Almeida, Renata Hermanny de. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

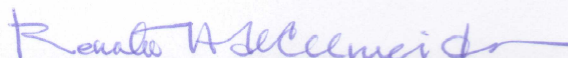
LETÍCIA NUNES BARCELLOS

“PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS  
HISTÓRICOS URBANOS. EXPERIMENTO METODOLÓGICO NO  
SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA – ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito  
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 28 de junho de 2017.

Comissão Examinadora



---

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida  
(orientadora – PPGAU/UFES)



---

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda  
(membro interno – PPGAU/UFES)



---

Profa. Dra. Marcia Prezotti Palassi  
(membro externo – PPGADM/UFES)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, irmãos e família, pelo apoio e amor de sempre;

À professora Renata Hermanny de Almeida, orientadora desde o projeto de graduação e grande inspiração no amor ao patrimônio e na busca do conhecimento, orientadora desde as primeiras inquietações que resultaram neste trabalho;

Às professoras Clara Luiza Miranda e Márcia Prezotti Palassi pela disponibilidade em participar do trabalho e por toda contribuição em seu desenvolvimento;

À Paróquia Divino Espírito Santo e à todas as pessoas de Santa Leopoldina que participaram e contribuíram de forma indispensável para a realização deste trabalho.

O que acontece em uma cidade pode ser comparado ao jogo de cartas. O jogo urbano se joga sobre um sítio determinado que é a sua “mesa”. Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertençam. Há os políticos, técnicos e funcionários que representam o GOVERNO. Aqui, é preciso distinguir de que nível de governo se trata, pois sobre as cidades intervêm agentes federais, estaduais e municipais. Existem as EMPRESAS que agem através de investimentos na indústria, no comércio e nos serviços, com especial destaque para o capital ligado aos ramos imobiliários e da construção civil, cujas ações têm reflexos diretos no meio urbano. Por fim, entra a POPULAÇÃO, fragmentada nos mais diversos grupos (vizinhança, filiação política e religiosa, profissão, parentesco, afinidades...).

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988)

## RESUMO

Este trabalho se insere nos estudos que tratam da participação social nas políticas públicas, especificamente relacionado à preservação de sítios históricos urbanos no Brasil. A participação social nas políticas públicas é tema cada vez mais estudado e discutido, num momento de crise do modelo de representação política em curso nos contextos nacional e internacional, com desconfiança por parte dos cidadãos em relação às instituições políticas tradicionais e ao esvaziamento dos partidos políticos. Ao mesmo tempo, a população reivindica, cada vez mais, seu direito de participar de decisões que afetam direta ou indiretamente sua vida. No contexto da política urbana, o Estatuto da Cidade indica como diretriz da política urbana a gestão democrática da cidade, por meio da participação da população, que deve ocorrer através de órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, entre outros. Para a preservação do patrimônio, a participação social é condição indispensável, entretanto, não é efetiva na política patrimonial do Brasil. A ausência de participação acarreta consequências negativas na preservação do patrimônio. A população, em geral, não participa do processo, conhece pouco sobre o patrimônio e, por isso, não se sente comprometida, não se relaciona com o bem tombado e não lhe confere valor. Não há instrumentos para participação social definidos na política de proteção patrimonial, por isso a participação se dá de diferentes formas e com diferentes graus de envolvimento, a depender de cada projeto e de seus gestores. Nesta pesquisa, estabeleceu-se como recorte temporal a Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição Cidadã, que possibilita a criação de diversos espaços e instrumentos para participação da sociedade nas decisões relacionadas às políticas públicas. Como recorte espacial, estabelece-se o sítio histórico urbano, por ser a cidade o lugar propício ao exercício da democracia e os sítios históricos, por ser de interesse do estudo o patrimônio entendido como conjunto, e não edificações ou monumentos isolados. A pesquisa objetiva identificar estratégias para preservação de sítios históricos urbanos com participação social. Para isso, adota o sítio histórico de Santa Leopoldina, um dos cinco sítios históricos urbanos do estado do Espírito Santo, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983, como objeto concreto de experimentação de metodologia participativa visando o estabelecimento de estratégias para preservação do sítio histórico com participação social. Para isso, realiza-se revisão bibliográfica sobre a participação social, seus instrumentos e metodologias; análise do sítio histórico de Santa Leopoldina no campo urbanístico-ambiental, socioeconômico e da gestão urbana e do sítio histórico; e experimento de roteiro metodológico em Santa Leopoldina, elaborado tendo como referência principal a metodologia da Red Cimas. Como resultado da pesquisa, confirma-se a hipótese da ausência de participação social na preservação do sítio histórico da cidade, identificada tanto no processo de tombamento como no experimento do roteiro metodológico.

**Palavras-chave:** Participação social. Preservação. Gestão urbana. Instrumentos de participação social. Sítios históricos urbanos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da Feira do Ver-o-Peso em 2008, semelhante à configuração atual .....	34
Figura 2 - Configuração proposta da feira do Ver-o-Peso. ....	35
Figura 3 - Localização Santa Leopoldina .....	52
Figura 4 – Fotos da rua do comércio .....	53
Figura 5 - Estrutura Operacional do Centro Cultural Santa Leopoldina.....	57
Figura 6 – Foto da vista da Rua do Comércio em Santa Leopoldina.....	60
Figura 7 – Foto do sítio histórico de Santa Leopoldina, a partir da Igreja Matriz da Sagrada Família.....	60
Figura 8 - Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC de Santa Leopoldina.....	61
Figura 9 - Delimitação feita na resolução CEC nº 003/2010 para as áreas de Tombamento, de Vizinhança e non aedificandi de Santa Leopoldina. ....	61
Figura 10 - Localização dos imóveis tombados no Sítio Histórico de Santa Leopoldina.....	62
Figura 11 - Foto Linha do tempo.....	74
Figura 12 - Linha do tempo .....	76
Figura 13 - Legenda de relações entre os atores.....	80
Figura 14 - Legenda de relações entre os atores revisada .....	81
Figura 15 - Mapa de relações produzido pelo Grupo Motor .....	83
Figura 16 - Mapa de relações .....	84
Figura 17 – Foto do sítio histórico de Santa Leopoldina.....	85
Figura 18 - Apresentação Devoluções Criativas .....	87
Figura 19 – Foto da margem do rio, a partir da Praça da Independência.....	88
Figura 20 - Foto da placa de tombamento, afixada nos imóveis tombados do sítio histórico de Santa Leopoldina.....	102



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Oito degraus da escada da participação cidadã.....	14
Quadro 2 - Estratégias para preservação do patrimônio com a participação social identificadas nas cartas patrimoniais .....	25
Quadro 3 - Fases MPPAL-CB.....	45
Quadro 4 - Proposição de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009) .....	47
Quadro 5 - Atividades propostas no Roteiro Metodológico .....	48
Quadro 6 - Síntese Metodologias participativas .....	49
Quadro 7 - Usos dos imóveis tombados no sítio histórico de Santa Leopoldina.....	58
Quadro 8 - Roteiro Metodológico proposto pela pesquisa.....	69
Quadro 9 - Grupo Motor e Comissão do Seguimento .....	70
Quadro 10 - Matriz de perguntas e primeiras ideias, parte 1 .....	78
Quadro 11 - Matriz de perguntas e primeiras ideias, parte 2.....	79
Quadro 12 - Matriz FOFA – Parte 1 .....	90
Quadro 13 - Matriz FOFA – Parte 2 .....	91
Quadro 14 - Matriz Reflexiva – Parte 1 .....	93
Quadro 15 - Matriz Reflexiva – Parte 2 .....	94
Quadro 16 - Matriz Reflexiva – Parte 3.....	95
Quadro 17 - Roteiro metodológico experimentado.....	97
Quadro 18 - Procedência dos colonos em Santa Leopoldina em 1860 .....	98

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	13
1.1. Participação Social na Preservação do Patrimônio Urbano.....	17
1.1.1. Estratégias participativas segundo as Cartas Patrimoniais .....	17
1.1.2. A participação na política patrimonial no Brasil: a experiência do Programa Monumenta - IPHAN.....	26
1.2. Instrumentos de Participação Social na Política Urbana .....	38
2. FORMULAÇÃO DE METODOLOGIA .....	44
2.1. Metodologias de Participação Social.....	44
2.2. Sítio histórico de Santa Leopoldina .....	52
2.2.1. Campo Urbanístico Ambiental .....	62
2.2.2. Campo Socioeconômico .....	63
2.2.3. Campo da Gestão.....	64
3. EXPERIMENTO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA NO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA.....	67
3.1. Roteiro Metodológico .....	67
3.2. Experimento da metodologia no sítio histórico de Santa Leopoldina.....	72
3.3. Avaliação do Experimento.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS .....	107
APÊNDICE A.....	111

## INTRODUÇÃO

Edificações constituintes do patrimônio histórico têm grande relevância para a sociedade seja por serem referência memorial individual e coletiva dos cidadãos; seja por serem expressão estética ou tecnológica, arquitetônica e urbanística. Sua efetiva preservação é dependente de condicionantes de diversas ordens – econômicos, políticos, sociais, técnicos, por exemplo. Dentre esses, interessa à esta pesquisa avaliar a relevância da participação social para a efetividade de ações direcionadas à preservação do patrimônio histórico.

No Brasil, o tombamento é o instrumento de salvaguarda mais conhecido e utilizado; entretanto, a sua instituição não é capaz de garantir a preservação do patrimônio. De acordo com Porta (2012), a partir da década de 2000, são instituídos marcos de uma nova política de preservação do patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Um desses marcos é o Programa Monumenta, que, segundo Bonduki (2010), representa um avanço em relação à política de preservação do patrimônio desenvolvida no país até então.

Nesse programa, o planejamento das intervenções se dá a partir da construção pactuada de uma estratégia de ação pressupondo o desenvolvimento local. O programa realiza, entre 2000 e 2012, intervenções na perspectiva de gerar impactos econômicos, urbanos, sociais e culturais, de forma a garantir a sustentabilidade do processo de preservação. O patrimônio, além de ser protegido, deve ser incorporado à vida cotidiana da cidade.

Segundo relatórios do IPHAN, incorporar e institucionalizar a participação social na preservação do patrimônio é, além de um desafio, um objetivo. A participação social é condição indispensável para a preservação do patrimônio histórico, entretanto ainda não é efetiva na política patrimonial do Brasil.

As Cartas Patrimoniais, documentos de referência para a política de preservação, tratam da necessidade de participação social para a preservação do patrimônio. Identifica-se nestes documentos seis estratégias que contribuem para a preservação do patrimônio com participação social: integração à vida social, educação patrimonial, participação social, informação, descentralização da preservação e integração da preservação ao planejamento urbano.

Neste contexto, a população é o principal agente protetor do patrimônio, mas, historicamente, no Brasil, na maioria dos casos, é excluída do processo de tombamento, além de ter pouco conhecimento a respeito do assunto. Como consequência, não se sente comprometida, não se relaciona com o bem tombado e não confere valor ao mesmo.

Trata-se, neste trabalho, do sítio histórico urbano, tal como definido na Carta de Petrópolis de 1987, como parte integrante do contexto urbano e em processo de transformação. Para tratar da participação social, o recorte do urbano justifica-se por ser a cidade o lugar propício ao exercício da democracia. Além disso, pretende-se tratar de sítios históricos por ser interesse do estudo o patrimônio entendido como conjunto, e não edificações ou monumentos isolados.

A discussão da participação social na proteção do patrimônio abrange diversas áreas de conhecimento com diferentes enfoques. No campo do Direito, por exemplo, o assunto é tratado no contexto do direito à cultura e sua previsão no ordenamento jurídico brasileiro. No campo da Arquitetura e Urbanismo, analisa-se a participação social em casos específicos de reabilitação e requalificação de centros históricos pelo país, e a participação social é tema amplamente discutido, ao se tratar de planejamento urbano.

Além disso, a participação social nas políticas públicas é um tema cada vez mais estudado e discutido, num momento de crise do modelo de representação política, presente no contexto nacional e internacional, com desconfiança por parte dos cidadãos em relação às instituições políticas tradicionais e ao esvaziamento dos partidos políticos. Ao mesmo tempo, a população reivindica, cada vez mais, seu direito de participar das decisões que afetam direta ou indiretamente sua vida.

A participação é fundamental na consolidação e amadurecimento da democracia e, no Brasil, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Orçamentos Participativos são referências centrais de experiências participativas.

O objetivo geral deste trabalho é identificar estratégias para preservação de sítios históricos urbanos com a participação social, com experimento de metodologia participativa no sítio histórico de Santa Leopoldina. Como objetivos específicos, pretende-se analisar as Cartas Patrimoniais, documentos de referência para a política de preservação, com o objetivo de observar a relevância da participação social ao longo da história e identificar as estratégias para preservação de sítios históricos urbanos com a participação social presentes nestes documentos. Também, analisa-se a política patrimonial do Brasil, a partir de 1988, tendo como marco a Constituição Federal, observando-se em que medida a participação social preconizada pelas Cartas Patrimoniais se efetiva na política nacional de preservação. Os principais programas do IPHAN são o Programa Monumenta, representativo da atuação da instituição, na década de 1990, e que tem suas últimas obras encerradas em 2012; e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, em andamento.

Numa aproximação com a realidade do estado do Espírito Santo, onde são cinco os sítios históricos tombados em nível estadual, pelo Conselho Estadual de Cultura – CEC (Porto de São Mateus, tombado em 1976; sítio histórico de Santa Leopoldina, tombado em 1983; sítio

histórico de São Pedro do Itabapoana, tombado em 1986; sítio histórico de Muqui, tombado em 2012 e sítio histórico de Itapina, tombado em 2013), realiza-se um estudo do sítio histórico de Santa Leopoldina, analisando em que medida há participação social nos processos de tombamento, além do estudo da cidade no campo urbanístico ambiental, socioeconômico e no campo da gestão.

As hipóteses consideradas no trabalho são que não existe na política patrimonial brasileira instrumentos de participação social e que tal ausência se reflete na preservação do patrimônio urbano. Por associação, outra hipótese é de que como não há instrumentos para participação social definidos na política de proteção patrimonial, a participação se dá de diferentes formas e com diferentes graus de envolvimento a depender de cada projeto, seus gestores e da população do local em questão.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho contempla investigação bibliográfica a partir de documentos de referência da política patrimonial e dos programas do IPHAN, e estudos relativos aos instrumentos de participação social do Estatuto da Cidade. Em relação ao sítio histórico de Santa Leopoldina, analisa-se o processo de tombamento, a resolução que o regulamenta e a resolução que trata das diretrizes para intervenção na Área de Proteção do Ambiente Cultural do Sítio e do Plano Diretor Municipal.

Para elaboração do roteiro metodológico participativo, para experimento no sítio histórico de Santa Leopoldina, utiliza-se como referência principal a metodologia desenvolvida e aplicada pela Red CIMAS, apresentada no item 2.1 deste trabalho. Adota-se, como referência principal para a elaboração do roteiro metodológico, o Manual Metodologias Participativas da Red Cimas, por este ter sido desenvolvido a partir da experiência de mais de dez anos da atuação dos profissionais da rede e, além disso, por este manual apresentar diversas possibilidades de atividades participativas para cada uma das fases do processo participativo, sendo possível selecionar, a princípio, as atividades mais adequadas ao lugar e ao tema e fazer as adaptações necessárias ao caso específico.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se revisão bibliográfica sobre o tema da participação social, com temas específicos abordados nos subcapítulos. Inicialmente, analisa-se a participação social na preservação do patrimônio urbano, e, para isso, são analisadas as Cartas Patrimoniais, em que se identificam as estratégias para preservação do patrimônio com participação social recomendadas. Em seguida, analisa-se a participação social na preservação no Brasil, por meio de revisão bibliográfica a respeito de intervenções nos centros urbanos do país e dos principais programas e da política de preservação do IPHAN. Além disso, apresentam-se dois casos de intervenções realizadas no Brasil, nas cidades de Porto Alegre e Belém, buscando-se

destacar a relevância da participação social nestes processos. Por fim, no subcapítulo seguinte, apresentam-se instrumentos de participação social na política urbana brasileira, com análise do que preconiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade.

No segundo capítulo, apresentam-se as principais informações que dão subsídio à elaboração do roteiro metodológico a ser experimentado em Santa Leopoldina. Faz-se o estudo de metodologias de outros campos de conhecimento e também de grupos internacionais de pesquisa. No subcapítulo seguinte, apresenta-se o sítio histórico de Santa Leopoldina, local escolhido para a experimentação da metodologia formulada, que é apresentado em relação ao campo urbanístico ambiental, socioeconômico e da gestão.

No último capítulo deste trabalho, apresenta-se o experimento da metodologia participativa no sítio histórico de Santa Leopoldina. Apresenta-se o roteiro metodológico proposto, com descrição das atividades e dos grupos envolvidos; o experimento da metodologia propriamente dito, com a descrição de como se dão as atividades; e, por último, avalia-se o experimento realizado.

## 1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, apresenta-se revisão bibliográfica sobre o tema da participação social, com temas específicos abordados nos subcapítulos. Primeiro, analisa-se a participação social na preservação do patrimônio urbano e, para isso, são analisadas as Cartas Patrimoniais, em que se identificam as estratégias para a preservação do patrimônio com participação social recomendadas. Em seguida, analisa-se a participação social na preservação do patrimônio no Brasil, por meio de revisão bibliográfica a respeito de intervenções nos centros urbanos do país e dos principais programas e da política de preservação do IPHAN. Além disso, apresentam-se dois casos de intervenções realizadas, nas cidades de Porto Alegre e Belém, buscando-se destacar a relevância da participação social nestes processos. Por fim, no subcapítulo seguinte, apresentam-se instrumentos de participação social na política urbana brasileira, com análise do que preconiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade.

A participação social, tema desta pesquisa, é estudada por diversos autores e um panorama geral sobre o assunto, principalmente no que diz respeito às formas de participação no Brasil, é apresentado a seguir.

Para Arnstein (1969), pesquisadora americana que desenvolve um modelo que denomina “escada para participação cidadã”, a participação cidadã constitui um sinônimo de poder cidadão. Participação significa redistribuição de poder. Sendo assim, sem que haja, efetivamente, redistribuição de poder, processos participativos são vazios e frustrantes para os grupos envolvidos que não podem participar efetivamente das decisões. “A participação sem redistribuição de poder permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns. A participação vazia mantém o status quo” (ARNSTEIN, 1969, p. 2).

Os oito degraus para participação propostos pela autora são apresentados no Quadro 1. Os oito degraus são ainda agrupados em três níveis. Os dois primeiros degraus compõem o nível de “Não-participação”, são eles: manipulação e terapia. O segundo nível definido pela autora são os “Níveis de concessão mínima de poder”, composto pelos degraus da informação, consulta e pacificação. O último nível são os “Níveis de poder cidadão”, em que há efetivamente transferência de poder para a população. Neste nível estão os degraus da parceria, delegação de poder e, por último, controle cidadão.

Quadro 1 - Oito degraus da escada da participação cidadã

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: ARNSTEIN (1969)

A autora apresenta características que ilustram cada um dos oito degraus da participação definidos, mas enfatiza que uma mesma característica pode ser utilizada para diversos níveis.

Por exemplo, a contratação de sem-nada em um programa público ou em um conselho consultivo pode acontecer em qualquer um dos oito níveis, e pode representar tanto um caso de participação legítima como um caso de cooptação. Dependendo de sua motivação, os poderosos podem contratar pessoas pobres para cooptá-las, para pacificá-las ou para aproveitar melhor as habilidades e os conhecimentos específicos dos sem-nada. (ARNSTEIN, 1969, p. 4)

É o que acontece, por exemplo, com os instrumentos do Estatuto da Cidade. Audiências públicas, enquadram-se como consulta pela autora, quarto degrau da escada de participação, no campo “Níveis de concessão mínima de poder”, mas, de acordo com a condução da audiência e com as informações disponibilizadas para a população para a tomada de decisão, o instrumento pode se enquadrar até mesmo no primeiro degrau da escada, a manipulação, enquadrada na “Não-participação”.

Avritzer (2010) apresenta os avanços relativos à participação social nas políticas públicas no Brasil decorrentes da Constituição Federal de 1988 e mesmo de seu processo de elaboração, quando são criadas formas híbridas de participação, como conselhos de políticas públicas com participação da sociedade civil e do Estado em áreas como saúde, assistência social, meio ambiente e criança e adolescente. Legado disso é a existência de mais de 10 mil conselhos e um número de conselheiros maior que o de vereadores no país. Mas é necessário analisar a atuação propriamente dita de cada conselho, no sentido de verificar em função de quais interesses atuam os conselheiros. O interesse público deve, sempre, prevalecer.

Além dos conselhos, outro instrumento de participação importante, destacado pelo autor, é o orçamento participativo, cuja criação não é decorrência direta da Constituição Federal de 1988. Avritzer observa que governos que adotam o orçamento participativo têm grande



continuidade administrativa, ou seja, prefeitos são reeleitos ou elegem seus sucessores, o que pode demonstrar a aprovação do processo por parte da população.

Um conselho importante para este estudo, apresentado por Avritzer, é o Conselho das Cidades, criado em 2004 de maneira articulada com a realização de Conferências das Cidades.

O principal avanço na área das cidades foi a estruturação de um sistema de participação nas políticas urbanas. Essa estrutura organiza as políticas urbanas nos três níveis de governo e poderá ser utilizada para a implantação de políticas de redução da desigualdade urbana. (AVRITZER, 2010, p. 44)

Segundo Moroni (2010), entre os anos 1970 e 1980, os movimentos sociais discutem a questão da democratização do Estado pois julgam que a democracia participativa, tal como concebida tradicionalmente, com um único momento de efetiva participação, o processo eleitoral, “não é suficiente para a complexidade da sociedade moderna e da multiplicidade dos sujeitos políticos e seus interesses legítimos” (MORONI, 2010, p. 109). Dessa forma, torna-se necessária a criação de mecanismos que possibilitem a participação social efetiva.

Moroni defende a democracia participativa não em oposição à democracia representativa, e sim como forma de ampliação da democracia. Além disso, o autor destaca a necessidade de regras definidas e claras nos processos de participação:

A construção da democracia nos impõe vigilância permanente e constante no sentido de criar **mecanismos institucionais de participação com regras definidas e claras**, que equacionem as pressões das maiorias sobre as minorias, ou das minorias ativas contra maiorias passivas. Nesse sentido, esses espaços devem ter estratégias claras e eficazes com vistas a incorporar indivíduos ou grupos sociais alheios à participação – os chamados “desiludidos” da vida social. (MORONI, 2010, p.116, grifo nosso)

Moroni apresenta como desafios a se enfrentar, em nome da participação:

- resgatar o papel político dos conselhos. Os conselhos ainda são mecanismos, não os únicos, de participação. Porém, não como se apresentam hoje, em sua maioria sem espaço para o debate político, a deliberação e o controle social, caracterizando-se como espaços formais ou de faz de conta de participação. Isso reflete a maneira como são escolhidos os representantes da sociedade civil, mas como representação de interesses da sua organização. Sem falar que, em muitos casos, os processos de eleição desta representação não ficam em nada devendo aos métodos tão criticados na democracia representativa;
- resgatar o papel da mobilização social das conferências. As conferências foram pensadas com um espaço ampliado dos conselhos, nas quais se envolveriam outros sujeitos políticos e de diálogo com a população que não participa em organização e movimentos. Resgatar esse papel significa ter estratégias políticas de mobilização e comunicação com a população de modo geral; [...]. (MORONI, 2010, p.138-139)

Santos (2002) apresenta um outro importante instrumento de participação social brasileiro, o orçamento participativo, considerado pelo autor a experiência mais avançada de democracia participativa no país.

Na contramão das tendências dominantes, as políticas de orçamento participativo permitem fortalecer os direitos de cidadania e resgatar a importância do espaço político e o significado dos interesses públicos, e dão início a um processo de reforma radical do Estado centrada numa esfera pública renovada – **nem estatal, nem privada: pública**. Aponta-se para um processo paralelo de socialização do poder e da política e de estreitamento da dicotomia governantes/governados [...]. (SANTOS, 2002, p. 670, grifo nosso)

De acordo com Santos, na experiência de orçamento participativo de Porto Alegre, ocorre uma baixa participação inicial, reflexo da inexistência de uma cultura política preexistente de que o orçamento participativo pudesse se valer. A dinâmica do processo, com o tempo, acaba mobilizando setores cada vez mais amplos da população, especialmente das camadas mais pobres, cujas demandas estavam reprimidas.

[...] Pesquisas demonstram que a realização de suas decisões foi a razão mais importante que levou as pessoas a participar das reuniões do orçamento participativo. Ou seja, foi essa forma de democracia direta a responsável pela realização das demandas populares e pela ampliação da legitimidade dos governos. Uma percentagem bastante menor – 15% - justifica sua participação porque considera que se trata de um valor político que deve ser cultivado, revelando consciência cidadã, independentemente dos seus resultados. (SANTOS, 2002, p.672-673)

Observa-se a existência de instrumentos para a participação social, como os conselhos, conferências e orçamento participativo. Mas para que tais instrumentos possibilitem efetivamente a participação social nas políticas públicas é necessário à população estar atenta e participar efetivamente na busca pelo interesse público. As novas tecnologias, com a abertura de novos canais para participação, possibilitam o acompanhamento das decisões tomadas e também a cobrança de ações por parte do poder público.

## 1.1. Participação Social na Preservação do Patrimônio Urbano

Neste subcapítulo analisa-se a participação social na preservação do patrimônio urbano e, para isso, são analisadas as Cartas Patrimoniais, em que se identificam as estratégias para preservação do patrimônio com participação social recomendadas. Em seguida, analisa-se a participação social na preservação do patrimônio no Brasil, por meio de revisão bibliográfica a respeito de intervenções nos centros urbanos do país e dos principais programas e da política de preservação do IPHAN. Além disso, apresentam-se dois casos de intervenções realizadas, nas cidades de Porto Alegre e Belém, buscando-se destacar a relevância da participação social nestes processos.

### 1.1.1. Estratégias participativas segundo as Cartas Patrimoniais

A leitura das cartas patrimoniais, documentos de referência para a elaboração de legislação e de políticas de preservação do patrimônio, deu subsídio a hipótese deste trabalho, de que a participação social é condição indispensável para a efetiva preservação do patrimônio. Com a leitura das cartas foi possível confirmar tal hipótese, pois a participação social é defendida como forma de preservação em diversos destes documentos.

Nas cartas patrimoniais identifica-se seis estratégias que contribuem para preservação do patrimônio com a participação social: integração à vida social, educação patrimonial, participação social, informação, descentralização da preservação e integração da preservação ao planejamento urbano.

A primeira das estratégias identificada nas cartas patrimoniais é a **integração à vida social**. Recomenda-se na Carta de Atenas, de 1931, “[...] que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico” (Carta de Atenas, 1931, p. 1).

A Carta de Veneza (1964) é um importante marco para a preservação do patrimônio. Segundo Choay (2001), a carta fixa o fim da fase de consagração do monumento histórico isolado. Tal pensamento remonta ao século XIX, com as ideias de Ruskin:

As ideias de Ruskin (a partir de 1850) enriqueceram o conceito de monumento histórico, fazendo que nele entrasse, de pleno direito, a arquitetura doméstica. Além disso, criticando aqueles que se interessam exclusivamente pela ‘riqueza isolada dos palácios’ sonha também com a continuidade da malha formada pelas residências mais humildes: ele é o primeiro, logo seguido por Morris, a incluir os ‘conjuntos urbanos’, da mesma forma que os edifícios isolados, no campo da herança histórica a ser preservada. (CHOAY, 2001, p. 141)

Vasconcelos (2009) explica melhor essa ampliação do conceito de monumento histórico da Carta de Veneza:

A Carta de Veneza (1964) ampliou o conceito de monumento histórico: este, não restrito a exemplos isolados, seria estendido a todo o conjunto representativo, mesmo modesto, testemunho de evoluções, civilizações ou acontecimentos históricos. O *continuum* do tecido urbano passara a ser considerado como espaço merecedor de valorização. A “era das demolições” começava a chegar ao fim. Surgiram ações integradas e simultâneas, visando à retomada de atividades econômicas, como a recuperação física dos imóveis e a fixação da população de origem no seu habitat. Embora nem sempre bem sucedida, essa atitude de reconhecimento das preexistências trouxe um novo conceito, amplamente difundido até os dias de hoje. (VASCONCELOS, 2009, p.58)

Em outro trecho da Carta de Veneza, de 1964, também se identifica a estratégia da integração do patrimônio à vida social: “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios [...]” (Carta de Veneza, 1964, p.2). O Compromisso de Brasília, de 1970, é mais específico em relação ao tipo de uso recomendado para os imóveis de valor histórico e artístico, sugerindo a “[...] utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais [...]” (Compromisso de Brasília, 1970, p. 3).

A Declaração de Amsterdã, de 1975, trata da conservação integrada do patrimônio e para a aplicação dos princípios da conservação integrada deve-se “[...] levar em conta a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 5) e atribuir às construções funções que ao mesmo tempo respeitem seu caráter e respondam às condições atuais de vida, como forma de garantir a sua sobrevivência. Os fatores sociais devem ser considerados numa política de conservação integrada, que implica a integração do patrimônio na vida social. A declaração apresenta duas escalas de valores das construções que devem ser consideradas de forma combinada para resolver os problemas sociais da conservação: o valor cultural e o valor de utilização.

As Recomendações de Nairóbi, de 1976, apresentam argumentos semelhantes na defesa da integração do patrimônio à vida social, pela necessidade de revitalização de áreas protegidas e restauradas, sendo essencial manter funções apropriadas, como o comércio e o artesanato, além de criar novas funções viáveis a longo prazo e compatíveis com o contexto econômico e social em que se inserem.

O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização

cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes. (Recomendações de Nairóbi, 1976, p. 10).

Segundo a Carta de Petrópolis (1987, p.1) “O objetivo último da preservação é a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. [...]”. A carta trata também dos usos recomendados para sítios históricos urbanos (SHU),

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência. (Carta de Petrópolis, 1987, p. 1)

Na Declaração de Sofia (1996), alerta-se sobre o perigo de destinar o patrimônio cultural apenas para as atividades turísticas e destaca-se a necessidade de levar em conta a relação entre o patrimônio e a comunidade que o herdou. A preservação deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes - preservação da ecologia social. Para isso, aponta a necessidade de se realizar “[...] estudos analíticos e inventários completos, com o objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem” (Declaração de Sofia, 1996, p. 2).

Choay (2001) também ressalta dois pontos importantes considerados nas cartas patrimoniais no que diz respeito à integração da preservação à vida social. O primeiro deles é a necessidade de os usos estarem relacionados às necessidades dos habitantes do local:

A proteção estratégica das malhas antigas e sua reapropriação pelas populações que as consomem, mas as habitam, supõem um outro caminho: o da tomada de consciência geral, seguida de uma ação que lhe seja conforme. Há muitos anos as associações de defesa orientam-se nesse sentido e opõem-se, com sucesso cada vez maior, aos projetos técnicos ou especulativos que prejudicam seus bairros [...]. (CHOAY, 2001, p.235-236).

A população local precisa estar atenta para defender a preservação de forma a melhorar sua própria qualidade de vida, e não atender apenas às necessidades de visitantes. Outro ponto destacado por Choay é a necessidade de os usos propostos para áreas preservadas serem compatíveis com a própria morfologia local:

Nunca é demais repetir a advertência de Giovannoni: os centros e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões. Vimos os perigos que seu uso cultural e turístico implicam. Eles não resistem melhor à implantação de atividades terciárias maiores, que recriam, de forma secundária, as migrações diárias, o trânsito e o consumo que lhes corresponde, cujas exigências fizeram explodir a cidade pré-industrial do século XIX. Em contrapartida, esse patrimônio urbano suporta

bem o uso residencial e a implantação de serviços de apoio (pequenas lojas, escolas, dispensários) a ele relacionados e que, desde que constituam a maioria, são compatíveis com um mínimo de atividades de pesquisa e de difusão do saber e da arte. Considerados sob esta perspectiva, centros e bairros antigos representam atualmente um recurso raro, objeto de uma demanda ao mesmo tempo social e societal. Com risco apenas de degradações superficiais, a satisfação dessa demanda favorece, da melhor forma, a causa da conservação estratégica do patrimônio urbano antigo. (CHOAY, 2001, p.236-237)

A **educação patrimonial** é outra estratégia para preservação com participação social presente nas cartas desde 1931, com a Carta de Atenas, que defende o papel da educação e o respeito aos monumentos, pois “[...] a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos [...]” (Carta de Atenas, 1931, p. 4), dessa forma recomenda aos educadores aumentar o interesse, desde a infância, pela proteção do patrimônio.

As Normas de Quito (1967) tratam de duas estratégias que contribuem para a preservação do patrimônio com a participação social, a educação patrimonial e a informação, que contribuem para a formação cívica da população. Pela carência de tal formação, há grande resistência para a revalorização do patrimônio, em função dos interesses privados e o espírito de renovação e progresso.

[...]Carentes da suficiente formação cívica para julgar o interesse social como uma expressão decantada do próprio interesse individual, incapazes de apreciar o que mais convém à comunidade a partir do remoto ponto de vista do bem público, os habitantes de uma população contagiada pela febre do progresso não podem medir as consequências dos atos de vandalismo urbanístico que realizam alegremente, com a indiferença ou a cumplicidade das autoridades locais. (Normas de Quito, 1967, p. 9).

O Compromisso de Brasília, de 1970, indica a necessidade de inclusão da educação patrimonial nos currículos escolares de nível primário, médio e superior. Da mesma forma, a Declaração de Amsterdã, de 1975, ressalta a necessidade da apreciação do patrimônio pelo público para sua sobrevivência e, para isso, os programas de educação, em todos os níveis, deveriam se preocupar com a matéria. Essa recomendação se repete nas Recomendações de Nairóbi (1976, p. 13): “O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis [...]” e na Carta de Washington (1986) que recomenda um programa de informações gerais que comece na idade escolar.

A Carta de Nova Olinda (2009) é resultado do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. As Casas do Patrimônio são um projeto do IPHAN, criado em 2007, com ações de educação patrimonial e capacitação. Uma de suas premissas básicas é a “Promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área [...]” (Carta de Nova Olinda, 2009, p. 5)

Júlio Posenato em discussão sobre a preservação do patrimônio cultural e a atuação oficial insatisfatória destaca o dever das escolas, que tomando a herança cultural como tema “propiciariam aos estudantes uma melhor formação como cidadãos, (...) ofereceriam à comunidade, sem custos, maior conhecimento de seu acervo e a oportunidade de se familiarizar com a questão da herança cultural” (POSENATO, 1997, p. 544)

A **participação social** propriamente dita é a terceira das estratégias para a preservação do patrimônio com participação social discutida nas cartas patrimoniais. Ela é identificada pela primeira vez nas Normas de Quito (1967) e, das estratégias identificadas, é a que mais se repete na leitura das cartas, presente na Declaração de Amsterdã (1975); no Manifesto de Amsterdã (1975); nas Recomendações de Nairóbi (1976); na Carta de Washington (1986); na Carta de Cabo Frio (1989); na Declaração de Sofia (1996); e na Carta de Nova Olinda (2009).

As Normas de Quito tratam da participação efetiva da população na preservação do patrimônio:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz. (Normas de Quito, 1967, p. 9).

As Normas destacam ainda a necessidade indispensável da colaboração de particulares nos planos de valorização do patrimônio, principalmente em pequenas comunidades. A Declaração de Amsterdã (1975) afirma, mais uma vez, a importância da participação social:

[...] a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões. (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4)

A declaração inova ao trazer, além de argumentos a favor da participação, recursos para que ela ocorra, indicando a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos e da realização de reuniões públicas, exposições e sondagens de opiniões. Tudo isso utilizando linguagem clara e acessível para que a população possa conhecer, discutir e apreciar as decisões relacionadas à preservação. Considera-se a participação ainda mais importante quando não se trata da restauração de monumentos, mas da reabilitação de bairros inteiros. Neste último caso, a população é mais afetada pelas intervenções e por isso precisa, ainda mais, participar.

No Manifesto de Amsterdã, de 1975, destaca-se o direito do cidadão de participar das decisões que dizem respeito a suas condições de vida, por isso, a informação, próxima estratégia a ser apresentada, precisa ser desenvolvida.

As Recomendações de Nairóbi (1976), indicam que planos e normas de salvaguarda devem ser elaborados com a maior participação possível das coletividades e populações interessadas e é necessário o estímulo à participação de diversos atores para a salvaguarda do patrimônio: autoridade pública, proprietários particulares, habitantes e usuários. Os principais meios para a cooperação recomendados são:

[...] informações adaptadas aos tipos de pessoas atinentes; pesquisas preparadas com a participação das pessoas interrogadas; criação de grupos consultivos nos órgãos de planejamento; representação dos proprietários, dos habitantes e dos usuários, a título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução. (Recomendações de Nairóbi, 1976, p. 10)

A Carta de Washington (1986) destaca a importância dos habitantes:

A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes. (Carta de Washington, 1986, p. 2)

Para que tal participação ocorra, a carta indica a necessidade de outras duas estratégias identificadas: a informação e a educação patrimonial.

A Carta de Petrópolis, de 1987, considera fundamental a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento da preservação dos sítios históricos urbanos, como forma de pleno exercício da cidadania e recomenda a realização de inventário com a participação da comunidade, o que proporciona o conhecimento do valor atribuído ao patrimônio pela comunidade e o fortalecimento de seus vínculos com o patrimônio.

A Carta de Cabo Frio (1989) considera o engajamento da comunidade como fator fundamental para o êxito da política de preservação. Segundo a Declaração de Sofia, de 1996, a participação da sociedade civil (comunidade, associações de minorias e organizações profissionais), em conjunto com as autoridades políticas e administrativas deve ser assegurada na preservação.

A Carta de Nova Olinda, de 2009, considera o estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural uma premissa básica da preservação.

Outra estratégia que contribui para a preservação do patrimônio com a participação social é a **informação**. A partir da leitura das Normas de Quito (1967), entende-se que a informação está associada à educação patrimonial e ambas contribuem para a formação cívica necessária para o interesse social pela revalorização do patrimônio como bem público.

De acordo com a Declaração de Amsterdã (1975), as informações precisam ser claras e acessíveis, pois são elas a base para as decisões que devem ser tomadas com a participação



da população. Os poderes locais devem comunicar suas experiências e instaurar uma troca constante de informações e ideias. Deve também explicar à população o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas e fornecer indicações sobre regulamentos e normas.

O Manifesto de Amsterdã, de 1975, destaca a importância da informação: “A informação do público deve ser mais desenvolvida na medida em que os cidadãos têm o direito de participar das decisões que dizem respeito a suas condições de vida” (Manifesto de Amsterdã, 1975, p. 4)

A **descentralização** é outra estratégia que se considera que contribui para a preservação do patrimônio com a participação social, na medida em que possibilita a atuação na proteção do patrimônio por instâncias municipais e até mesmo locais, o que aproxima a matéria da população.

O Compromisso de Brasília (1970) indica a necessidade de descentralização da preservação do patrimônio, pela ação de estados e municípios, junto à atuação federal, para a proteção dos bens culturais de valor nacional. E também a orientação técnica de órgãos federais aos estados e municípios para proteção dos bens culturais de valor regional. Para isso o compromisso recomenda a criação de órgãos estaduais e municipais de preservação, onde ainda não há.

O Compromisso de Salvador, de 1971, trata, mais uma vez, da necessidade da atuação estadual para preservação do patrimônio, além da necessidade de criação de legislação complementar para ampliar o conceito de visibilidade do bem tombado, para atendimento ao conceito de ambiência, e para alcançar proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.

A Declaração de Amsterdã (1975) atribui grandes responsabilidades aos poderes locais, pois, a estes, compete a maioria das decisões importantes em matéria de planejamento e por isso são particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio. Além disso considera que

A plena implementação de uma política contínua de conservação exige uma grande descentralização e o reconhecimento das culturas locais. Isso pressupõe que existam responsáveis pela conservação, em todos os níveis (centrais, regionais e locais) onde são tomadas as decisões em matéria de planejamento. (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4)

Segundo a Carta de Petrópolis (1987, p.2) “Na preservação do SHU é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais [...]”.

A última das estratégias para preservação do patrimônio com participação social identificada nas cartas patrimoniais é a **integração da preservação ao planejamento urbano**. Segundo Choay (2001), esse é um dos princípios preconizados por Giovannoni em sua doutrina de

conservação e restauração do patrimônio urbano, “[...] todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente [...]” (CHOAY, 2001, p. 200). Outro princípio de Giovannoni é a impossibilidade de isolar o monumento histórico de seu entorno:

[...] o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou ‘destacar’ um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. (CHOAY, 2001, p. 200-1)

O Compromisso de Salvador (1971) trata da integração da política de preservação ao planejamento urbano, quando recomenda que planos diretores urbanos que afetam áreas de interesse cultural contem com orientações do IPHAN e dos órgãos estaduais e municipais da área.

A Declaração de Amsterdã, de 1975, defende que:

A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 2)

[...]

O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, desde então, indispensável. (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 4)

A Carta de Machu Pichu (1977) indica que operações de conservação, restauração e reciclagem devem estar integradas ao “processo vivo de desenvolvimento urbano”, como forma de financiar a operação.

Segundo a Carta de Petrópolis (1987, p. 2) “A preservação do SHU deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado nos conhecimentos dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço”.

No Quadro 2 apresenta-se um resumo das estratégias para preservação do patrimônio com a participação social, a partir da leitura das cartas patrimoniais.

Quadro 2 - Estratégias para preservação do patrimônio com a participação social identificadas nas cartas patrimoniais

Estratégia para preservação com participação social	Integração à vida social	Educação patrimonial	Participação social	Informação	Descentralização	Integração ao Planejamento urbano
Carta de Atenas (1931)	X	X				
Carta de Veneza (1964)	X					
Normas de Quito (1967)		X	X	X		
Compromisso de Brasília (1970)	X	X			X	
Compromisso de Salvador (1971)					X	X
Declaração de Amsterdã (1975)	X	X	X	X	X	X
Manifesto de Amsterdã (1975)			X	X		
Recomendações de Nairóbi (1976)	X	X	X			X
Carta de Machu Pichu (1977)						X
Carta de Washington (1986)		X	X			
Carta de Petrópolis (1987)	X		X		X	X
Carta de Cabo Frio (1989)			X			
Declaração de Sofia (1996)	X		X			
Carta de Nova Olinda (2009)		X	X			

Fonte: elaborado pela autora

A partir de tal leitura e do Quadro 2 apresentado acima, observa-se, como descrito anteriormente, que a estratégia da participação social propriamente dita foi a que mais se repetiu nos documentos, sendo abordado em nove deles. Além disso, observa-se que na Declaração de Amsterdã de 1975 todas as estratégias identificadas são descritas, o que torna este um documento importante para referência quando se trata da participação social na preservação do patrimônio.

### 1.1.2. A participação na política patrimonial no Brasil: a experiência do Programa Monumenta - IPHAN

Neste subcapítulo analisa-se a participação social na preservação do patrimônio no Brasil, por meio de revisão bibliográfica a respeito de intervenções nos centros urbanos do país e dos principais programas e da política de preservação do IPHAN. Além disso, apresentam-se dois casos de intervenções realizadas, nas cidades de Porto Alegre e Belém, buscando-se destacar a relevância da participação social nestes processos.

Castilho e Vargas (2009) analisam intervenções em centros urbanos e as classificam por período. O período entre 1970 e 1990 é caracterizado como “A preservação urbana”, segundo elas, nessa fase privilegia-se a preservação urbana

[...] ao incorporar os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nos centros, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes. [...] A preservação de edifícios históricos estava presente no discurso de intelectuais, da elite cultural e da população local, interessada em resguardar suas conquistas e os elementos afetivos que delas faziam parte. (CASTILHO e VARGAS, 2009, p. 17)

Na década de 1970, as autoras destacam alguns programas americanos que integram princípios de gestão compartilhada: *Main Street Program* (MSP) e *Business Improvement District* (BID). Surgem organizações de ruas ou distritos, com ênfase nos procedimentos de gestão, onde há intenso relacionamento entre “empreendedores, gestores urbanos e comissões de cidadãos e pequenos proprietários envolvidos com o centro” (p. 27).

As autoras destacam a necessidade de integração do patrimônio à vida social; para elas o congelamento do passado como fundamento das políticas de preservação é um mito, em função da permanente dinâmica e mutação dos centros históricos. Além disso, consideram que a “preservação da história será muito limitada para a cidade como um todo se as intervenções nos centros forem somente físicas e direcionadas ao turismo” (VARGAS e CASTILHO, 2009, p.30).

Sobre a política de preservação no Brasil, neste período, as autoras observam mudanças em relação ao período anterior:

Entre as décadas de 1970 e 1990, [...] a política do patrimônio no Brasil ampliou a possibilidade de apropriação pelos diversos segmentos populares da sociedade. Essa medida visava alterar a postura anterior quando identificou a sociedade como a autêntica agente de processo de construção da nação por meio de sua história. Essa iniciativa conferiu, na forma de diretrizes, uma visão mais democrática ao processo de preservação, considerando a revisão e aplicação do tombamento, que passou a incidir nos espaços que abrigavam rituais, festas, enfim, atividades vivas e em constante transformação. (CASTILHO e VARGAS, 2009, p. 30-31)

Sobre o período mais recente de intervenções classificado por Castilho e Vargas (2009), a Reinvenção Urbana (1980 – 2000), as autoras afirmam que, diferentemente de períodos anteriores, o cidadão não é mais a razão do urbanismo ou da intervenção nos centros históricos, que passam a ser direcionados à população flutuante.

Em resumo, uma conclusão desses processos indica que grande parte das intervenções urbanas tem estado distante das demandas locais. Estas deveriam ser definidas mediante a discussão do diagnóstico, considerando uma base de dados bem elaborada e competentemente avaliada. As demandas locais e seu atendimento teriam de estar na base da política de city marketing e refletir a veracidade de suas estruturas. Se assim acontecesse, talvez todo o aparato de cenografias e de reinvenção do urbano não fosse necessário. A ausência da capacidade técnica para agir nesse novo momento, o desinteresse público e a desconsideração do caráter de processo e suas constates reavaliações tendem a enfraquecer as intervenções urbanas na busca dos devidos resultados. A mudança percebida do estágio de intervenções urbanas que partiam exclusivamente de um grande projeto arquitetônico para um processo de gestão do espaço urbano, comandado principalmente pela sociedade civil, parece apontar para caminhos mais promissores a serem tentados. (CASTILHO E VARGAS, 2009, p. 47-48)

Na política nacional de preservação, de acordo com Porta (2012), a partir da década de 2000 são instituídos os marcos de uma nova política de patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Um desses marcos é o Programa Monumenta que, segundo Bonduki (2010), representa um avanço em relação à política de preservação do patrimônio desenvolvida no país até então.

Neste programa, o planejamento das intervenções se dá a partir da construção pactuada de uma estratégia de ação pressupondo o desenvolvimento local. O programa realiza intervenções na perspectiva de gerar impactos econômicos, urbanos, sociais e culturais, de forma a garantir a sustentabilidade do processo de preservação. O patrimônio, além de ser protegido, deve ser incorporado à vida cotidiana da cidade.

Bonduki (2010) analisa diversas intervenções urbanas realizadas no âmbito do Programa Monumenta:

Estas intervenções desempenham um papel estratégico para os núcleos históricos, tanto no que se refere à melhoria da qualidade de vida urbana de seus moradores e usuários, como em relação à criação de novas condições econômicas capazes de gerar um desenvolvimento local. Ambas as características são importantes para a sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico. Cumprem ainda um papel essencial na mudança da imagem da cidade, fazendo com que a população passe a enxergar a relação entre as políticas de preservação e a sua vida cotidiana e não apenas como a restauração de edifícios históricos. É uma forma muito eficaz de ampliar a consciência cidadã sobre a necessidade de preservação e de criar um ambiente local favorável à proteção do patrimônio. (BONDUKI, 2010, p. 12)

Bonduki (2010) analisa o Programa Monumenta a partir de sua concepção, em 1995, até 2010. Segundo o autor “não é um programa tradicional de restauração de edifícios e sítios

urbanos protegidos” (Bonduki, 2010, p. 10). O programa pretende criar bases concretas para permitir o desenvolvimento associado à preservação e ao respeito ao patrimônio, que deve ser protegido e incorporado à vida urbana. Além de preservar os sítios urbanos históricos e culturais, os objetivos do programa são:

[...] fomentar o conhecimento e a apreciação das populações brasileiras acerca de seu patrimônio, aperfeiçoar a gestão voltada para a preservação do patrimônio e, sobretudo, fomentar o uso econômico, cultural e social das áreas restauradas. (BONDUKI, 2010, p. 41).

Uma grande contribuição do Programa Monumenta é a superação da ideia de que edificações do patrimônio histórico devem servir exclusivamente a usos turísticos e culturais. Essa é uma das indicações no início da formulação do programa, mas, ao longo de seu desenvolvimento, essa perspectiva é revista e o programa destina bens preservados para usos comuns e úteis para a população local, como habitação social, mercados públicos, áreas de lazer, entre outros.

O Programa Monumenta tem atuação em 26 núcleos históricos com tombamento federal, dentre os 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal existentes. O contexto do programa, segundo Bonduki, é de ausência de consciência patrimonial, por parte de proprietários de imóveis, autoridades locais, empresários e mão de obra da construção civil.

A população, de uma maneira geral, revelava falta de conhecimento da história e da importância da manutenção e preservação do patrimônio imóvel, conforme se verificou por meio de pesquisa, de âmbito nacional, realizada pelo MinC em 15 regiões, 21 cidades e 1800 famílias. Na população de baixa renda e escolaridade, o nível de conhecimento era mínimo. (BONDUKI, 2010, p. 37)

Uma das diretrizes do Programa Monumenta é a descentralização da gestão, o município passa a ser o grande responsável pela gestão do patrimônio. Os municípios são designados subexecutores do programa, pela criação de Unidades de Execução do Projeto (UEP). Para elaboração dos projetos, desenvolve-se um processo técnico e participativo, que resulta no “Perfil do Projeto”, onde indica-se a estratégia da intervenção, os principais problemas e indicação de soluções, projetos a serem desenvolvidos e seus impactos ambientais, sociais e econômicos.

Infelizmente, segundo Bonduki, em muitos casos, a UEP fica isolada dos demais órgãos da administração municipal, apesar de estar subordinada a ela. Assim, não é criada uma estrutura permanente para gestão do patrimônio e, com a finalização do programa, as UEPs são extintas sem que sua experiência seja absorvida por outro órgão.

O Perfil do Projeto, segundo Bonduki (2010, p. 45), “[...] deveria ser desenvolvido a partir de um processo participativo, que reunisse diferentes segmentos da comunidade local [...]”. A

metodologia adotada para tal processo é o método alemão ZOPP, voltado para estimular a participação da sociedade.

Segundo Pedro Taddei, coordenador do programa entre 1996 e 2002, a qualidade das oficinas ZOPP foi bastante heterogênea, com o envolvimento da sociedade e o resultado final variando de acordo com o município. O processo foi inovador, representando, até o momento, a experiência mais abrangente de participação social em um programa de preservação que ocorreu no país. A proposta pode ser inserida no recente ciclo de planejamento participativo que foi desenvolvido após a Constituinte de 1988. (BONDUKI, 2010, p. 45)

Apesar dos resultados variáveis, Bonduki considera o processo participativo relevante, pois a mobilização da sociedade contribui para a ampliação da consciência sobre a necessidade de preservação, “[...] que passou a ser vista, pelos que se envolveram no processo, não como uma limitação, mas como um potencial do desenvolvimento local” (BONDUKI, 2010, p. 45).

O autor também apresenta problemas do processo participativo, que, em função do longo intervalo entre as oficinas ZOPP e a realização das intervenções, ficou desacreditado pela população. Outro problema é a metodologia participativa ser restrita ao momento de definição do Perfil do Projeto, e não ter tido continuidade na implementação do programa.

Bonduki (2010) aponta que a formação de um conselho gestor em nível local, poderia ter exercido um papel relevante na implementação e gestão dos projetos, pela mediação para resolução de questões que aparecem ao longo da implementação dos projetos e geram conflitos de interesse.

O Programa Monumenta se desdobra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, programa iniciado em 2007 e ainda em andamento, que tem, para Bonduki (2010), como principal possibilidade, a articulação da preservação do patrimônio com as demais políticas públicas urbanas e sociais. Essa necessidade de articulação é um dos apontamentos da trajetória do Monumenta.

Apenas assim se garante diversidade de usos e classes sociais, elemento indispensável para a efetiva preservação cultural desses sítios, mantendo-se não só o cenário de um ambiente histórico, mas uma trama na qual o patrimônio urbano e arquitetônico se enlaça a uma complexa rede de relações sociais, antropológicas e culturais, cuja imaterialidade é a própria alma das cidades. (BONDUKI, 2010, p. 364)

Bonduki (2010) apresenta sua visão a respeito do PAC das Cidades Históricas:

[...] O novo programa concebe o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante do desenvolvimento local, contribuindo para o ordenamento territorial, melhoria de qualidade de vida e fomento às cadeias produtivas, em especial, as vinculadas a atividades produtivas tradicionais. Abordando o patrimônio como algo intrínseco à dinâmica urbana, propõe-se a enfrentar o subaproveitamento do seu potencial econômico e simbólico de modo associado à geração de renda e empregos e à afirmação de identidades. (BONDUKI, 2010, p. 368)

Porta (2012) apresenta as quatro diretrizes gerais da política de preservação do IPHAN: participação social; reinserção dos bens protegidos na dinâmica social; qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais; e promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural.

No que diz respeito a participação social, a autora destaca o fato de a preservação não ser atribuição exclusiva dos órgãos institucionais, em função da extensão do patrimônio cultural do país. Sendo assim, a colaboração da comunidade passa a ser bastante valorizada pelo IPHAN, entre os anos 2000 e 2010. “Hoje ela é entendida como a principal diretriz orientadora da ação do instituto, aquela que deve ser perseguida com tenacidade, pois é determinante para a eficácia de qualquer ação de preservação” (PORTA, 2012, p. 15).

Porta apresenta os principais aspectos em que é importante a colaboração da comunidade:

1. identificação do patrimônio a ser conhecido e preservado;
2. fiscalização da conservação e do uso conferido ao patrimônio;
3. aporte de conhecimento;
4. contribuição para a formulação de ações pelos órgãos de preservação;
5. apresentação de projetos de preservação a serem apoiados com recursos públicos. (PORTA, 2012, p. 16):

O primeiro passo para ampliar a participação da sociedade, segundo Porta, é a difusão de conhecimento e informação, que deve ocorrer por diversos meios, de acordo com a comunidade que se quer atingir. A educação patrimonial, outro instrumento de informação, está sempre em pauta no IPHAN.

O instituto busca o estabelecimento de canais permanentes de participação social, entretanto não dispõe de um modelo estabelecido e o órgão busca a construção de instrumentos de participação social. Para Porta, o trabalho de conscientização da população e de gestores públicos está dando resultados:

A presença do patrimônio cultural está deixando de ser vista por seus gestores como um problema ou um entrave. Em muitas cidades o patrimônio já alcançou destaque na administração municipal, entendido como oportunidade de desenvolvimento. Isso se deve à ampliação e à diversificação, nos últimos anos, dos instrumentos e recursos para sua preservação e promoção. [...] É notável que as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural têm contado com a presença de prefeitos que vêm manifestar o apoio ao tombamento ou registro do patrimônio de sua cidade. Frequentemente, são as próprias prefeituras que solicitam a abertura dos processos de tombamento federal, cientes das oportunidades que a valorização do patrimônio pode gerar. (PORTA, 2012, p.21)

Um dos avanços apontados por Porta é a presença do IPHAN em todos os estados, o que só se torna realidade em 2009, quando “[...] a rede de superintendências foi completada, com a instalação de sedes em todos os estados” (PORTA, 2012, p.91). Essa presença permite uma maior aproximação da população.



Um dos desafios da política de preservação é, segundo Porta (2012, p. 224) “Elaboração de um modelo de gestão das cidades históricas capaz de associar preservação, desenvolvimento e qualidade de vida”. Para a autora o envolvimento social é o maior avanço da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural e é também o maior desafio para o futuro.

A partir da análise dos programas e da política de preservação do IPHAN percebe-se que a necessidade de participação social faz parte do discurso da preservação do patrimônio no Brasil. No entanto, é quando se busca colocar tal participação social em prática que começam os desafios, em função da complexidade da questão. Para que haja participação social é necessário amadurecimento das equipes que trabalham na elaboração de políticas e projetos, e também dos próprios cidadãos.

A seguir, são apresentadas intervenções realizadas em duas cidades brasileiras e o contexto social em que elas ocorrem. Opta-se por apresentar a cidade de Porto Alegre, uma das 26 cidades contempladas pelo Programa Monumenta e que tem tradição em processos participativos. A outra cidade apresentada é Belém, que também desenvolve projetos do Monumenta e atualmente projetos do PAC das Cidades Históricas de requalificação do Mercado do Ver-o-Peso, que causam discussão e polêmica na cidade.

- Porto Alegre

O Programa Monumenta em Porto Alegre tem atuação a partir de 2001 e é um desdobramento da política de reabilitação do centro histórico, articulada ao planejamento territorial, em desenvolvimento no município desde o início dos anos 1990.

Para Bonduki (2010), esse panorama, anterior ao Monumenta, possibilita uma maior apropriação do núcleo histórico pela população, afastando gradativamente a imagem negativa do centro. Ao longo dos anos 1980, a sociedade mobiliza-se em defesa do patrimônio, garantindo a preservação de edifícios representativos da memória da cidade. A mobilização é marcada pela resistência contra a demolição da Usina do Gasômetro e do Mercado Público e pela transformação do antigo Hotel Majestic na Casa de Cultura Mário Quintana. Porto Alegre é uma cidade reconhecida por seus processos participativos e, a partir de 1989, consolida-se a ideia de que a cidade deve cuidar dos seus espaços públicos e monumentos históricos, cabendo à municipalidade uma ação articulada e intersetorial em relação ao patrimônio. Bicca (2009) descreve esse processo anterior ao Monumenta:

Já bastante desfigurada por haver perdido boa parte do seu patrimônio, Porto Alegre, nas últimas décadas do século XX, viu crescerem as iniciativas em favor da preservação do seu Centro Histórico. Essas iniciativas garantiram a permanência de importantes exemplares da arquitetura pública e de um menor número de edificações particulares. Contribuíram para tanto a oposição corajosa dos pioneiros preservacionistas, as campanhas públicas,

os inventários do patrimônio municipal iniciados em 1971, a organização dos serviços estadual e municipal de patrimônio e os tombamentos, entre outros. (BICCA, 2009, p. 136)

A prefeitura municipal lança, em 1996, o Projeto Corredor Cultural da Rua da Praia e, em 1998, o Projeto Revitalização do Centro. Tais projetos apresentam repercussão simbólica e prática.

Com o objetivo de revalorizar o Centro, o projeto reuniu em vários foros as representações das entidades relacionadas à área para discutir a problemática do Centro e suas múltiplas vertentes e propor um conjunto articulado de iniciativas. Dessa forma, teve início a concepção de que cabe à municipalidade uma ação conjunta, coordenada e diferenciada em relação ao patrimônio da área central, embrião do seu tratamento como Centro Histórico. Por meio dessas discussões, a população e o empresariado também começaram a se apropriar da ideia de que a cidade deve tratar cuidadosamente dos seus monumentos e espaços públicos tradicionais. (BICCA, 2009, p. 137)

A proposta urbanística e de resgate da memória do Programa Monumenta contempla, segundo Bonduki (2010), todo o conjunto urbano protegido, orientado por dois eixos. Inclui a restauração de edifícios públicos e religiosos, a recuperação de imóveis privados e de espaços públicos, além de ações concorrentes voltadas para a formação patrimonial e a valorização de experiências humanas que ocorrem no centro histórico da cidade.

Algumas dessas iniciativas são a realização de oficina para a sensibilização de estudantes, especialmente de história; a elaboração de Projeto Interpretativo da história da área central, que inclui a instalação de elementos de comunicação visual, com informações históricas, fotográficas e literárias, em lugares significativos para a memória da cidade; a confecção de dossiê literário contendo trechos das obras com referências ao centro; e o levantamento das denominações antigas das ruas, para serem registradas nas placas indicativas.

Segundo Bicca (2009), as oficinas do Programa Monumenta realizadas na cidade para definição do Perfil do Projeto, contam com “ampla representatividade de todos os setores interessados no Centro Histórico” (BICCA, 2009, p.157). Pelo trabalho desenvolvido na cidade ao longo do tempo, com continuidade na política de restauração do patrimônio, a população é consciente do valor do patrimônio histórico. Prova disso é o interesse dos proprietários pelo financiamento do Monumenta e o crescente desejo da população de morar no Centro.

- Belém

Assim como em Porto Alegre, em Belém a administração municipal, segundo Bonduki (2010), já vinha desenvolvendo desde 1977 um “[...] plano integral de reabilitação do centro – chamado Ver Belém (Plano Setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém) [...]” (Bonduki, 2010, p. 175).

Segundo Lima e Teixeira (2009), em 1998, a prefeitura de Belém realiza um concurso nacional de projeto para o Complexo do Ver-o-Peso. Os objetivos da revitalização eram promover, recuperar e reabilitar socioeconomicamente toda a área, para torná-la ícone da revitalização do Centro Histórico de Belém.

As principais premissas estabelecidas pelo concurso para os projetos eram: manutenção das atividades originais da feira e dos mercados, valorização das edificações históricas e melhoramento da acessibilidade ao complexo, tanto pelo turista quanto pelas populações local e ribeirinha. Outra preocupação por parte da Prefeitura era resgatar a área para contemplação da paisagem e promover a apropriação pública do espaço em horários não comerciais. (LIMA, TEIXEIRA, 2009, p.220)

Os autores apresentam algumas polêmicas que envolvem o projeto de 1998, como o fato de ter sido organizado pela seção do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o que pode ter gerado a pouca participação de arquitetos e urbanistas paraenses. O projeto vencedor é elaborado pelo escritório carioca Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo.

As obras referentes a tal projeto são iniciadas no ano 2000, têm uma área de abrangência de aproximadamente 12.000m<sup>2</sup>, custam cerca de 14,5 milhões de reais e os recursos são provenientes do setor público. São feitas alterações significativas no local, em relação aos aspectos funcionais e formais, diminui-se o número de feirantes no local, o que gera controvérsias.

“A obra de revitalização do ‘Ver-o-Peso’ foi escolhida pela população, por meio das assembleias públicas do orçamento participativo, como prioritária” (PORTA, 2012, p.225) Tal fato demonstra a importância atribuída ao projeto por parte da própria população da cidade.

As intervenções do Programa Monumenta são integradas ao processo de intervenção em andamento na cidade, que se articula com o planejamento urbano mais geral. Segundo Bonduki (2010), em 2005, há uma mudança do governo local e a falta de continuidade administrativa prejudica a implementação da concepção original do plano de reabilitação integral do patrimônio.

A atuação do Programa Monumenta em Belém é marcante por intervir em mercados públicos. A concepção da intervenção no Mercado de Carne, por exemplo, era de uma “reabilitação integral”, com manutenção das atividades, incentivando o desenvolvimento local e o resgate das tradições culturais. Houve resistência por parte dos concessionários durante o processo de intervenção, pois os feirantes temiam não poder voltar ao mercado após a conclusão das obras.

Belém passa por um processo polêmico relacionado a um novo projeto de mudança e modernização do mercado do Ver-o-Peso. A intervenção conta com recursos do PAC das Cidades Históricas. Os feirantes do Ver-o-Peso manifestaram-se contra a obra, criticando,

principalmente, a falta de diálogo entre a prefeitura e eles. Os problemas identificados na intervenção atual também foram observados anteriormente em intervenções nos Mercados de Belém, como afirma Bonduki:

As dificuldades encontradas para a reforma desses estabelecimentos representam, na verdade, o conflito entre duas perspectivas. De um lado, enfatiza-se a manutenção dos ocupantes tradicionais, vinculados ao comércio ou à prestação de serviços de cunho muito popular, que, às vezes, chegam a incluir atividades irregulares ou no limite da marginalidade. Essas atividades expressam, no entanto, a cultura, a identidade e os costumes dos grupos sociais que habitam há séculos essas cidades. De outro, defende-se a utilização do espaço reabilitado para atividades vinculadas ao turismo e lazer, destinados aos visitantes e às faixas de renda mais altas, que têm maior capacidade de gerar um retorno econômico para viabilizar a própria manutenção e conservação do edifício. (BONDUKI, 2010, p. 188)

Apesar do argumento da ausência de diálogo com os feirantes, segundo o IPHAN, em matéria publicada em 25 de janeiro de 2016, são realizados dois momentos de consulta e diálogo com os feirantes e o público, um para diagnóstico e em seguida para apresentação do estudo preliminar, quando as alterações sugeridas foram acatadas. Na Figura 1 apresenta-se a vista da Feira do Ver-o-Peso em 2008, semelhante à configuração atual do local, e na Figura 2 apresenta-se a configuração da Feira do Ver-o-Peso proposta no projeto.

Figura 1 - Vista da Feira do Ver-o-Peso em 2008, semelhante à configuração atual



Fonte: DPJ arquitetura & engenharia Ltda (2015)

Figura 2 - Configuração proposta da feira do Ver-o-Peso.



Fonte: DPJ arquitetura & engenharia Ltda (2015)

Arquitetos também criticam o processo da intervenção no Ver-o-Peso. Para Sávio Fernandes, chefe do IAB,

A questão para nós é que é retrocesso retirar um projeto que foi campeão de um concurso nacional de arquitetura, em que vários profissionais puderam participar, e escolher um por mera tomada de preço. Enquanto arquitetos, enquanto IAB, isso já é um retrocesso. O processo já começou errado aí. (MADEIRO, 2016)

A polêmica levantada, principalmente pelos feirantes, leva à intervenção do Ministério Público Federal – Pará, que junto com o IPHAN abre o projeto para consulta pública e audiência pública.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará (CAU/PA) também se posiciona sobre o projeto durante a consulta pública, nas palavras da conselheira Alice Rosas, em matéria<sup>1</sup> publicada no site do Conselho em 21/04/2016:

O CAU/PA foi o único que levantou a questão da autenticidade como conceito de preservação. Há uma dinâmica da própria feira que não foi considerada no projeto oficial da prefeitura. É importante reconhecer que o principal diferencial da feira não está vinculado à configuração arquitetônica, mas sim à sua dinâmica sócio cultural, que atribui ao local importância como patrimônio cultural da Cidade, do Estado, do País. (CAU, 2016)

Em função da intervenção dos feirantes no processo, a prefeitura anuncia que o projeto não será mais executado em 2016, como se pretendia, em função do limite dos prazos para

<sup>1</sup> Parecer do CAU/PA aponta mudanças que devem ser feitas no projeto de reforma do Ver-o-Peso. Disponível em <http://www.caupa.gov.br/?p=8069>, acesso em 26/04/2016

licitação em ano de eleição municipal. Mas, a princípio, as mudanças propostas nas consultas públicas seriam avaliadas e a obra executada em 2017.

O IPHAN realiza consulta pública no mês de março de 2016, finalizada com a realização de Audiência Pública, no dia 07 de abril de 2016. A Universidade Federal do Pará também participou do debate, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, que realiza em 17 de março de 2016 debate sobre o tema, com a participação do escritório que elaborou o projeto, representante do IPHAN, representante dos trabalhadores da feira, além de pesquisadores do núcleo.

Como resultado de todas as discussões, o IPHAN divulgou em dezembro de 2016 o resultado da Consulta e Audiências Públicas sobre o Projeto Ver-o-Peso. Foram divulgados o Parecer Técnico nº 084/2016, Nota Técnica nº 016/2016, Contribuições Recebidas, Planilha síntese das contribuições, Ata da Audiência Pública e Ata de reuniões com grupos sociais diversos<sup>2</sup>.

Em síntese, no Parecer Técnico do IPHAN, conclui-se pela necessidade de revisão da concepção do projeto.

A requalificação, no entanto, deve manter e enfatizar no projeto elementos que compõem o conjunto tombado. Aspectos esses que constituem a autenticidade do bem e, como analisado, não estão contemplados no projeto apresentado.

[...]

O projeto deve ter como premissa a requalificação da feira e não a transformação/adequação parcial desta em supermercado.

[...]

Neste contexto, este Iphan acompanha os inúmeros questionamentos apresentados pela sociedade civil, e sugere que o levantamento do programa de necessidades (briefing) com maior participação da comunidade de usuários, seja revisto e ajustado, com maior envolvimento dos arquitetos autores do projeto e o acompanhamento de profissionais com experiência nas ações relacionadas à participação popular (IPHAN, 084/2016, f. 9)

A prefeitura de Belém, após os resultados da audiência e consulta pública, não manifesta quais são as ações tomadas a partir de tais considerações. Mas acredita-se que, para efetiva execução da requalificação do Ver-o-Peso, os resultados da consulta e audiência pública devem ser levados em consideração, principalmente em função das cobranças do Ministério Público Federal e da cobrança popular neste sentido. Observa-se que a participação da população pode resultar na necessidade de revisão geral ou até da concepção de novo projeto, em função da necessidade de adequação desde o programa de necessidades, etapa bastante inicial do projeto e que afeta toda sua concepção.

Tal revisão acarreta longo atraso para início das obras, o que poderia ter sido evitado caso a participação da população estivesse inserida no projeto desde o início de sua concepção.

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3920>, acesso em 06/02/2017.

Os dois casos, Porto Alegre e Belém, são representativos da importância da participação e do envolvimento da população nos processos de preservação. Essa participação e conscientização precisa ser permanente. Os resultados positivos das intervenções realizadas em Porto Alegre são fruto do envolvimento da população de uma cidade que tem tradição participativa, como é o caso do orçamento participativo, do qual a cidade é exemplar.

A cidade de Belém também tem histórico de envolvimento da população na tomada de decisões das políticas públicas e o adiamento das obras de intervenção no Ver-o-Peso demonstra a força que a população pode exercer a partir de sua participação e manifestação.

Não é possível avaliar se essa participação, principalmente dos feirantes, no caso do Ver-o-Peso, está relacionada aos interesses individuais ou tem como objetivo atender o bem coletivo. De toda forma, os órgãos envolvidos, nesse caso Prefeitura Municipal, IPHAN e Ministério Público Federal, precisam estar preparados para escutar a população e desenvolver soluções que atendam aos interesses comuns.

## 1.2. Instrumentos de Participação Social na Política Urbana

Neste subcapítulo apresentam-se instrumentos de participação social na política urbana brasileira, com análise do que preconiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu capítulo sobre Política Urbana, estabelece:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das **funções sociais** da cidade e garantir o **bem-estar de seus habitantes**.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento [...]. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Este capítulo da Constituição é resultado de lutas históricas pela Reforma Urbana, das quais participam diversos movimentos sociais brasileiros no contexto da redemocratização do país, na década de 1980. Sua inclusão na Constituição Federal é uma vitória para tais movimentos, entretanto, os artigos referentes à Política Urbana só são regulamentados muitos anos depois da promulgação da Constituição, em 2001 com a Lei 10.257, o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

Além disso, o Estatuto da Cidade estabelece como uma das diretrizes da política urbana, a gestão democrática da cidade, por meio da participação da população, que deve ocorrer através de órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, entre outros.

A respeito do patrimônio, a Constituição estabelece competência comum da União, Estados e Municípios para “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988, art. 23, III). Já a competência de legislar sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico” (BRASIL, 1988, art. 24, VII) é concorrente da União, Estados e Distrito Federal. Aos Municípios compete “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e



estadual” (BRASIL, 1988, art. 30, IX). A Constituição define também o patrimônio cultural brasileiro e o Sistema Nacional de Cultura:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.**

[...]

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma **descentralizada e participativa**, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - **democratização dos processos decisórios com participação e controle social**; [...]. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Para Porta (2012) a Constituição Federal de 1988 é modernizadora em relação ao patrimônio, quando alarga seu conceito e também as responsabilidades pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la. Entretanto, segundo a autora, só na década de 2000 a modernização indicada na Constituição é posta em prática, principalmente no que diz respeito à colaboração e participação da população.

É notável que os bens tombados a partir de 2003 tiveram seus processos, em grande maioria, iniciados por solicitação de organizações sociais. Hoje, todos os processos em andamento contam com a aprovação e a expectativa da comunidade envolvida. O mesmo ocorre com as solicitações de registro de um bem como patrimônio cultural imaterial – nesses casos, a demanda social é um pressuposto para o início dos processos. Isso significa que a comunidade vem se tornando de fato colaboradora ativa da política de patrimônio, tal qual preconiza a Constituição. (PORTA, 2012, p. 13)

Tanto no que diz respeito à política urbana, como no que diz respeito ao patrimônio, a Constituição brasileira atribui responsabilidade aos municípios, estados e à União. Wagner (2006) comenta sobre a descentralização das políticas públicas no Brasil. Enquanto na Europa e na América Latina produziu-se uma série de argumentos contrários à descentralização,

No Brasil, ao contrário, um dos componentes do movimento que lutou pelo fim da ditadura militar foi o municipalismo, que se fortaleceu como uma reação ao grau excessivo de centralização ocorrido durante o período ditatorial. Nesse sentido, o movimento democrático, e dentro dele o pensamento de esquerda e o desenvolvimentista, incluiu a descentralização como componente essencial à democratização do país. (WAGNER, 2006, p. 418-419)

A descentralização, “(...) supõe distribuição de poder e ampliação dos mecanismos de participação e de controle da sociedade sobre o Estado, sobre governos e sistemas públicos – um efeito desejado e buscado pelo espírito democrático” (WAGNER, 2006, p. 425).

O plano diretor é, segundo o Estatuto da Cidade, o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Em seu processo de elaboração e na fiscalização de sua implementação deve ser garantido:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;  
 II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;  
 III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2001, art. 40)

A gestão democrática é uma das diretrizes da política urbana e o Estatuto da Cidade indica os seguintes instrumentos para que ela se efetive:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;  
 II – debates, audiências e consultas públicas;  
 III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;  
 IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...]. (BRASIL, 2001, art. 43)

Além destes instrumentos, o Estatuto da Cidade indica a obrigatoriedade de processos participativos na gestão orçamentária, com realização de audiências e consultas públicas a respeito do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Assim, o Estatuto da Cidade torna obrigatória a participação cidadã nas decisões relacionadas à gestão urbana.

Outra diretriz da política urbana indicada no Estatuto da Cidade é a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001, art. 2, XII). Dessa forma, municípios ficam obrigados a tratar da preservação integrada ao processo de planejamento urbano.

Castro e Almeida (2013) investigam a potencialidade dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade para a preservação de Sítios Históricos e observam que para a eficácia da gestão democrática são necessários dois requisitos: disponibilização de informação de forma acessível por parte do poder público e interesse em conhecer por parte da população.

Especificamente sobre a preservação do patrimônio, as autoras consideram que “[...]a educação patrimonial é um início de aprimoramento da sociedade, em prol de se tornar livre para atuar na consciência da preservação do patrimônio.” (CASTRO, ALMEIDA, 2013, p. 5).

Por fim, é importante ressaltar, a gestão democrática permite um maior envolvimento da população e, conseqüentemente, um maior interesse. Pode-se, portanto, considerá-la um instrumento de preservação. Porém, é necessário considerar que, sem instruções e conhecimentos acerca da importância da preservação e da inserção do patrimônio edificado na dinâmica urbana, não há como fiscalizar, optar, proteger. Ou seja, a difusão deste conhecimento é de caráter essencial, por meio de trabalhos pedagógicos, exposições, cartilhas, centro de informações ao cidadão, audiências públicas, e tantas outras maneiras quanto sejam necessárias, para que tal transmissão se dê de forma clara, objetiva, contribuindo para a manutenção da importância do patrimônio. A gestão democrática também deve ser atuante na avaliação de estudos prévios de impactos, que demonstram impactos positivos e negativos a partir de qualquer tipo de interferência física. Basicamente o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Impacto Ambiental devem ser acessíveis a todo cidadão e, principalmente, devem ser discutidos publicamente. A responsabilidade deve ser partilhada com toda e qualquer parcela da população que tenha consciência da importância de sua participação no desenvolvimento urbano. (CASTRO, ALMEIDA, 2013, p. 11-12)

Castro (2014) destaca o fato de a democracia brasileira ser recente. Em função disso, “[...]ainda não há compreensão suficiente da efetividade e atuação da democracia, gestão e participação popular de modo consciente” (CASTRO, 2014, p. 23). Mas a autora observa movimentos recentes que indicam uma população cada vez mais consciente de seus direitos, como os movimentos de ocupação das ruas, em 2013.

Numa perspectiva crítica, Randolph (2011) alerta para alguns perigos da participação:

Em nome do discurso, da argumentação, da comunicação e da busca por consensos ou consentimentos, a modalidade do planejamento participativo supera apenas em casos excepcionais a lógica instrumental; pois apenas quando se aproxima à “práxis” (vivência) daqueles que são seu objeto-sujeito ou por ele afetados, se constitui como verdadeiro exercício de uma lógica comunicativa no sentido de Habermas

[...]

Há o perigo de que, com o deslocamento da intervenção para o nível simbólico, a “participação” seja concebida também como exercício linguístico, da produção de representações e discursos. Em conseqüência, as representações e discursos daqueles que são chamados a participar apenas aparentemente “competem” em pé de desigualdade com outros discursos geralmente produzidos já de antemão por profissionais e consultores com competência específica de concepção e retórica. (RANDOLPH, 2011, p.567)

Como alternativa para que haja uma participação efetiva, o autor sugere o planejamento comunicativo ou colaborativo, entendido como um exercício profundamente político, com

reformulação das relações entre sociedade civil e estado. Numa análise das experiências de elaboração de planos diretores vinculados à ideia de planejamento participativo, o autor observa que

[...] a tentativa de respeitar certos princípios para a ação e adotar e construir metodologias de determinados tipos não obteve um efeito de homogeneização: em cada lugar a experiência é única e marcada por singularidades e constrangimentos para a efetividade de ação de planejador, como também para a ação de qualquer cidadão ou de movimento social. (RANDOLPH, 2011, p.575)

Oliveira (2011) faz uma análise preliminar dos novos planos diretores municipais brasileiros, considerando novos os planos aprovados após o Estatuto da Cidade, de 2001. O autor destaca que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, é obrigatório a elaboração de planos diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes. Entretanto, a eleição de Collor em 1989 provoca uma virada liberal no país, estimulando a competitividade entre cidades, pela elaboração de planos estratégicos, incentivos fiscais e atração de investimento privado, projetos de revitalização, privatização e terceirização de serviços públicos.

Certamente, nem todas as administrações públicas municipais brasileiras se pautaram pela agenda neoliberal nos anos 1990 e no início da década de 2000. A implantação do orçamento participativo, a elaboração de planos urbanos com participação popular e outras experiências registradas no período em Porto Alegre, Belém e muitas outras cidades são processos reveladores das possibilidades de atuação das administrações públicas municipais na promoção da redução das desigualdades sociais nas cidades brasileiras, ainda que os resultados concretos dessas políticas na melhoria da qualidade de vida e do acesso à cidade não tenham sido muito evidentes. [...] Há, contudo, ganhos pontuais importantes na ampliação da democratização da gestão pública e na construção de referências de planejamento comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social que não podem ser desprezados. (OLIVEIRA, 2011, p.657-658)

Segundo Oliveira (2011), com a aprovação do Estatuto da cidade, que traz como diretriz a gestão democrática, novas possibilidades são abertas e passam a ser discutidas por planejadores, acadêmicos e gestores públicos. Entre 2004 e 2006 o Ministério das Cidades passa a promover “o plano diretor como um momento de construção de um pacto social em torno do futuro da cidade e da sua apropriação social” (OLIVEIRA, 2011, p.660).

A obrigatoriedade da participação, em função da gestão democrática, é, sem dúvida, um avanço; mas Oliveira também apresenta casos em que o poder público altera o plano da forma como lhe convém, mesmo em relação às decisões que são tomadas de forma conjunta com a população. Um exemplo apresentado é a cidade de Duque de Caxias, RJ, onde um ano após a aprovação do plano, a prefeitura aprova na Câmara Municipal projeto de lei elaborado sem nenhuma participação popular que altera o macrozoneamento para permitir maior intensidade de ocupação.

Outra falha nos planos diretores apontada por Oliveira é que ele não se vincula, em geral, a instrumentos orçamentários, prioridades de investimento, entre outros. Dessa forma, observa-se uma distância entre o que diz o plano e como se efetiva a política urbana.

Segundo Cymbalista (2010), a partir do Estatuto da Cidade os planos diretores:

[...] no lugar de uma peça técnica que circula apenas entre especialistas, o Plano Diretor passa a ser uma peça política, democraticamente construída com a participação dos segmentos sociais que efetivamente constroem as cidades, incluindo sobretudo os setores populares – movimentos de luta pela moradia, associações de bairros, entre outros -, tradicionalmente alijados dos processos de construção da política urbana [...]. (CYMBALISTA, 2010, p. 227)

A gestão democrática é uma das diretrizes da política urbana, instituída pelo Estatuto da Cidade. Dessa forma, a partir da aprovação do estatuto, de acordo com Cymbalista (2010), todos os planos diretores constituem ou reiteram instâncias participativas, “como conselhos de desenvolvimento urbano, conferências das cidades, orçamentos participativos e fóruns” (CYMBALISTA, 2010, p.243). Entretanto, poucos planos diretores integram a preservação do patrimônio nas instâncias participativas.

[...] De uma forma geral, os Planos Diretores que instituem conselhos da cidade, conselhos de desenvolvimento urbano ou similares, não incorporam em sua composição integrantes dos órgãos de preservação da cidade – no máximo incluem um representante da Secretaria Municipal da Cultura. Isso faz supor que nesses Planos Diretores não há um movimento maior de integração entre as instâncias participativas, que os conselhos de patrimônio cultural [...] possivelmente permanecerão operando de forma independente ou isolada da política urbana. (CYMBALISTA, 2010, p. 243)

Em geral, a instância municipal é a menor unidade territorial responsável pela construção da política de patrimônio cultural no Brasil, entretanto, Cymbalista (2010) apresenta alguns exemplos de planos diretores que instituem a escala submunicipal como nível de construção de parte de tal política. Isso ocorre nos planos diretores das cidades de São Paulo, Salvador e Campinas. O autor conclui que “[...] A transferência de parte da política para o nível local pode abrir possibilidades interessantes para grupos regionais, minorias étnicas e culturais se fazerem presentes na política de preservação” (CYMBALISTA, 2010, p.244).

[...] Os Planos Diretores aprovados após o Estatuto da Cidade aprofundam as conexões entre o patrimônio histórico e o planejamento urbano em várias dimensões: incluem a preservação entre os objetivos e diretrizes da política urbana; instituem a preservação como um dos componentes do direito à cidade e à propriedade urbana; e regulamentam uma série de instrumentos urbanísticos que podem ser acionados para a proteção do patrimônio. Por outro lado, pelo menos nos municípios de maior população, ao que parece as estruturas de gestão democrática instituídas pelos Planos Diretores não incorporam a gestão do patrimônio cultural. (CYMBALISTA, 2010, p. 227)

## **2. FORMULAÇÃO DE METODOLOGIA**

Neste capítulo são apresentadas as principais informações que subsidiam à elaboração do roteiro metodológico a ser experimentado em Santa Leopoldina. Faz-se o estudo de metodologias de participação social de outros campos de conhecimento e também de grupos internacionais de pesquisa. No segundo subcapítulo apresenta-se o sítio histórico de Santa Leopoldina, local escolhido para a experimentação da metodologia formulada, que é apresentado em relação ao campo urbanístico ambiental, socioeconômico e da gestão.

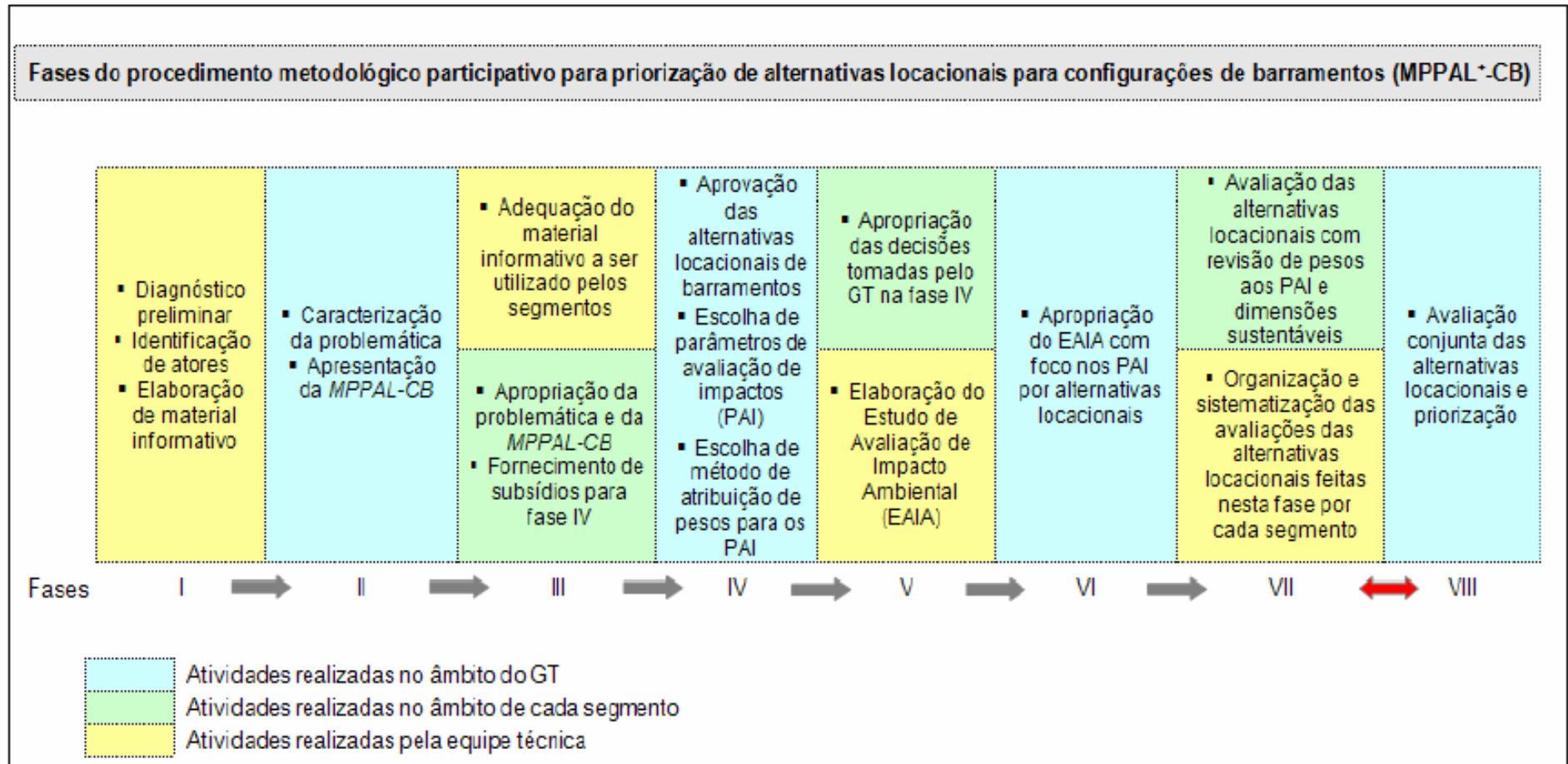
### **2.1. Metodologias de Participação Social**

Estuda-se aqui metodologias de outros campos de conhecimento, em especial metodologias participativas vinculadas à política ambiental e à política de recursos hídricos, campo em que pesquisas relacionadas à participação social na gestão de políticas públicas encontram-se em estágio mais avançado.

A metodologia proposta por Pereira (2009) tem como objetivo incorporar a participação social na priorização de alternativas locais de configurações de barramento, em suporte ao processo de tomada de decisão quanto à implantação, chamado Procedimento Metodológico Participativo para Priorização de Alternativas Locacionais para Configurações de Barramentos - MPPAL-CB. As fases do método proposto são descritas no quadro a seguir.

A metodologia tem abordagem construtivista e, sendo assim, não pretende encontrar a melhor solução, mas tem como objetivos principais a aquisição de um maior conhecimento sobre o problema, identificação e aperfeiçoamento do processo e construção de um resultado coletivo. Apresenta-se no Quadro 3 as fases do procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locais para configurações de barramento - MPPAL-CB – elaborado pela autora em sua pesquisa. Tal quadro sintetiza as atividades necessárias para a aplicação da metodologia.

Quadro 3 - Fases MPPAL-CB



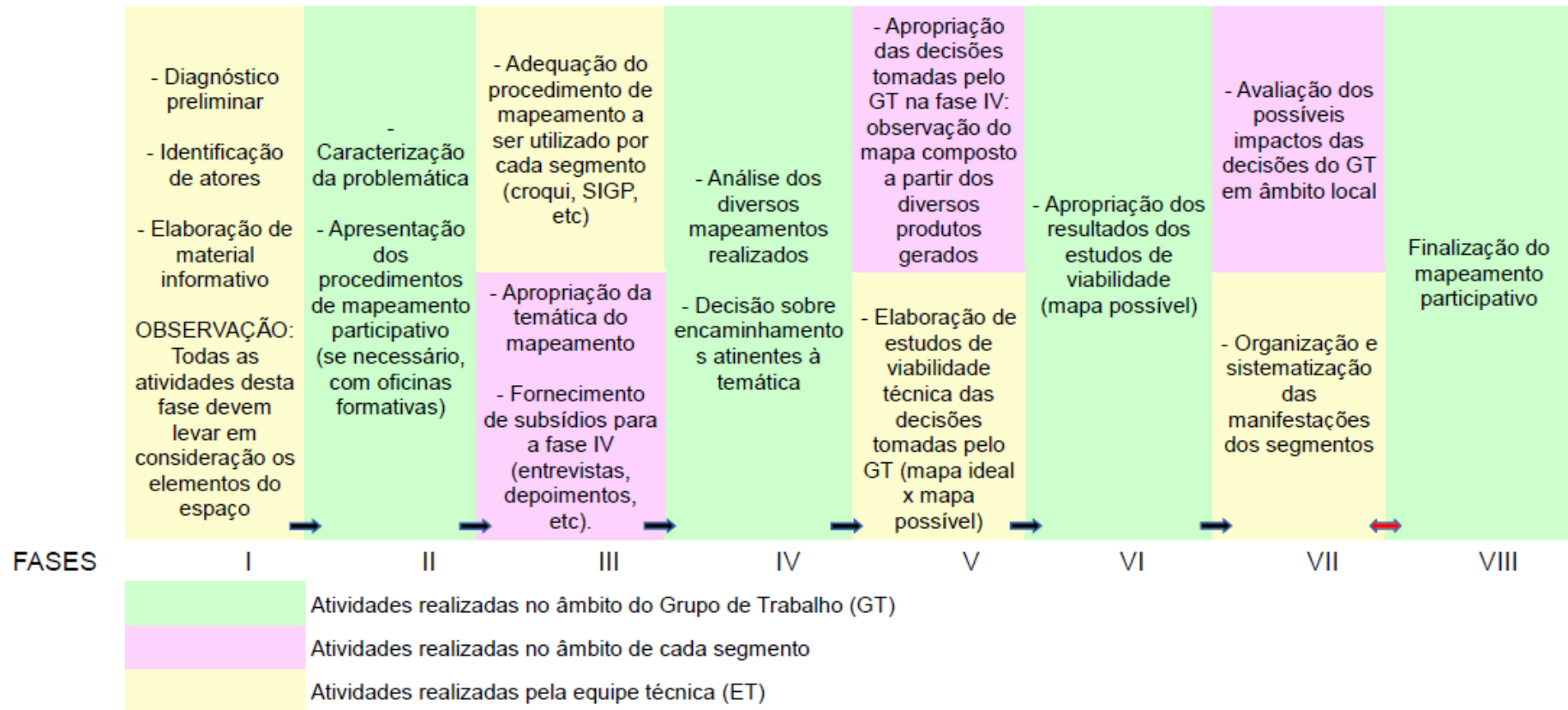
Fonte: Pereira (2009)

Nessa proposição, a equipe técnica é responsável pelos estudos e avaliações técnicas, o grupo de trabalho (GT) é formado por representantes dos setores da sociedade e os segmentos são a base de consulta para os representantes dos GTs. Esta metodologia não teve experimentação prática, mas passou por avaliação de especialistas do assunto.

Pinho (2015) toma como referência a metodologia proposta por Pereira (2009) e propõe uma Metodologia para Mapeamento Participativo de Mobilidade Urbana. Esta sim é aplicada e testada no bairro São Benedito, Vitória, ES. No Quadro 4 apresenta a proposição de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009), elaborada por Pinho (2015) em sua pesquisa.



Quadro 4 - Proposição de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009)



Fonte: PINHO (2015)

Observa-se poucas diferenças entre a metodologia de Pinho (2015) para a metodologia de Pereira (2009), sendo feitos as adaptações necessárias em função da diversidade do tema abordado em cada metodologia.

Gonçalves et. al (2010) elaboram “Roteiro Metodológico para Implantação Conjunta e Participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES”, apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Atividades propostas no Roteiro Metodológico

<b>Proposta de Roteiro Metodológico</b>		
<b>Nº Atividade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Objetivo</b>
1	Instalação da Comissão de Acompanhamento	Orientar e Coordenar as tarefas do processo de planejamento
2	Lançamento do Processo	Divulgar e Mobilizar a sociedade para envolvimento no processo
3	Definição das Unidades de Planejamento	Criar uma noção de pertencimento e envolver os membros dos Comitês de Bacias no processo
4	Definição das Variáveis do Diagnóstico	Conhecer a realidade e estabelecer relações de causa e efeito das condições de qualidade e quantidade de água
5	Diagnóstico	Levantar e Avaliar de forma integrada a situação atual dos recursos hídricos na bacia hidrográfica
6	Cenário de Pré-Enquadramento	Conhecer a vontade da sociedade para a bacia hidrográfica
7	Avaliação dos Graus de Dificuldade	Avaliar os graus de dificuldades para o cumprimento do cenário de Pré-Enquadramento proposto
8	Plano de Bacia	Apresentar um rol de ações necessárias para o cumprimento das metas de Enquadramento propostas
9	Divulgação dos Resultados	Informar a sociedade sobre o Enquadramento e suas conseqüências e o acordo social e político do Plano de bacia

Fonte: GONÇAVES et. al (2010)

Tal roteiro é elaborado considerando o conceito de Planejamento Estratégico Situacional de Carlos Matus, que pressupõe o conflito de ideias, negociação e compartilhamento do poder decisório.

Além dessas metodologias, são estudados instrumentos para metodologias participativas, em publicação organizada por Brose (2001), apresentadas no Quadro 6 juntamente com as metodologias descritas anteriormente.

Quadro 6 - Síntese Metodologias participativas

Metodologia	Descrição	Campo de Aplicação	Finalidade	Atores envolvidos	Exemplo de Aplicação	Degrau da Escada da Participação de Arnstein
Procedimento Metodológico Participativo para Priorização de Alternativas Locacionais para Configurações de Barramentos - MPPAL-CB (PEREIRA, 2009)	Metodologia participativa para priorização de alternativas locacionais de configurações de barramento, em suporte ao processo de tomada de decisão quanto à implantação.	Ambiental / Hídrico	Planejamento	Poder público, setor produtivo e sociedade civil organizada	-	Parceria
Metodologia para Mapeamento Participativo de Mobilidade Urbana (PINHO, 2015)	Procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como referência para o estudo o bairro São Benedito, Vitória - ES	Mobilidade Urbana	Planejamento	Moradores, ONG, Prefeitura Municipal, Polícia	Mapeamento Participativo de Mobilidade Urbana no bairro de São Benedito, Vitória - ES	Parceria
Roteiro Metodológico para Implantação Conjunta e Participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES (GONÇALVES et al, 2010)	Roteiro metodológico elaborado considerando o conceito de Planejamento Estratégico Situacional de acordo com Carlos Matus, foi apresentado e discutido em oficinas realizadas com os órgãos gestores dos recursos hídricos	Ambiental / Hídrico	Gestão	IEMA, UFES, Comitês de Bacias Hidrográficas	Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES	Parceria
Diagnóstico Rápido Urbano Participativo - DRUP (ALVES; GOMES; SUSIN, 2001)	Método identifica problemas específicos, valoriza o saber local, analisa dificuldades e potencialidades e busca estratégia para a solução de problemas e conflitos. Estimula moradores a serem sujeito e não objeto do processo	Urbano	Planejamento	Técnicos e população	Projeto Prorenda Urbano - RS	Parceria
Método de Planejamento de Projeto Orientado pelos Objetivos - ZOPP (BROSE, 2001)	Método composto por três elementos: amplo diagnóstico; elaboração de Marco Lógico; técnicas participativas de trabalho em grupo	Diversos	Planejamento / Gestão	Gestores, representantes dos grupos beneficiários, técnicos responsáveis pela implementação	Programa Monumenta	Parceria
Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local - GESPAR (ZAPATA, 2001)	Método trabalha na prática a concepção e os princípios do desenvolvimento local, não se centra no poder da administração local, integra agentes produtivos, sociais e governamentais	Desenvolvimento Local	Gestão	Agentes produtivos, sociais e governamentais		Parceria
Método de Autodiagnóstico das Potencialidades Municipais e Planejamento de Ação - MAMPLA (ARAÚJO, 2001)	Método identifica fatores favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento no que se refere à infraestrutura física e social, identifica recursos naturais e culturais disponíveis, aponta oportunidades e ameaças, cria, por fim um plano de desenvolvimento municipal	Planejamento Municipal	Planejamento	Poder público, comunidade e lideranças locais	Programa de Emprego e Renda do Ceará - Proder	Parceria

Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 6 sintetiza metodologias e instrumentos para participação social, que podem contribuir para formulação de metodologia para participação social na preservação de sítios históricos urbanos.

Além das metodologias apresentadas, buscou-se estudar a rede de pesquisadores Red Cimas, que é referência importante relacionada à participação social. A Red Cimas se apresenta em sua homepage<sup>3</sup> como uma rede de profissionais comprometidos com a transformação social e as democracias participativas.

A rede reúne profissionais de diferentes disciplinas localizados em países da Europa e da América Latina, “unidos pelo objetivo da permanente transformação social em um contexto de sustentabilidade e de situar as pessoas e comunidades no centro da vida, apostando em uma redefinição do marco do público no espaço comum”<sup>4</sup>.

A metodologia da rede

(...) se insere no que se denomina sociopraxis. Através de distintas técnicas, dinâmicas e ferramentas, e partindo da vivência e envolvimento das pessoas e das redes sociais no conhecimento de sua própria realidade, realizamos reflexões coletivas que abrem diferentes caminhos possíveis para as propostas de ação criativas, com monitoramento e desbordes (<http://www.redcimas.org/pagina-ejemplo/nuestra-metodologia>, acesso em 23/04/2017)

Para a aplicação da metodologia, parte-se da realidade de cada município, buscando-se as formas e mecanismos adequados em cada caso, para incorporar de modo operativo a população em geral, os agentes sociais e as instituições públicas na definição de prioridades, o planejamento de atividades e a avaliação dos resultados, facilitando o consenso na tomada de decisões, a corresponsabilidade e a participação ativa cidadã nas atuações municipais.

A aplicação da metodologia da rede ocorre em diversos campos de atuação, como elaboração ou assessoria à Orçamentos Participativos, Agenda 21, planos para gestão da saúde, planos de desenvolvimento sustentável, entre outros.

Busca-se uma experiência participativa da rede CIMAS que se aproxime do tema deste trabalho que, apesar de não se tratar de uma experiência relacionada à preservação do patrimônio cultural, está inserida no âmbito urbano.

Apresenta-se a experiência do Projeto HOGAR – Plano Comunitário de Palma Palmilla, Málaga, desenvolvida entre 2005 e 2007, a partir das informações contidas no catálogo de experiências da rede<sup>5</sup>. O projeto surge a partir de uma iniciativa municipal, com o objetivo de

---

<sup>3</sup> <http://www.redcimas.org>

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.redcimas.org/pagina-ejemplo/hacemos/>, acesso em 23/04/2017, tradução da autora

<sup>5</sup> Disponível em [http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/p\\_palma\\_palmilla.pdf](http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/p_palma_palmilla.pdf), acesso em 13/09/2016.

consolidação de uma estrutura de democracia participativa duradoura, com transparência e democracia direta. No processo, a própria população é responsável por identificar os problemas e propor soluções.

Os problemas locais, que motivam a realização do projeto são o desemprego, o abandono urbanístico, déficit de convivência entre distintas culturas imigrantes. Para desenvolvimento do projeto monta-se um Grupo Motor, composto por 36 pessoas, dividido em quatro eixos: educação, segurança, moradia e saúde.

São realizadas oficinas, entrevistas, diagnóstico dos problemas imediatos e dos problemas profundos. Realiza-se uma assembleia geral, com a apresentação do trabalho de diagnóstico desenvolvido e mesas temáticas para proposta de soluções para os problemas profundos.

Após a fase de diagnóstico, elabora-se um Plano de Ação Integral e Sustentável – PAIS - com previsão de sete anos de duração. A rede CIMAS prestava assessoria ao projeto, mas as condições metodológicas propostas para dar continuidade, após decorridos os sete anos, não foram aceitas. O projeto foi premiado em concurso de boas práticas nacionais, mas depois disso perdeu força com a própria população. A rede constata que, neste caso, o reconhecimento contribuiu para a interrupção do processo.

Além deste exemplo de experiência participativa da Red Cimas, a rede possui um Manual para Metodologias Participativas, no qual são descritas diversas atividades aplicáveis ao desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas. Tal documento é referência importante para a elaboração do roteiro metodológico a ser experimentado nesta pesquisa, apresentado no item 3.1.

## 2.2. Sítio histórico de Santa Leopoldina

O sítio histórico de Santa Leopoldina é um dos cinco sítios históricos do estado do Espírito Santo, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) através da resolução nº 05/83, que aprova o “Tombamento em caráter definitivo dos Bens Imóveis [...] integrantes do Conjunto Arquitetônico de Santa Leopoldina” (ESPÍRITO SANTO, 1983, p. 1).

Opta-se por realizar o estudo em Santa Leopoldina em função de alguns fatores: o sítio histórico de Santa Leopoldina está de acordo com a definição de sítio histórico urbano conforme a Carta de Petrópolis de 1987, pois o sítio comporta paisagem natural e construída, mantém-se dinâmico em função da vivência da população e em transformação, por isso adequado ao recorte do urbano como lugar propício ao exercício da democracia; Santa Leopoldina é objeto de diversas outras pesquisas no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri\_Lab), o que proporciona um referencial teórico consistente para a pesquisa e permite a continuidade da construção do conhecimento sobre este sítio; além disso, o sítio histórico Santa Leopoldina é, dos sítios históricos tombados pelo CEC, o que se localiza mais próximo da cidade de Vitória, conseqüentemente mais acessível para realização da pesquisa, que requer idas a cidade para realização das atividades com a população.

Na Figura 3 apresenta-se a localização de Santa Leopoldina, no contexto da região do Espírito Santo na qual a cidade está inserida.

Figura 3 - Localização Santa Leopoldina



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320450&search=espírito-santo|santa-leopoldina>, acesso em 09/03/2017.

A partir da leitura do processo de tombamento de Santa Leopoldina (Processo nº 44131895 de 11 de fevereiro de 2009, originalmente numerado como Processo CEC nº 08/1980, renumerado em função do novo sistema de protocolo do Governo do Estado e em que são anexados, ao longo do tempo, diversos processos relativos ao Sítios Histórico de Santa Leopoldina e às edificações tombadas), destacam-se algumas informações apresentadas a seguir.

O processo de tombamento é iniciado a partir de Ofício da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina ao Conselho Estadual de Cultura de 10/04/1980, em que se solicita o tombamento da cidade,

Considerando que Santa Leopoldina é uma das cidades mais antigas do Estado e, o maior empório comercial do Espírito Santo no auge de sua história, além de possuir atualmente o Museu do Colono com peças raríssimas que retratam o berço de nossa civilização e de ter sido inspiração para o grande escritor Graça Aranha em seu romance 'O Canaã', notamos perfeitamente a necessidade de preservarmos tão valioso patrimônio histórico (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 1)

Além de tal ofício, consta no processo solicitação do diretor executivo da TV Gazeta ao Conselho Estadual de Cultura de 17/06/1980 de tombamento da rua principal da sede do município de Santa Leopoldina, pelo que representa da memória da colonização do Espírito Santo. Acrescenta-se a isso, segundo o documento, o fato de a TV Gazeta e o jornal a Gazeta receberem com frequência sugestões e solicitações neste sentido. Com o tombamento, acredita-se que a memória histórica do estado será resguardada e a cidade “podia se tornar no futuro em ponto convergente de estudiosos e demais interessados no setor de cultura” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 2).

Além dos ofícios, consta no processo de tombamento de Santa Leopoldina fotos da cidade da época da solicitação do tombamento, conforme Figura 4.

Figura 4 – Fotos da rua do comércio



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2009)

A partir de tais solicitações, o processo é enviado ao arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, para elaboração de parecer técnico a respeito da solicitação. Em seu parecer, o arquiteto argumenta que o conjunto global dos imóveis situados na rua principal de Santa Leopoldina “agrada a vista, possuindo valor artístico e histórico para nosso Estado, e vale o esforço para o seu tombamento” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 10). Além disso o arquiteto ressalta o fato de que a paisagem da rua “está sendo transformada rapidamente com a desfiguração total de várias de suas casas” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 10).

O tombamento é aprovado em reunião ordinária do Conselho Estadual de Cultura no dia 06/04/82 “Embasados nos documentos apresentados pelo DEC [Departamento Estadual de Cultura] e pelo Instituto Jones dos Santos Neves, bem como nos pareceres dos presentes (...)” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 11).

Em despacho do chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) do Departamento Estadual de Cultura (DEC), ressalta-se que além do tombamento pretende-se

(...) sensibilizar a comunidade local para a importância da preservação daquele patrimônio cultural como fator de promoção e harmonização do crescimento urbano que desejam, na medida em que devem compartilhar os interesses desse crescimento com as raízes culturais que lhe deram origem”. (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 11, verso)

No parecer 01/82 da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico os membros opinam a favor do tombamento “(...) recomendando sejam ouvidos os proprietários dos mesmos [imóveis]” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 12).

A Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) do Departamento Estadual de Cultura (DEC), realiza, em 14/05/1982, reunião com os proprietários dos imóveis a serem tombados. Em tal reunião é apresentada a importância e o significado do tombamento e são entregues aos 44 proprietários notificação do tombamento e termo de anuência. A divisão recebe, posteriormente, apenas seis termos de anuência e um ofício de uma das proprietárias, senhora Lúcia Schulthais Andrade, em que a proprietária apresenta algumas condições para a aceitação do tombamento. A respeito de tal ofício, o chefe da DPHC afirma:

Quanto às solicitações da senhora Lúcia, esta divisão julga conveniente um entendimento com a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, no sentido da mesma estudar junto aos proprietários da oficina e depósito a transferência dos mesmos para área fora do centro urbano, entretanto a possibilidade de construir no local do imóvel a ser tombado ‘nova casa em estilo antigo’ é inaceitável por ferir o próprio significado do tombamento” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 13, verso)

Consta do processo discurso proferido no dia nacional do colono, no ano de 1972, em que são apresentadas algumas características de Santa Leopoldina e sua evolução ao longo do tempo, do qual destaca-se o trecho a seguir:



Senhores: Tem sido e será sempre na história do passado em que haveremos de recolher o material necessário para edificação do futuro!

(...)

Hoje... Santa Leopoldina, perdeu a sua posição de relevo. A ligação com o Oceano, a construção da ponte metálica Florentino Avidos uniu a Ilha à terra firme.

O porto de Pedra ficou abandonado e a cidadezinha é silenciosa e tranquila (ESPÍRITO SANTO, 2009, folhas 23 e 24)

No documento técnico do DEC, que reúne características do sítio histórico de Santa Leopoldina e levantamento dos imóveis para tombamento, destacam-se os seguintes trechos:

Situada num vale que se abre abruptamente para dar passagem ao rio que lhe corta ao meio, Santa Leopoldina é atualmente uma das cidades do Espírito Santo que mais conserva a atmosfera de cidade do início do século, época de seu apogeu econômico e cultural. (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 33)

O documento aponta razões para o potencial turístico de Santa Leopoldina. Além da riqueza da paisagem urbana, a presença de rios e quedas d'água, sua localização e facilidade de acesso "(...) uma das principais opções para o lazer de montanha, podendo ser integrada, juntamente com as outras colônias, num dos mais interessantes circuitos turísticos do Estado: o Circuito dos Imigrantes" (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 33).

O documento aponta, também, para a necessidade de se preservar elementos do sítio que vão além do casario tombado:

Assim, torna-se necessário não somente a preservação do casario levantado pelo DEC e que apresenta interesse histórico e arquitetônico, mas também o espaço urbano em que se insere, com arruamentos, escadarias, passarelas, pontes, luminárias, recursos hídricos, a topografia e a cobertura vegetal ainda existente (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 36)

Em reportagem do jornal A Gazeta de 02 de dezembro de 1981, que consta no processo de tombamento, retrata-se a ascensão e decadência de Santa Leopoldina e destaca o fato de passarem pela cidade uma equipe de quatro arquitetos, um engenheiro civil e um sociólogo que realiza um minucioso levantamento da situação da cidade. A equipe permanece na cidade por três meses e realiza uma série de atividades, "entre elas o 1º painel de debates sobre o município de Santa Leopoldina com considerável participação dos habitantes da cidade" (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 182)

A reportagem relata a elaboração de leis, código de obras e código de postura, como forma de preservar o patrimônio da cidade. Entretanto, o prefeito da cidade à época destaca o fato de tal legislação não viabilizar o projeto econômico da preservação. "É preciso que sua população compreenda o valor de seu legado à cidade atual" (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 182)

O levantamento do IBAM, mencionado na reportagem, apresenta também alternativas econômicas para o município,

(...) além do turismo, uma outra – e mais permanente – poderia ser o melhor aproveitamento de suas terras agricultáveis e a diversificação da produção, com a introdução de novas culturas, entre elas o cacau, a borracha e a mandioca (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 182).

Anexo ao processo de tombamento, consta documento do Projeto Conceitual de instalação de um Centro Cultural em Santa Leopoldina, com o qual busca-se apoio institucional do governo do estado para a implantação de um Centro Cultural na cidade, a ser instalado no imóvel tombado nº 27, rua do Comércio que, segundo o documento, está disponível para compra pela prefeitura do município. Além do centro cultural, pretende-se implantar no térreo do imóvel a câmara de vereadores do município, que divide espaço com a prefeitura em seu prédio.

No documento, expressa-se a preocupação com a perda do patrimônio cultural do município com o passar do tempo,

Por isso mesmo, Santa Leopoldina necessita de um apoio institucional, no sentido de promover na Comunidade o interesse pelo gerenciamento do trabalho cultural que a encaminhe para um auto conhecimento e conseqüentemente preocupação com a preservação e desenvolvimento de sua própria realidade cultural

(...)

Para operacionalizar a ação artístico cultural o organismo institucional já criado e instalado em sua própria Sede deverá reunir pessoas da comunidade, que tenham potencial artístico e que queiram trabalhar juntas, para maior intercâmbio de informações, orientadas pela Divisão competente do DEC.

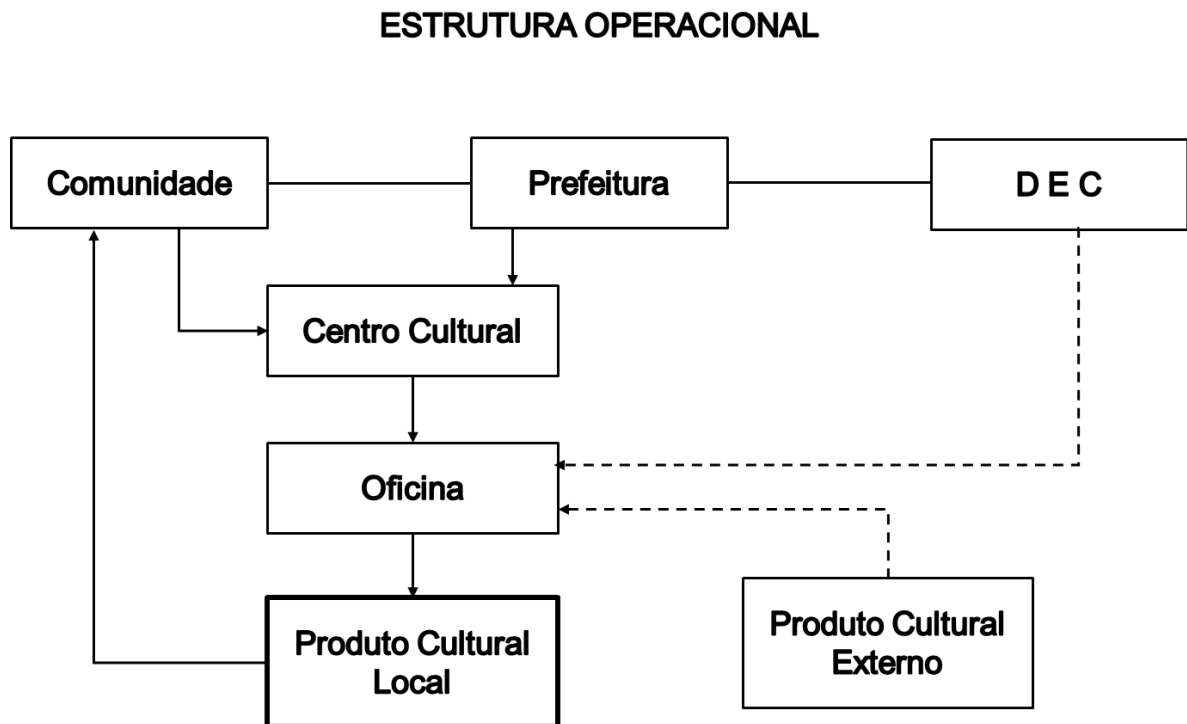
Assentam-se, assim, as bases deste trabalho cultural que sistematiza através de oficinas a participação dos grupos de maneira não acadêmica, mas sim, numa auto-aprendizagem orientada.

(...)

Com base nesta filosofia de trabalho, em que o orientador nada mais é do que o elemento provocador de emoções inconscientes do indivíduo, espera-se que seja aflorada a realidade intrínseca da região, como forma de se materializar, na arte, a cultura local” (ESPÍRITO SANTO, 2009, folha 298 e 299)

Na estrutura operacional proposta para o Centro Cultural, a comunidade está diretamente ligada ao Centro, além de ser consumidora do produto cultural local. Tal estrutura é apresentada na Figura 5.

Figura 5 - Estrutura Operacional do Centro Cultural Santa Leopoldina



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2009), reproduzido pela autora

O documento é remetido ao DEC, entretanto uma das primeiras ações necessárias para a viabilização do projeto é a aquisição do imóvel tombado nº 27, rua do Comércio pela prefeitura municipal. Consta no processo, porém, informação de que, em contato com a proprietária, informa-se que ela está interessada em vender apenas parte da casa, o que é desaconselhado pelo chefe do DEC. Dessa forma, o projeto fica inviável.

A partir da leitura do processo, nota-se, em diversos momentos, a preocupação dos técnicos com a necessidade da participação da população local para a preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina. Tal preocupação é expressa também pelo prefeito da cidade, à época, em reportagem de A Gazeta de 02 de dezembro de 1981. Entretanto não há no processo informações para afirmar se tal participação é efetiva.

A partir da leitura das cartas patrimoniais, é possível entender a importância do sítio histórico estar integrado a vida social da cidade. Um dos fatores que contribui para tal integração é a manutenção do uso dos imóveis tombados. Por isso, busca-se elaborar o Quadro 7, com os usos das edificações tombadas.

As informações de uso original e uso à época do tombamento constam nas fichas de bens culturais, no processo de tombamento dos imóveis de Santa Leopoldina. O uso atual das edificações é verificado no local, com informação da população.

Quadro 7 - Usos dos imóveis tombados no sítio histórico de Santa Leopoldina

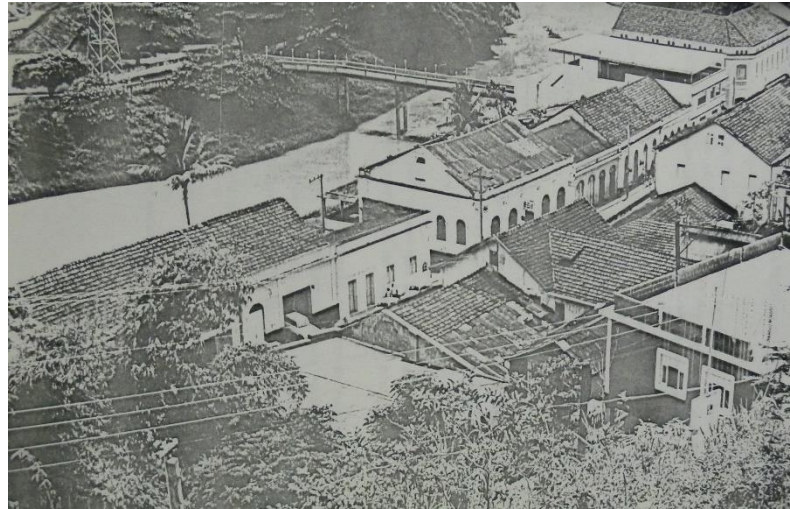
IMÓVEL TOMBADO		USO		
Endereço	Número conforme resolução CEC 05/1983	ORIGINAL	TOMBAMENTO	ATUAL
Rua Jerônimo Monteiro, nº 2	27	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal
Rua Jerônimo Monteiro, nº 8	31	Residencial	Residencial	Residencial
Rua Jerônimo Monteiro, nº 10	25	Residencial	Residencial	Residencial
Rua Jerônimo Monteiro, nº 16	22	Residencial	Residencial e Serviço (sapataria)	Residencial e Institucional
Rua Jerônimo Monteiro, nº 43	30	Residencial	Desocupado	Residencial
Rua Jerônimo Monteiro, nº 59	29	Residencial	Residencial	Residencial
Rua do Comércio, nº 1	2	Residencial	Residencial	Residencial
Rua do Comércio, nº 2	1	Residencial	Residencial	Residencial
Rua do Comércio, nº 3	3	Residencial	Residencial e Serviço	Institucional – Conselho Tutelar
		Obs.: O segundo pavimento funcionou como sede do Cachoeiro Futebol Clube.		
Rua Porfírio Furtado, s/n	28	Fábrica de cerveja	Chefatura de Polícia	Polícia
		Obs.: Primeira e única fábrica de cerveja da cidade, abasteceu Santa Leopoldina de cerveja e águas gasosas até 1940.		
Rua do Comércio, nº 11	5	Residencial e Comercial	Desocupada	Residencial e Comercial
Rua do Comércio, nº 13	6b	Hotel	Depósito de Armazém	Residencial e Comercial
Rua do Comércio, nº 14, 16, 18 e 20	4	-	Comércio / Residencial	Residencial e Comercial
Rua do Comércio, nº 15	8	Residencial	Comércio (quitanda) / desocupada	Supermercado
Rua do Comércio, nº 17	10	Residencial	Museu do Colono	Museu do Colono
Rua do Comércio, nº 24	6a	Comercial	Armazém	Comercial
Rua do Comércio, nº 26	7	Comercial	Serviços (bar e depósito)	Comercial
Rua do Comércio, nº 27	11	Residencial e Comercial	Térreo desocupado, superior residencial	Residencial e Comercial

Rua Barão de Rio Branco, nº 10 e 26	26	Residencial	Térreo desocupado, superior residencial	Residencial
Rua do Comércio, nº 34 e 36	9	Armazém	Bar e Cartório	Comércio
Rua do Comércio, nº 43	13	Armazém de café	Depósito	Institucional – Banco do Brasil
Rua do Comércio, nº 45 e 47	15	Armazém / Residência	Residencial e Serviços (Sindicato)	Comercial
Rua do Comércio, nº 51	17	Residencial e Comercial	Residencial e Comercial	Comercial
Rua do Comércio, nº 53	19	Comercial	Residencial e Serviços	Comercial
Rua do Comércio, nº 54	12	Armazém de café	Depósito do Armazém	Comercial e Institucional - SICOOB
Rua do Comércio, nº 55	21	Comercial	Residencial e Serviços (Cartório)	Comercial, Cartório e Residencial
Rua do Comércio, nº 57 e 59	23	Armazém	Residencial	Comercial
Rua do Comércio, nº 58, 60 e 62	14	-	Pensão / restaurante e laboratório	Comercial
Rua do Comércio, nº 63	24	-	Clube (uso esporádico)	Sem uso
Rua Bernardino Monteiro, nº 14	16	Residencial	Residencial – casa paroquial	Residencial – casa paroquial
Rua Bernardino Monteiro, nº 16	18	Residencial	Residencial	Residencial
Rua Bernardino Monteiro, nº 18	20	Escola	Residencial	Comercial – Casa do Agricultor

Fonte: Quadro elaborado pela autora. Informações de uso original e uso à época do tombamento, conforme fichas de bens culturais que constam no processo de tombamento dos imóveis de Santa Leopoldina; e uso atual das edificações verificado no local e com informação da população local

É possível observar que quase a totalidade dos imóveis tombados do sítio histórico de Santa Leopoldina mantém-se em uso, ainda que alguns imóveis com uso residencial tenham apenas uso eventual, conforme relato da população local. Além disso, o contexto em que os imóveis estão inseridos e as ruas onde estão localizados fazem parte da dinâmica urbana de Santa Leopoldina.

Figura 6 – Foto da vista da Rua do Comércio em Santa Leopoldina



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2009)

Figura 7 – Foto do sítio histórico de Santa Leopoldina, a partir da Igreja Matriz da Sagrada Família



Fonte: foto da autora, 03/02/2017

Em 2003, o CEC aprova a Resolução nº 003/2010, que “dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina” (ESPÍRITO SANTO, 2010, p.1). Esta resolução delimita a Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC de Santa Leopoldina, conforme Figura 8.

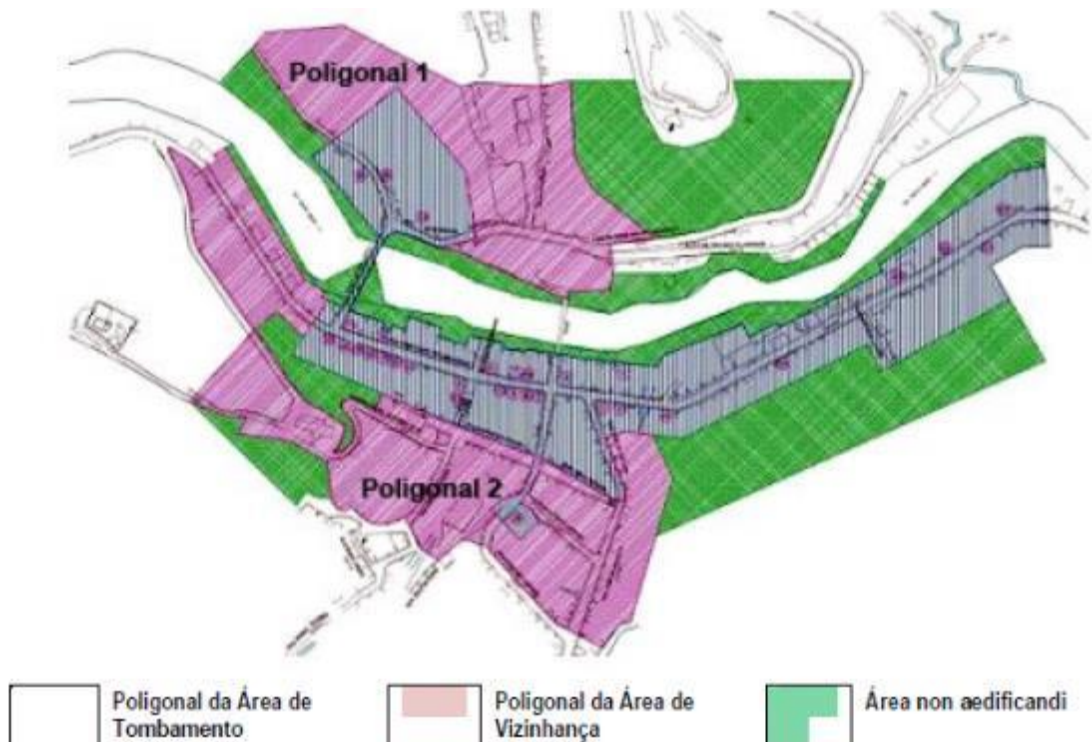
Figura 8 - Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC de Santa Leopoldina



Fonte: ESPIRITO SANTO (2010)

Na APAC, são definidas: a “Área de Tombamento”, onde estão localizados os imóveis tombados; a “Área de Vizinhança do Tombamento”, localizada no entorno do conjunto tombado, apresentada na Figura 9. A resolução define os tipos de uso permitidos nas áreas delimitadas, além dos índices urbanísticos de taxa de ocupação; gabarito e altura das edificações; e afastamentos.

Figura 9 - Delimitação feita na resolução CEC nº 003/2010 para as áreas de Tombamento, de Vizinhança e *non aedificandi* de Santa Leopoldina.



Fonte: ESPIRITO SANTO (2010)

Figura 10 - Localização dos imóveis tombados no Sítio Histórico de Santa Leopoldina.



Fonte: QUEIROZ (2013)

### 2.2.1. Campo Urbanístico Ambiental

A sede do município de Santa Leopoldina está situada entre a montanha e o rio. Segundo informações do IBGE, o município de Santa Leopoldina tem população estimada em 2016 de 12.887 em 2016<sup>6</sup>. Segundo dados do Censo de 2010<sup>7</sup> a população residente do município de Santa Leopoldina é de 12.240 pessoas, sendo 9.625 (78,63%) residentes na área rural e 2.615 (21,34%) na área urbana.

Atualmente com área de 718,097 km<sup>2</sup>, Santa Leopoldina é o município de maior extensão territorial do Espírito Santo, do qual são desmembradas áreas dos municípios de Santa Teresa, Afonso Cláudio e Itaguaçu. O relevo do município é montanhoso e segundo informações da Prefeitura Municipal, 57% da área do município têm declividade entre 30 e 100%.

<sup>6</sup><http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320450&search=espírito-santo|santa-leopoldina>, acesso em 07/02/2017

<sup>7</sup><http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320450&search=espírito-santo%7Csanta-leopoldina>, acesso em 07/02/2017



Os principais rios da cidade são o Santa Maria da Vitória, onde localizava-se o porto fluvial que proporciona a ascensão comercial do município, e o rio Reis Magos. As áreas urbanas da cidade são a sede, onde está localizado o Sítio Histórico, e os distritos de Djalma e Coutinho e Mangaraí. Na sede de Santa Leopoldina, predomina o uso residencial, atividade associada em muitos imóveis ao uso comercial e de serviço.

Santa Leopoldina é um dos mais antigos municípios do Espírito Santo, sendo também um dos primeiros núcleos urbanos a se instalar em terras não costeiras e um dos municípios mais importantes do processo de colonização do interior do Espírito Santo, tendo firmado esta posição, sobretudo a partir do início do século XIX.

Segundo informações do relatório da APAC, Santa Leopoldina é construída as margens do Rio Santa Maria ocupando um estreito vale relativamente plano, mas cercado por morros e montanhas em toda a sua volta. O crescimento se dá ao longo dos vales e mais recentemente de forma desordenada ocupando as encostas. Ainda assim, Santa Leopoldina é atualmente uma das cidades do estado que mais conserva a atmosfera de cidade do início do século passado, época do seu apogeu econômico cultural.

### **2.2.2. Campo Socioeconômico**

O produto interno bruto (PIB) de Santa Leopoldina, referente ao ano de 2014 é de R\$168.684,00<sup>8</sup>. A base econômica do município em 2008<sup>9</sup> era 47,9% referentes à agropecuária, 46,68% referente à comércio e serviços e 5,83% outros.

Segundo o relatório da APAC, 73.3% da população do município possui ocupação em atividades agropecuárias, o que se reflete no padrão de urbanização do Município, voltada ao apoio das atividades rurais. Os principais produtos da agropecuária da cidade são o café (38.4%), a banana (45.1%), o feijão (9.8%) e a tangerina.

Até o final da década de 1920 Santa Leopoldina, é o principal polo comercial da região, por onde escoava toda produção agrícola. O cultivo do café é importante para a cidade e sua produção é diretamente exportada para a Europa. A ligação do interior com a capital do estado e com o mar é então feita pelo rio Santa Maria da Vitória, partindo do Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, o mais importante polo comercial do Espírito Santo, servindo de centro de armazenagem, comercialização e distribuição de mercadorias.

---

<sup>8</sup><http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320450&idtema=162&search=espírito-santo|santa-leopoldina|produto-interno-bruto-dos-municípios-2014>, acesso em 09/03/2017.

<sup>9</sup> <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/Conteudo.aspx?ct=DADOSGERAIS&no=3>, acesso em acesso em 09/03/2017.

A primeira estrada de rodagem construída no estado é a estrada “Bernardino Monteiro”, ligando Santa Leopoldina a Santa Tereza, inaugurada em 1917. A partir de 1926 é iniciada a construção da estrada para Vitória. Com a construção desta estrada, que liga por via terrestre o interior à capital, o município passa a perder importância econômica.

### **2.2.3. Campo da Gestão**

Queiroz (2013) analisa os principais aspectos da legislação e da gestão do patrimônio no sítio histórico de Santa Leopoldina. A Câmara Municipal aprova em 1982 a Lei n. 516, a partir da minuta de lei para preservação do patrimônio tombado. A lei define o perímetro da Zona de Interesse Histórico (ZIH) e segundo o autor a lei tem uma visão bastante atual pois preconiza o “[...] compartilhamento das responsabilidades sobre a preservação do patrimônio, estabelecendo que a análise e aprovação dos projetos sejam feitas em conjunto pelo Município e pelo Estado” (QUEIROZ, 2013, p. 64). O autor observa, entretanto, que a lei não é empregada de maneira eficiente e é constantemente descumprida pela falta de fiscalização.

Além desta lei, o Código de Obras Municipal (Lei n. 667/1990) faz referência a imóveis tombados pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ou terrenos localizados na área de influência do tombamento. Nestes casos antes da aprovação os projetos devem ser instruídos e visados pela SPHAN. A respeito da composição da fachada de edificação vizinha a bens tombados, a lei estabelece que o órgão responsável pelo tombamento deve ser consultado antes da aprovação. O autor ressalta a necessidade de revisão da lei, pois no município de Santa Leopoldina não há imóveis tombados em nível federal, pela SPHAN, atual IPHAN. Dessa forma, as referências a SPHAN devem ser substituídas pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) e Secretaria Estadual de Cultura, órgãos responsáveis pelo tombamento estadual, que incide sobre o sítio histórico da cidade.

O Plano Diretor Municipal de Santa Leopoldina (Lei Complementar n. 1223/2007) estabelece Zonas Especiais de Interesse Histórico-Cultural (ZEIHC). Neste caso, o autor aponta como deficiência da legislação a inexistência de uma definição clara dos limites da zona, que é descrito em um dos anexos da lei de forma pouco específica.

O Plano Diretor do município cria também o “Programa de Valorização do Patrimônio Cultural” com o objetivo de valorização do patrimônio da cidade. Entretanto, segundo Queiroz, nenhuma das ações propostas pelo programa é posta em prática pelo Município. Além disso, o plano diretor indica o compartilhamento de responsabilidades entre o CEC e o órgão municipal para realização de intervenções em bens tombados; busca assegurar a integridade

do patrimônio tombado; amplia a preservação para além da visibilidade, adotando também a harmonia estética, arquitetônica e paisagística como critérios para análise das intervenções.

O Plano Diretor estabelece prazo de 12 meses para a revisão da Lei n. 516, que cria a Zona de Interesse Histórico (ZIH) e a Lei n. 667/1990, o código de obras do município. Entretanto, segundo Queiroz, nenhuma das leis é revisada.

No âmbito estadual, segundo Queiroz, a partir de 2008, a Secretaria Estadual de Cultural (SECULT) passa por uma reestruturação de seu quadro técnico e por meio da Gerência de Memória e Patrimônio inicia estudos para a “[...] criação de uma legislação que estabeleça diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes do recorte urbano, que no decorrer dos estudos é denominado de Área de Proteção do Ambiente Cultural” (QUEIROZ, 2013, p. 68). Como resultado destes estudos, para o sítio histórico de Santa Leopoldina especificamente, é estabelecida a resolução n. 003/2010.

No relatório da APAC, ressalta-se que a preservação do sítio histórico é um passo para a revitalização econômica e cultural da cidade, mas este não pode ser isolado. Para a eficácia do tombamento, aponta-se a necessidade de restauração e revitalização das edificações e implantação de infraestrutura para atender às atividades locais.

Conforme relatório da APAC, a presença do poder público é fundamental e é necessário que sua atribuição vá além da fiscalização, devendo oferecer orientação para as obras no Sítio Histórico, treinamento de mão de obra para serviços específicos de restauração, entre outros.

Uma indicação importante do relatório da APAC é a criação de um “Conselho Gestor do sítio histórico de Santa Leopoldina constituído por representantes do poder público, dos imóveis tombados e da sociedade local.” (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 89).

Segundo informações do relatório da APAC, em geral, as edificações tombadas permanecem em uso, mas destaca-se a importância da restauração e o retorno ao uso das edificações que encontram fechadas, como forma de dinamizar a vida local.

O relatório aponta ainda a existência de edificações que necessitam de intervenção urgente, mas que seus proprietários não têm interesse em restaurá-las em função do baixo retorno financeiro. Outros proprietários têm interesse na restauração, mas não possuem recursos para executá-las.

Queiroz (2013, p. 74) destaca “[...] que a política de preservação do patrimônio cultural, para o constituinte, deve ser participativa e aberta a todos os setores da sociedade [...]” e apresenta tentativas da SECULT de incentivar a participação popular nas ações de preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina, como a realização do “1º Seminário de Educação Patrimonial no Sítio Histórico de Santa Leopoldina” e a segunda edição do evento em dezembro de 2012.

O autor participa dos eventos e observa a baixa participação no primeiro evento, que conta apenas com três pessoas, e o segundo tem maior participação, com 20 pessoas. O autor observa, entretanto, que em ambos os eventos a participação da população restringe-se a ser ouvinte dos palestrantes.

Outras pesquisas realizadas no Patri\_Lab contribuem para a discussão sobre a gestão do sítio histórico de Santa Leopoldina e sobre a participação da população em sua preservação. Castro (2014) observa “a fragilidade ou mesmo inexistência de nexos identidade pela população em relação ao sítio histórico” (CASTRO, 2014, p. 114).

O resultado demonstra que o vínculo de memória afetiva com o lugar se divide entre os ambientes naturais – rio, cachoeiras, vegetação –, a Igreja Matriz – que não é tombada individualmente e integra a área de vizinhança – e o casario, sem praticamente nenhum em especial. [...] As respostas positivas quanto à identidade pelo casario tombado, se dá, em sua maior parte, por indivíduos que possuem maior grau de instrução[...]. (CASTRO, 2014, p. 114-115)

A autora conclui que o tombamento não garante a preservação efetiva. No caso específico de Santa Leopoldina não há sensibilização da população em relação ao sítio histórico, entretanto, o local tem vida ativa. “Não há conservação fetichista, com tendência a criação de cenários turísticos – espetacularização do patrimônio; não há tempo delimitado espacialmente. Há convivência de tempos e espaços” (CASTRO, 2014, p.117).

Castiglioni (2014) discute o papel da educação patrimonial como instrumento de geração e fortalecimento de formas de participação social. A autora aplica um roteiro metodológico de educação patrimonial numa escola em Santa Leopoldina. Um dos instrumentos do roteiro metodológico é a aplicação de um questionário em que se pede para responder um lugar da cidade do qual as crianças se lembrem. Neste item, a única edificação tombada lembrada é o museu do colono

Andrade (2015) realiza em Santa Leopoldina o trabalho “Projetando com as crianças da Escola Alice Holzmeister” e conclui que ocorre uma ruptura ou um afastamento da relação com a identidade local, pelo não reconhecimento do patrimônio pelas crianças, que propõem para a cidade uma nova arquitetura, com forma semelhante à cidade de Vitória. Tal fato é preocupante por demonstrar falta de afetividade, afastamento da história e desinteresse pela sua conservação e preservação.

### **3. EXPERIMENTO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA NO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA**

Neste capítulo, apresenta-se o experimento da metodologia participativa no sítio histórico de Santa Leopoldina. Apresenta-se o roteiro metodológico proposto, com descrição das atividades a serem realizadas e dos grupos envolvidos; o experimento da metodologia propriamente dito, com a descrição de como se dão as atividades; e, por último, avalia-se o experimento realizado.

#### **3.1. Roteiro Metodológico**

A partir do estudo de metodologias para participação social e tendo como referência atividades desenvolvidas pela Red Cimas e seu Manual para Metodologias Participativas, elabora-se o roteiro metodológico a ser aplicado em Santa Leopoldina, apresentado no Quadro 8.

Adota-se a como referência principal para a elaboração do roteiro metodológico o Manual Metodologias Participativas da Red Cimas por este ter sido desenvolvido a partir da experiência de mais de dez anos da atuação dos profissionais da rede e, além disso, em função deste manual apresentar diversas possibilidades de atividades participativas para cada uma das fases do processo participativo, sendo possível selecionar, a princípio, as atividades mais adequadas ao lugar e ao tema e fazer as adaptações necessárias ao caso específico.

Para o experimento do roteiro metodológico, são constituídos dois grupos para a realização das atividades, o Grupo Motor, composto por uma equipe mista de pessoas interessadas, vizinhos, voluntários e técnicos; e a Comissão de Seguimento, composta por representantes institucionais, associações representativas e os integrantes do Grupo Motor. As principais características destes grupos formados para o experimento da metodologia são descritas no Quadro 9.

As atividades são divididas em duas fases, uma de diagnóstico e a seguinte de propostas. Na fase de diagnóstico são propostas as seguintes atividades: Linha do Tempo, com os acontecimentos considerados importantes, relacionados ao sítio histórico de Santa Leopoldina; Matriz de perguntas e primeiras ideias, a atividade reúne o que sabemos ou intuímos sobre o sítio histórico de Santa Leopoldina e as primeiras ideias devem ser colocadas no quadro; Mapa de relações, com o mapeamento dos diferentes atores sociais presentes no território, instituições, organizações e sociedade não organizada, e das conexões existentes entre tais atores; e Deriva, passeio realizado para ouvir dos participantes um pouco das

histórias do sítio histórico de Santa Leopoldina in loco. Tais atividades foram desenvolvidas no âmbito do Grupo Motor.

Para finalização da fase de diagnóstico são desenvolvidas duas atividades no âmbito da Comissão do Seguimento, as Devoluções Criativas, para a apresentação dos resultados das atividades anteriores; e Matriz FOFA, com identificação de aspectos positivos internos (forças) e externos (oportunidades) e aspectos negativos internos (fraquezas) e externos (ameaças) relacionados ao sítio histórico de Santa Leopoldina.

A fase de propostas é composta por três atividades com o Grupo Motor, a Matriz reflexiva, técnica para construção de propostas que satisfaçam um conjunto de ações mais denso e extenso, aglutina realidades grupais com mais intensidade em torno de um projeto comum; a Técnica das nove questões, com perguntas que formulamos na hora de intervir sobre a realidade e que ajudam a elaborar as estratégias; e Ideia Força, para estabelecer o eixo principal das estratégias, expressar em uma frase que seja capaz de motivar a população a partir das redes de sua vida cotidiana.

Na fase de propostas, no âmbito da Comissão do Seguimento, após o trabalho de diagnóstico e estudo de propostas, estabelecem-se as estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com a participação social.

Quadro 8 - Roteiro Metodológico proposto pela pesquisa

Fase	Atividade	Participantes	Descrição
Diagnóstico	Linha do tempo	Grupo Motor	Linha do tempo dos acontecimentos considerados importantes pelo Grupo Motor, relacionados ao sítio histórico de Santa Leopoldina.
	Matriz de perguntas e primeiras ideias	Grupo Motor	A atividade reúne o que sabemos ou intuimos sobre o sítio histórico de Santa Leopoldina e as primeiras ideias devem ser colocadas no quadro.
	Entrevistas	Grupo Motor	Roteiro para entrevista apresentado no Apêndice A.
	Mapa de relações	Grupo Motor	Mapeamento dos diferentes atores sociais presentes no território. (Instituições, organizações e sociedade não organizada) e das conexões existentes entre tais atores.
	Deriva	Grupo Motor	Deriva, passeio realizado com Grupo Motor para ouvir dos participantes um pouco das histórias do sítio histórico de Santa Leopoldina <i>in loco</i> .
	Devoluções Criativas	Comissão do Seguimento	Etapa final do diagnóstico. Apresentação dos resultados das atividades anteriores.
	Matriz FOFA	Comissão do Seguimento	Aspectos positivos internos (forças) e externos (oportunidades) e aspectos negativos internos (fraquezas) e externos (ameaças). Quadro apresentado no Apêndice A.
Propostas	Matriz Reflexiva	Grupo Motor	Técnica para construção de propostas que satisfaçam um conjunto de ações mais denso e extenso, aglutina realidades grupais com mais intensidade em torno de um projeto comum.
	Técnica das nove questões	Grupo Motor	Perguntas que formulamos na hora de intervir sobre a realidade e que ajudam a elaborar as estratégias. Quadro apresentado no Apêndice A.
	Ideia Força	Grupo Motor	Estabelecer eixo principal das estratégias. Expressar em uma frase que seja capaz de motivar a população a partir das redes de sua vida cotidiana.
	Estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com a participação social	Comissão do Seguimento	Após o trabalho de diagnóstico e estudo de propostas, estabelecer as estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com a participação social.

Fonte: elaborado pela autora

As atividades são realizadas em dois grupos, o Grupo Motor e a Comissão do Seguimento. As principais características destes grupos formados para o experimento da metodologia são descritas no Quadro 9.

Quadro 9 - Grupo Motor e Comissão do Seguimento

GRUPO MOTOR E COMISSÃO DO SEGUIMENTO						
	Composição	Características	Participação no processo	Compromisso dos participantes	Dinâmicas de grupo	Papel dos técnicos externos
GRUPO MOTOR	- Equipe mista de pessoas interessadas (vizinhos, voluntários e técnicos).	- Grupo em construção para um trabalho; - Construção de identidade grupal para uma tarefa concreta; - É protagonista, mas a serviço do processo.	- Fonte de informação; - Auto-formação; - Preparar análise e diagnóstico; - Elaboração de Plano de Trabalho.	- Compromisso e responsabilidade com o processo; - Maior responsabilidade de envolver-se na ação.	- Informantes chave; - Derivas e caminhadas; - Grupo nominal; - Chuva de ideias; - Sociodrama; - Mapeamento, - etc.	- Animação; - Formação; - Informação; - Orientação; - Resolução de conflitos.
COMISSÃO DO SEGUIMENTO	- Representantes da administração; - Promotores do processo; - Associações representativas; - Grupo Motor.	- Reuniões de trabalho periódicas, mas de baixa periodicidade; - Participação ativa na supervisão e seguimento do processo.	- Negociação inicial; - Seções informativas ao final de cada fase; - Discussão do diagnóstico e negociação de propostas.	- Disponibilidade e responsabilidade no seguimento do processo; - Reforça seu envolvimento na negociação e difusão do diagnóstico e propostas.	- FOFA (fraquezas, oportunidades, forças e ameaças); - Painéis de especialistas; - Material audiovisual; - Gráficos; - Chuva de ideias; - etc.	- Informação; - Negociação; - Conscientização; - Avaliação.

Fonte: Quadro traduzido de “Metodologias Participativas – Manual” – *Observatorio Internacional de Ciudadania e Medio Ambiente Sostenible* (CIMAS, 2009)



Para realização das atividades, são elaborados ou adaptados quadros e roteiros apresentados no APÊNDICE A. A matriz de perguntas e primeiras ideias resultam de adaptação do Manual de metodologias participativas da Red CIMAS; um roteiro para realização de entrevista, a serem realizadas pela pesquisadora e também pelos próprios integrantes do Grupo Motor, pois a população local pode obter informações diversas das obtidas do pesquisador externo; Matriz FOFA; e quadro para aplicação da Técnica das nove questões. Tais quadros e roteiros são apresentados no APÊNDICE A e os quadros resultantes da realização da atividade são apresentados no próximo subcapítulo.

### 3.2. Experimento da metodologia no sítio histórico de Santa Leopoldina

A partir do roteiro metodológico formulado, passa-se à sua aplicação em campo, no sítio histórico de Santa Leopoldina.

Para aplicação da metodologia, inicia-se o trabalho de convidar participantes para composição do Grupo Motor. A princípio, são convidadas pessoas envolvidas anteriormente em atividades desenvolvidas pelo Patri\_Lab, por já serem conhecidas e interessadas no tema da preservação do patrimônio em Santa Leopoldina.

Numa primeira reunião realizada, com intenção de iniciar as atividades propostas no roteiro metodológico, comparecem apenas dois participantes. Esse grupo é considerado muito pequeno para realização da atividade, então opta-se por realizar uma apresentação da pesquisa, acompanhada de uma conversa sobre o sítio histórico de Santa Leopoldina, e a elaboração de uma lista de possíveis interessados no tema, para serem convidados para a próxima reunião e para compor o Grupo Motor.

Alguns fatores dificultam o experimento da metodologia, entre eles a dificuldade de se conseguir um local apropriado para a realização das reuniões. A Paróquia Divino Espírito Santo cede, gentilmente, seu salão para realização das atividades, devendo estas serem realizadas no período de funcionamento da secretaria paroquial, até as 17h. Com isso, a participação de algumas pessoas fica dificultada, por terem outros compromissos neste horário.

- Linha do tempo

A primeira atividade realizada é a “Linha do Tempo”, realizada no dia 15/02/2017, no salão paroquial da Paróquia Divino Espírito Santo. A sede da paróquia localiza-se no mesmo terreno que um dos imóveis tombados do sítio histórico de Santa Leopoldina, o imóvel da Rua Bernardino Monteiro, nº 14, que tinha uso original de residência e hoje é a casa paroquial.

Esta é a primeira reunião realizada com o Grupo Motor, então, além da atividade, é feita uma apresentação da pesquisa e do roteiro metodológico. Neste momento, busca-se deixar claro aos participantes os limites do trabalho realizado, em que, por se tratar de um experimento que compõe uma pesquisa acadêmica, não é possível estabelecer o compromisso de colocar em prática as estratégias propostas pelo grupo.

Estão presentes neste dia cinco participantes, que fazem suas apresentações e, mesmo antes do início da atividade de “Linha do Tempo”, contam um pouco de sua relação com o sítio histórico de Santa Leopoldina. O grupo é composto por pessoas de diferentes gerações e, naturalmente, com diferentes histórias. Uma das participantes é uma das proprietárias de um

dos imóveis tombados do sítio histórico de Santa Leopoldina, propriedade de sua família ao longo dos anos. Tal imóvel teve sua fachada completamente descaracterizada em relação às características originais, em função da necessidade de adaptação da edificação ao uso comercial. Foram modificados os vãos que davam ritmo à fachada, sendo ampliados e neles instalados portões de ferro de enrolar. Os quatro vãos foram transformados em dois vãos maiores e os pilares de pedra das extremidades dos vãos foram mantidos. Foi inserida, também nesta edificação, uma marquise de concreto armado e sobre ela um grande letreiro que identifica a loja.

A participante atribui tal modificação na edificação, sem a preocupação com a preservação de suas principais características, à falta de conhecimento e, conseqüentemente, de consciência em relação à preservação e a importância do imóvel. A participante nasceu e sempre morou em Santa Leopoldina e relatou que sempre teve apreço em relação às edificações antigas de Santa Leopoldina e, por isso, quando assumiu o negócio da família, realizou uma reforma na edificação de forma a retomar suas características originais na fachada. A documentação sobre a edificação era escassa, então a principal referência para a reforma foram os imóveis vizinhos, que mantiveram suas características originais. Com a reforma, foram reconstituídos os quatro vãos de portas na fachada, aproveitando os pilares originais das extremidades e construindo novos em concreto armado com acabamento parecido com o original, foi demolida a marquise em concreto armado e a identificação visual da loja é feita com uma pequena placa que não obstrui a fachada da edificação.

Uma das características negativas observadas no sítio histórico de Santa Leopoldina pelos participantes foi a poluição visual causada pelos grandes letreiros de identificação dos estabelecimentos colocados nas fachadas. A participante, por ter uma experiência na família, é cuidadosa nesta crítica, pois entende a falta de conscientização por parte de alguns em relação à valorização e preservação do patrimônio.

Outra participante da atividade é empresária do ramo do turismo, moradora de Santa Leopoldina. Mora na área urbana de Santa Leopoldina e é proprietária de uma pousada na área rural, aprecia a manutenção de características originais nas edificações e busca colocar isso em prática em seus imóveis, mas relata a dificuldade de se encontrar mão de obra capacitada em Santa Leopoldina para trabalhar com as técnicas originais das edificações. A empresária também participa de alguns conselhos da cidade, como o Conselho de Saúde e o Conselho do Plano Diretor Municipal.

O outro participante da atividade, também empresário do ramo do turismo, atua como guia turístico da região. Nasceu em Santa Leopoldina e sua família também reside nesta cidade. Morou em outros lugares, mas voltou para a cidade e já fez parte de gestões da prefeitura

municipal, trabalhando na área de cultura e turismo. Os empresários do ramo do turismo que participaram das atividades fazem parte da ALETUR, Associação Leopoldinense de Turismo de Santa Leopoldina e buscam estar em contato com a prefeitura municipal em projetos de valorização cultural da cidade.

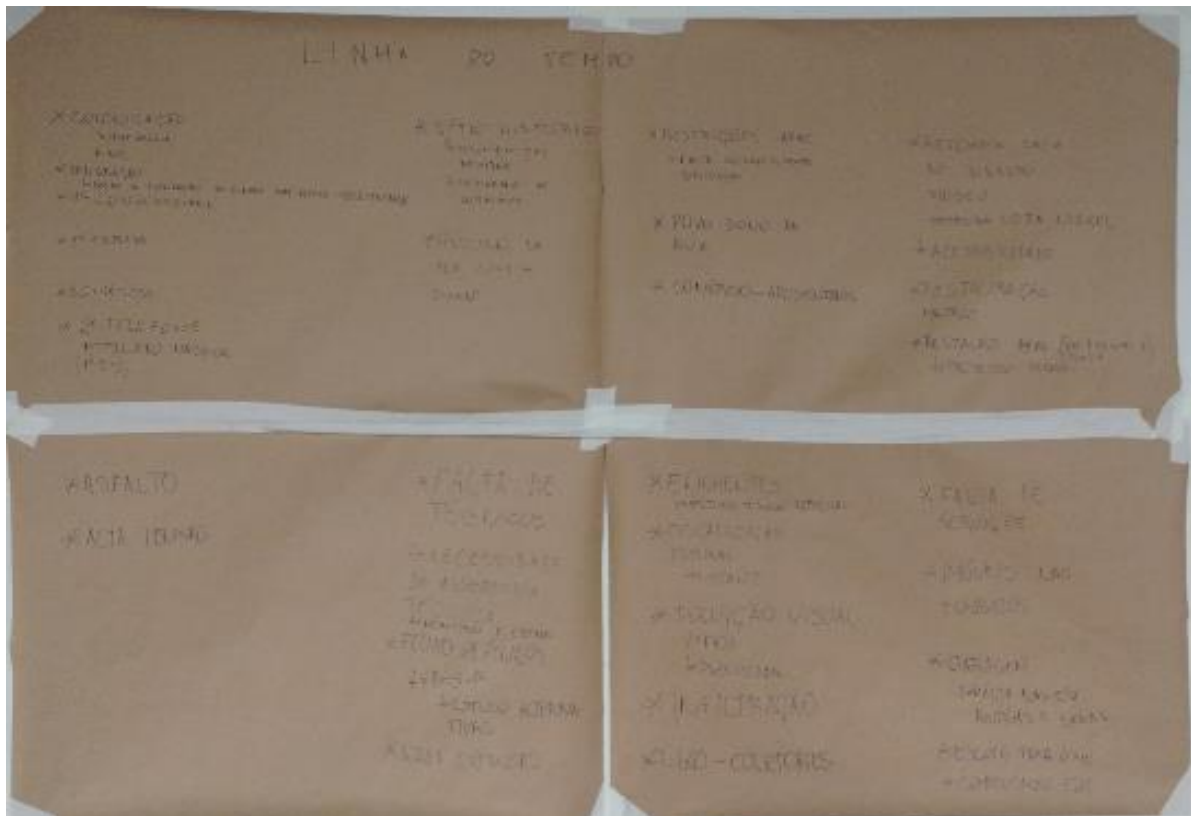
Dois outros participantes são os mais jovens a participarem da atividade. Ambos estudam arquitetura e urbanismo em Vitória. Suas famílias são de Santa Leopoldina e eles continuam morando na cidade, utilizando diariamente o transporte oferecido pela prefeitura municipal para ir e voltar da faculdade no turno noturno.

O relato descrito acima apresenta um pouco do perfil dos participantes do Grupo Motor e essas informações foram obtidas tanto na realização desta primeira atividade como nas atividades posteriores.

Para realização da “Linha do Tempo”, antes do início da reunião, prepara-se painel para atividade, com papel craft. Na realização da atividade, solicita-se que os participantes relatem fatos que consideram importantes, relacionados ao sítio histórico de Santa Leopoldina, que ocorreram ao longo do tempo, separando-os em fatos positivos e negativos.

O resultado da atividade é apresentado na Figura 11, com fotografia do painel elaborado durante a reunião. Essas informações foram reproduzidas na Figura 12.

Figura 11 - Foto Linha do tempo



Fonte: foto da autora, 15/02/2017.

A proposta da atividade era que os próprios participantes fossem ao painel e escrevessem os fatos que considerassem relevantes. Entretanto a dinâmica não funcionou dessa forma, os participantes relatavam os fatos, mas não tiveram a iniciativa de coloca-los no painel, então isso foi feito pela moderadora.

Uma das dificuldades encontradas é a sequência temporal dos acontecimentos. Por isso, os acontecimentos são divididos em três colunas, a primeira com os fatos considerados antigos, a segunda com fatos gerais relacionados ao Sítio Histórico, e a terceira com os fatos lembrados como mais recentes. Para os fatos apontados como negativos, são discutidas ao longo da reunião possibilidades de solução, além de ser apontada a necessidade de técnicos para a tomada de decisões.

Os participantes do Grupo Motor se mostram conhecedores do sítio histórico de Santa Leopoldina, interessados em sua preservação e apreciadores da cidade. Chama a atenção os participantes identificarem a necessidade de educação para conscientização da população em relação à importância da preservação do patrimônio e considerarem um fato positivo do sítio histórico de Santa Leopoldina ser utilizado. Esses fatos destacados coincidem com duas das estratégias identificadas nas Cartas Patrimoniais que contribuem para a participação social na preservação do patrimônio.

Figura 12 - Linha do tempo

## LINHA DO TEMPO

POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colonização             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Topografia</li> <li>• Rio</li> </ul> </li> <li>• Imigração             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorre desde a fundação da cidade até hoje – receptividade da população</li> </ul> </li> <li>• Importância da cidade:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª concessionária de veículos</li> <li>• 1ª estrada</li> <li>• 2º telefone no Brasil, 1º no Estado</li> <li>• Comércio</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítio Histórico             <ul style="list-style-type: none"> <li>• É utilizado</li> <li>• Integrado ao cotidiano</li> </ul> </li> <li>• Vínculo da população com a cidade</li> <li>• Restrição da APAC             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mantém as características da cidade</li> <li>• População não tem conhecimento</li> </ul> </li> <li>• “Povo é dono da rua”</li> <li>• Comércio             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposentados</li> <li>• População da área rural</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforma imóveis             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa do Cidadão</li> <li>• Museu</li> <li>• Loja Nickel</li> <li>• Igreja Matriz</li> <li>• 1914 – paralisado</li> </ul> </li> </ul>
NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrada</li> <li>• Rede de Alta tensão</li> <li>• Decadência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de técnicos – para projeto e execução</li> <li>• Necessidade de Assessoria Técnica             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Município e Estado</li> </ul> </li> <li>• Fluxo intenso de veículos             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de alternativas para desvio</li> <li>• Área de expansão urbana indefinida</li> </ul> </li> <li>• Enchentes             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo técnico represas</li> </ul> </li> <li>• Fiscalização estadual             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distante – município está mais próximo</li> </ul> </li> <li>• Poluição visual             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fios</li> <li>• Publicidade</li> </ul> </li> <li>• Infiltração</li> <li>• Coletores de lixo nas calçadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imóveis tombados que só preservam a fachada</li> <li>• Falta de serviços             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mão de obra</li> <li>• Imóveis importantes não tombados</li> </ul> </li> <li>• Garagem             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta nas edificações antigas e nas novas</li> </ul> </li> <li>• Esgoto direto no rio</li> <li>• Compensação EDP - represas</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

- Matriz de Perguntas e Primeiras Ideias

A segunda atividade desenvolvida é a “Matriz de Perguntas e Primeiras Ideias”, realizada no dia 15/03/2017, no salão paroquial da cidade. Estão presentes apenas dois participantes, mas opta-se por realizar a atividade, mesmo com o grupo bastante reduzido. Uma das participantes já havia participado da primeira atividade e o outro participante foi nesse dia pela primeira vez participar das atividades.

O novo participante já tinha sido apresentado à pesquisa na primeira tentativa de dar início ao experimento proposto no roteiro metodológico. O participante é contador aposentado pela prefeitura municipal e atua atualmente como autônomo. Nasceu em Santa Leopoldina e continua morando na cidade. Tem interesse na preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina e sempre que pode participa de atividades relacionadas ao sítio. Faz parte da Sociedade dos Amigos do Museu do Colono – SAMUCO, associação que já foi mais atuante na cidade.

Para realização da atividade, a matriz de perguntas e primeiras ideias é levada impressa, para ser preenchida pelos participantes. São explicados os aspectos do sítio histórico de Santa Leopoldina a serem analisados – urbano, ambiental, social, econômico, gestão e história e identidade – e as questões – O que sabemos? O que não sabemos? O que intuímos? e O que queremos?

A instrução para a atividade, segundo a metodologia, é o preenchimento do quadro primeiro individualmente para, em seguida, discutir os pontos com o Grupo Motor. Em função do número reduzido de pessoas na atividade, opta-se por realiza-la diretamente em grupo, na forma de discussão das perguntas relacionadas a todos os aspectos.

O resultado da atividade é apresentado no Quadro 10 e no Quadro 11, em que são reproduzidas as informações inseridas no quadro e discutidas ao longo da realização da atividade.

Começa-se a atividade pela pergunta “O que sabemos?”, que é respondida para todos os aspectos, e assim segue-se também para as demais perguntas. Eventualmente, durante a discussão, informações relacionadas a perguntas ou aspectos que não estavam sendo discutidas no momento são levantadas, então essa informação é inserida no campo correto da matriz, e a discussão a seu respeito é retomada no momento posterior.

A questão “O que não sabemos” é de difícil entendimento e resposta. As respostas giram em torno da falta de informação e de interesse da população, para os aspectos que são possíveis de serem respondidos e para outros o quadro ficou em branco.

Quadro 10 - Matriz de perguntas e primeiras ideias, parte 1

<b>MATRIZ DE PERGUNTAS E PRIMEIRAS IDEIAS</b>			
<b>PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA</b>			
	<b>Urbano</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Social (população)</b>
O que sabemos? (problemas, boas práticas, etc)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta conscientização;</li> <li>- Muitos casarões descaracterizados;</li> <li>- Aplicação de novos materiais nas fachadas;</li> <li>- Imigrantes: tradição de utilização de cores fortes no casario.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Urbanização precisa respeitar o relevo da cidade;</li> <li>- Lixo nas calçadas;</li> <li>- Lixeiras inadequadas;</li> <li>- Postes e fiação de energia;</li> <li>- Animais soltos nas ruas;</li> <li>- Limpeza urbana deficiente;</li> <li>- Pouca valorização do meio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de conscientização da população em relação à preservação do Sítio Histórico e preservação ambiental.</li> <li>- População de Santa Leopoldina se concentra na área rural.</li> </ul>
O que não sabemos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População em geral não conhece as leis, o que pode e o que não pode construir.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta interesse na preservação ambiental;</li> <li>- Falta conhecimento da legislação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há interesse da população em se informar sobre a legislação, sobre o que é melhor para a cidade.</li> </ul>
O que intuimos? (hipóteses)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpeza das fachadas;</li> <li>- Limpeza Urbana;</li> <li>- Paisagismo geral da cidade, viveiro próprio;</li> <li>- Há novos núcleos urbanos em expansão de forma ordenada, com uso habitacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização ambiental de Santa Leopoldina é maior por quem vem de fora do que de quem vive na cidade;</li> <li>- Falta mais conscientização ambiental no interior que no Centro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior ligação da população com o Sítio Histórico.</li> </ul>
O que queremos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Santa Leopoldina como Gramado;</li> <li>- Retirada do fluxo de caminhões do Sítio Histórico – risco de gerar prejuízos ao comércio;</li> <li>- Cidade bem cuidada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de lixeiras adequadas ao Sítio;</li> <li>- Limpeza pública melhor;</li> <li>- Preservação ambiental;</li> <li>- Plantas nativas em substituição ao eucalipto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pessoas passem a gostar mais de Santa Leopoldina, sentir orgulho da cidade;</li> <li>- População consciente dos aspectos urbanos, ambientais, históricos;</li> <li>- População participativa.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora



Quadro 11 - Matriz de perguntas e primeiras ideias, parte 2

<b>MATRIZ DE PERGUNTAS E PRIMEIRAS IDEIAS</b>			
<b>PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA</b>			
	<b>Econômico (atividade econômica e recursos financeiros)</b>	<b>Gestão</b>	<b>História e Identidade</b>
O que sabemos? (problemas, boas práticas, etc)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo nas cachoeiras;</li> <li>- Comércio movimentado também pelas pessoas do interior;</li> <li>- Falta de serviços públicos acarreta fuga do comércio local – compras ocorrem nas cidades vizinhas onde existe a oferta de serviços públicos;</li> <li>- Falta oportunidade de trabalho,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretaria de Cultura – SECULT – inibe a descaracterização, mas não consegue controlar o suficiente;</li> <li>- Prefeitura Municipal em geral não investe em cultura;</li> <li>- Associação Amigos do Colono já foi atuante na área cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há algum tempo havia nas escolas estudos sobre a história da cidade;</li> <li>- Falta identificação das novas gerações com a cidade;</li> <li>- Histórias de família contribuem para a ligação e interesse pela história da cidade.</li> </ul>
O que não sabemos?			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Se ainda há nas escolas estudos sobre a história da cidade.</li> </ul>
O que intuímos? (hipóteses)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencial turístico do Sítio Histórico de Santa Leopoldina;</li> <li>- Inclusão de Santa Leopoldina na região metropolitana de Vitória, com integração ao sistema de transporte metropolitano – facilitaria a mobilidade, possibilitaria a transformação da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de uma associação de moradores poderia contribuir para a melhoria da gestão, fortaleceria a comunidade;</li> <li>- Consultoria de técnicos da SECULT para realização de reformas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Se a história de Santa Leopoldina não for propagada para as novas gerações a identidade com a cidade vai acabar;</li> <li>- Teatro como forma de contar a história da cidade e conscientizar.</li> </ul>
O que queremos?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinheiro circulasse em Santa Leopoldina, atualmente deixam de consumir em Santa Leopoldina para consumir em outros municípios próximos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consultoria da Secult;</li> <li>- Cobrança maior da Secult à Prefeitura;</li> <li>- Educação Patrimonial;</li> <li>- Civismo;</li> <li>- Valorização das datas importantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização em relação à história da cidade nas escolas, em atividades culturais do Museu do Colono.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora

- Mapa de Relações

A terceira atividade desenvolvida é o “Mapa de Relações”, realizada no dia 29/03/2017, no salão paroquial da cidade (há uma tentativa de realizar a atividade no dia 22/03/2017, mas nenhum dos participantes comparece). Estão presentes três participantes.

O objetivo da atividade é realizar o mapeamento dos diferentes atores sociais presentes no território, separando-os nos grupos de instituições, organizações e sociedade não organizada, de acordo com o nível de poder simbólico, e, em seguida, identificar as conexões existentes entre tais atores.

É afixado papel craft à mesa e a atividade é explicada aos participantes. São distribuídos “post-its” aos participantes, de três cores diferentes, um para cada tipo de ator. Post its rosas para a identificação de atores com muito poder simbólico, post its laranjas para representar atores sociais organizados e post its verdes para representar setores da população não organizados. É apresentado, também, as possíveis relações a serem identificadas entre os atores, conforme Figura 13.

Figura 13 - Legenda de relações entre os atores



Fonte: adaptado pela autora tendo como referência “Metodologias Participativas – Manual” – *Observatorio Internacional de Ciudadania e Medio Ambiente Sostenible* (CIMAS,2009).

Os participantes identificam como atores com muito poder simbólico a Secretaria Estadual de Cultura – SECULT, a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina – PMSL, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, o Conselho Estadual de Cultura – CEC e a Igreja. Por último,

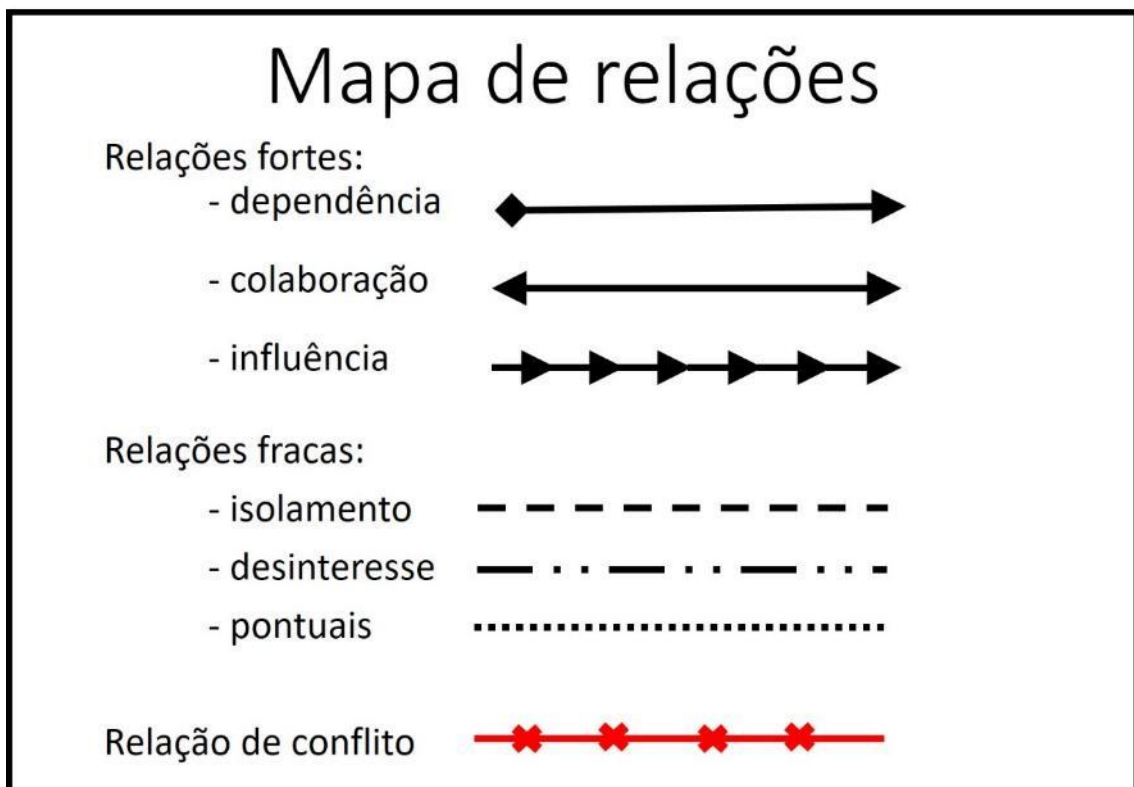
já depois da identificação da maior parte das relações entre os atores, lembra-se também da Câmara Municipal.

Como atores sociais organizados, identifica-se a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Leopoldina – CDL, a Sociedade dos Amigos do Museu do Colono – SAMUCO, lembrada apesar dos participantes destacarem que esta associação não tem sido muito atuante e a Associação Leopoldinense de Turismo de Santa Leopoldina – ALETUR, da qual participam apenas alguns dos empresários do setor na cidade. Lembra-se mais uma vez que Santa Leopoldina não possui uma Associação de Moradores.

Para representar setores da população não organizados, são lembrados os nomes de alguns cidadãos atuantes na preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina. Tais representantes são agrupados: 1) Ana Maria Ralph, Jorge Valdetaro e Atílio Silva, 2) Eugênio Pittol e Pedro Busatto, 3) Assunta Salvador e Cleide do Recanto do Manni, 4) Luca Lonardi e Maristela Pagung, 5) Proprietários de Casarios.

Na identificação das relações entre os atores, percebe-se a necessidade de acrescentar um novo tipo de relação forte, além das opções possíveis apresentadas. Acrescenta-se a relação de influência, para os casos em que um ator é capaz de influenciar os demais. Assim, a legenda para a leitura do Mapa de relações elaborado é alterada, apresentada na Figura 14.

Figura 14 - Legenda de relações entre os atores revisada



Fonte: adaptado pelo Grupo Motor tendo como referência a legenda apresentada pela autora

Identifica-se a relação de dependência entre os proprietários de casarios e o Conselho Estadual de Cultura, pois os proprietários dependem da autorização do CEC para realizar alterações em seus imóveis. Identifica-se relação de conflito entre os proprietários e a SECULT, por essa realizar a fiscalização dos imóveis. Também, identifica-se a relação de conflito entre a SECULT e a Igreja, que também é proprietária de um imóvel tombado. Identifica-se também relações de dependência entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e da própria Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, em relação ao Conselho Estadual de Cultura e em relação à SECULT.

Entre a Prefeitura Municipal e os proprietários, identifica-se relação de colaboração ao mesmo tempo em que há certo desinteresse entre as partes. Entre as relações exemplificadas na legenda, percebe-se necessidade de criação de um novo tipo de relação forte. A relação de influência que ocorre, por exemplo, entre a Igreja e os proprietários e entre a CDL e os proprietários. As ações tanto da Igreja como da CDL exercem influência e podem provocar ações semelhantes que partem dos proprietários.

Há relação de colaboração entre Ana Maria Ralph, Jorge Valdetado e Atílio Silva e a SAMUCO, já que esses cidadãos fazem parte da associação. Há relação de colaboração entre Assunta Salvador, Cleide do Recanto do Manni, Luca Lonardi e Maristela Pagung e a ALETUR, participantes dessa associação.

Por último, lembra-se da Câmara Municipal, que tem o importante papel de legislador e que por isso pode contribuir para a preservação do Sítio Histórico, mas pouco o faz. Sendo assim, identifica-se tal ator como isolado dos demais.

Na Figura 15 apresenta-se foto do mapa de relações produzido pelo Grupo Motor com a realização da atividade. Na Figura 16, as mesmas informações do mapa são reproduzidas em meio digital.

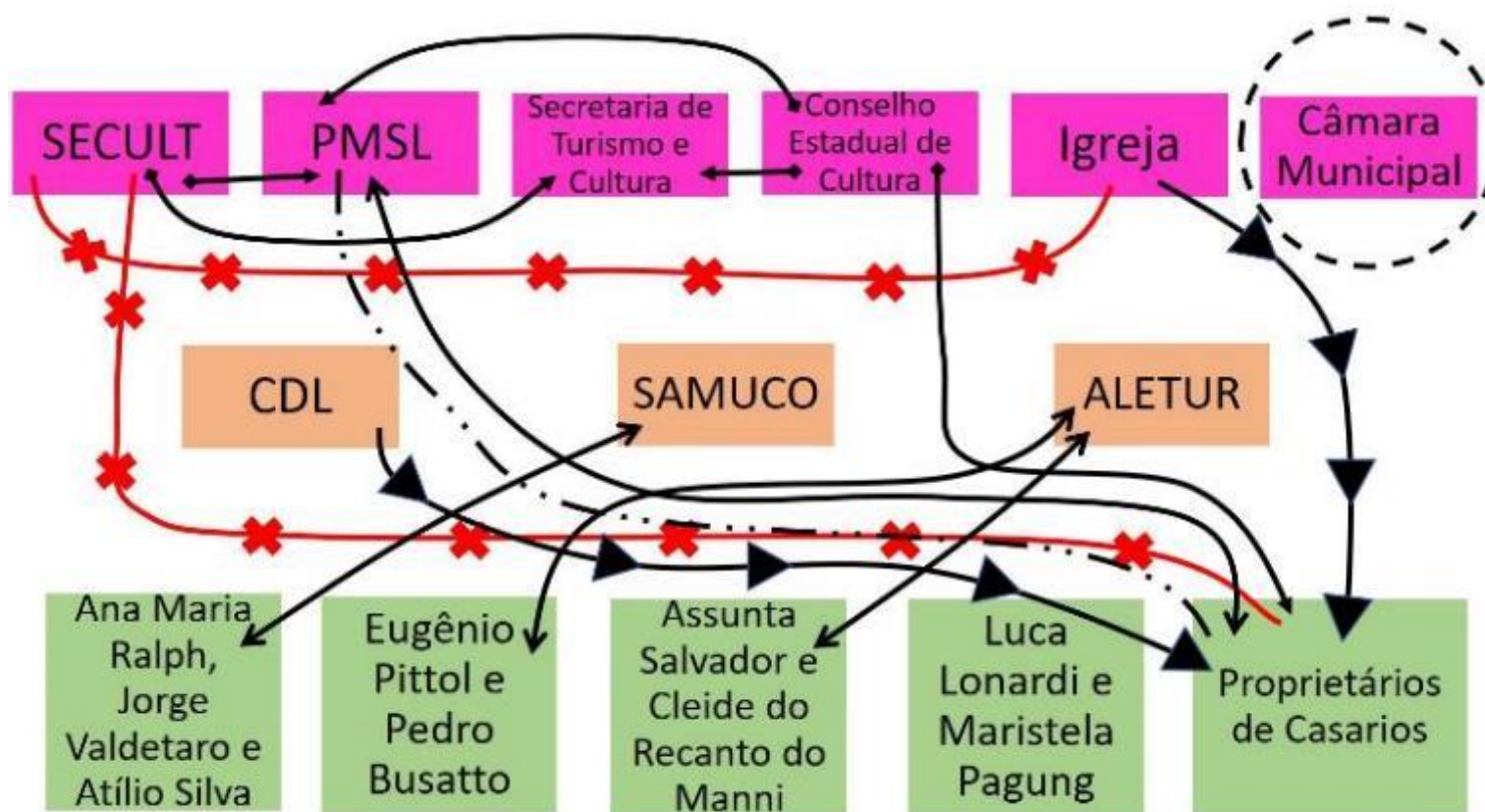
Figura 15 - Mapa de relações produzido pelo Grupo Motor



Fonte: foto da autora, 29/03/2017.

Figura 16 - Mapa de relações

# Mapa de relações



Fonte: elaborado pela autora

- Entrevistas

Conforme proposto no roteiro metodológico, os formulários de entrevistas são entregues aos participantes do Grupo Motor para que eles realizem entrevistas com a população local, na expectativa de se ter respostas mais abertas, em entrevistas realizadas por conhecidos. Quando estes formulários são entregues aos participantes, estes apresentam a intenção de entregá-los a conhecidos para que sejam respondidos, então explica-se novamente que a proposta é a realização de entrevistas, uma conversa entre conhecidos, tendo como guia as perguntas do formulário. Não se obtém retorno dos formulários entregues aos participantes e por isso não é possível avaliá-los.

Prevê-se, também, a realização de entrevistas pela autora, mas, nas tentativas de realizá-las, observa-se resistência por parte dos entrevistados. Uma das possíveis razões desta resistência está relacionada ao fato de não se conhecer a autora. Sendo assim, essa atividade, proposta no roteiro metodológico, não é realizada de forma a apresentar resultados para serem analisados ou avaliados.

- Deriva

A quarta atividade é uma Deriva, realizada no dia 01/04/2017. Estão presentes três participantes e realiza-se um percurso no Sítio Histórico, partindo da Praça da Independência, próximo à casa Paroquial, até a Prefeitura Municipal.

Percorrendo-se as ruas dos Sítio Histórico, é possível observar *in loco* e ouvir mais uma vez dos participantes alguns problemas do local, entre eles o lixo nas ruas, as calçadas estreitas, os grandes letreiros e fios que causam poluição visual nas fachadas. A poluição visual causada pelos fios pode ser observada na Figura 17.

Figura 17 – Foto do sítio histórico de Santa Leopoldina



Fonte: foto da autora, 03/02/2017

É possível confirmar a vivacidade do sítio histórico e que a maior parte dos imóveis se mantêm em uso, mesmo que algumas edificações com uso residencial tenham apenas uso parcial ou esporádico. É possível entrar em alguns imóveis tombados e verificar que muitos deles mantêm até mesmo móveis antigos, além de fachadas, pisos e forros, apesar de outros imóveis terem alteração interna completa. Observa-se também algumas patologias nas edificações, como infiltrações, que, segundo os participantes, ocorrem em grande parte dos imóveis e mesmo após a execução de reparos, em pouco tempo a patologia volta a se manifestar.

No percurso, os participantes também relatam algumas ocasiões em que a manifestação dos moradores contribui, pontualmente, para a preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina. Como quando a ESCELSA realiza a instalação de medidores de energia em local exposto da fachada das edificações. Quando algum morador se manifesta e solicita a instalação em local mais discreto, costuma ser atendido. Também relata-se uma ocasião em que o prefeito da cidade pretende demolir uma edificação de esquina, onde funciona o destacamento da polícia militar de Santa Leopoldina, para ampliação do acesso à rua José Fontana. A edificação não é tombada, mas tal demolição e ampliação da via alteraria o traçado urbano de Santa Leopoldina. A população se manifesta e a demolição não é executada. Comenta-se também o fato de que os imóveis que são mantidos com as mesmas famílias ao longo do tempo são mais preservados que os demais, possivelmente em função de uma consciência familiar, que passa pelas gerações.

Algumas edificações se destacam no percurso e são mais comentadas: a loja Nickel (rua do Comércio, n. 24), que tem sua fachada completamente alterada com a implantação de portões de ferro e é recentemente reformada para voltar a ter sua aparência original, sendo refeitas as proporções dos vãos originais. A edificação de esquina onde funciona o Conselho Tutelar (rua do Comércio, n. 3), em que é instalado um elevador internamente para garantir a acessibilidade à edificação. A Prefeitura Municipal, edificação tombada e que mantém o seu uso desde quando é projetada. Critica-se a instalação de aparelho de ar condicionado improvisado na fachada principal da edificação, que por ser institucional deve dar exemplo em zelar pelo patrimônio.

- Devoluções Criativas e Matriz FOFA

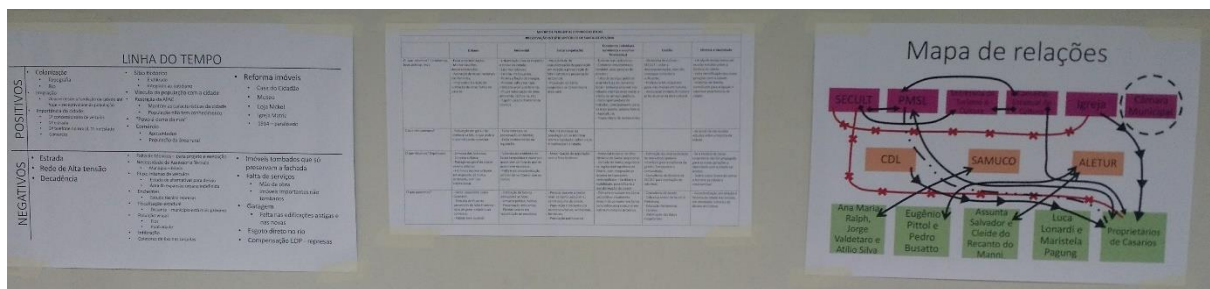
As últimas atividades da etapa de diagnóstico proposta no roteiro metodológico são as Devoluções Criativas e a Matriz FOFA. A previsão é de que tais atividades sejam realizadas com a Comissão do Seguimento, envolvendo, além de representantes da população que compõe o Grupo Motor e que participaram das atividades anteriores, representantes



institucionais envolvidos na preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina e outros atores identificados no Mapa de Relações.

O principal objetivo das Devoluções Criativas é a apresentação dos resultados das atividades desenvolvidas anteriormente com o Grupo Motor para um grupo mais amplo da sociedade e para representantes institucionais. Para tal apresentação foram impressos os materiais produzidos nas atividades anteriores para visualização pelos convidados, apresentados na Figura 18.

Figura 18 - Apresentação Devoluções Criativas



Fonte: foto da autora, 04/05/2017

Com a realização da Matriz FOFA pretende-se identificar conjuntamente, população e instituições, os aspectos positivos internos – forças - e externos – oportunidades - e aspectos negativos internos – fraquezas - e externos – ameaças, relacionados à preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina. A partir da construção de tal matriz, na fase de propostas será possível estabelecer as estratégias de forma a manter as forças, desenvolver as potencialidades, corrigir ou compensar as fraquezas e enfrentar as ameaças.

A primeira tentativa de realização da atividade ocorre no dia 04/05/2017, marcada para ocorrer durante a tarde, no salão paroquial. A secretária de Desenvolvimento, Cultura e Turismo esteve no local e foi apresentada ao trabalho em andamento e sugeriu, para uma maior participação da sociedade na atividade, que sua realização fosse remarcada para um outro dia, em local que fosse possível sua realização durante a noite. Sugeriu para isso a utilização da Câmara Municipal para realização das atividades.

A atividade foi então remarcada com os convidados para a semana seguinte, no dia 10/05/2017. No dia 04/05/2017 foi apresentado também o trabalho ao representante da SECULT convidado a participar da atividade.

Para viabilizar a realização da atividade na Câmara Municipal foi enviado à esta instituição ofício solicitando a utilização do espaço e tal solicitação foi gentilmente aceita. Aproveitou-se a oportunidade também para convidar representante da Câmara a participar da atividade, já que este foi um dos atores com muito poder simbólico identificado no Mapa de Relações elaborado pelo Grupo Motor.

Para a realização da atividade na nova data, 10/05/2017, a Secretaria de Desenvolvimento, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina enviou convite para participação na atividade a todos os secretários municipais e a todos os proprietários de imóveis tombados em Santa Leopoldina. Dessa forma, a convocação para a atividade foi feita também de forma institucional.

Entretanto, para a realização da atividade compareceram apenas três pessoas, dois deles participantes do Grupo Motor e um convidado, estudante de arquitetura e urbanismo que pretende estudar o sítio histórico de Santa Leopoldina em seu trabalho de conclusão de curso.

Mesmo com um grupo pequeno e na ausência de representantes institucionais, para não comprometer o cronograma das atividades, foram realizadas as atividades previstas para o dia: apresentação, devoluções criativas e Matriz FOFA. O resultado da atividade é apresentado no Quadro 12 e Quadro 13, em que são reproduzidas as informações inseridas na matriz e discutidas ao longo da realização da atividade.

Uma das fraquezas identificadas é a relação atual da cidade com o rio, pois a cidade dá as costas para o rio, o acesso às margens é difícil, o que pode ser observado na Figura 19.

Figura 19 – Foto da margem do rio, a partir da Praça da Independência



Fonte: foto da autora, 01/04/2017

Outra fraqueza identificada é a falta de participação da comunidade, o que pode ser exemplificado com o número mínimo de pessoas presentes, mesmo tendo sido convidados todos os secretários municipais e todos os proprietários de imóveis tombados, além das pessoas convidadas a participar da atividade pelo Grupo Motor. Os participantes relataram

que a única atividade relacionada à preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina em que a comunidade esteve presente e participou foi uma reunião realizada pela SECULT para divulgação de editais. Segundo eles, houve participação por haver possibilidade de se obter recursos financeiros com os editais. Ainda assim, apesar da presença de muitas pessoas, poucos submeterem efetivamente projetos para concorrer ao edital.

Quadro 12 - Matriz FOFA – Parte 1

PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA: O sítio histórico de Santa Leopoldina é protegido por tombamento estadual. Considera-se que para que o sítio histórico seja efetivamente preservado é necessário que haja participação social na preservação.		
	ASPECTOS POSITIVOS (fatores de êxito)	ASPECTOS NEGATIVOS (fatores de risco)
CIRCUNSTÂNCIAS INTERNAS (o que depende de nossas possibilidades)	<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilidade – manutenção do sítio histórico em uso;</li> <li>- Patrimônio familiar – passa na família;</li> <li>- Concentração do patrimônio – imóveis formam um conjunto, estão próximos, formam um corredor histórico;</li> <li>- Mecanismo de proteção de áreas ambientais – sumidouro do funil e outras áreas;</li> <li>- sítio histórico não está inserido em uma grande cidade;</li> <li>- Existência de áreas livres</li> <li>- Proximidade da capital – facilidade para o turismo;</li> <li>- História relevante da cidade;</li> <li>- Asfalto – menor influência da vibração dos veículos nas edificações</li> <li>- PDM – regulamentação do uso do solo na cidade, com comissão para aprovação de projetos;</li> <li>- Isenção do IPTU para imóveis preservados.</li> </ul>	<p><b>FRAQUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação do rio com a cidade – hoje a cidade dá as costas para o rio, acesso às margens do rio é difícil;</li> <li>- Trânsito, falta de estacionamento, fluxo de transporte pesado;</li> <li>- Influência do fluxo de veículos nos imóveis;</li> <li>- Quebra-molas – frenagem e retorno à velocidade afetam ainda mais as edificações;</li> <li>- Construção desordenada – descumprimento da resolução da APAC;</li> <li>- Existência de imóveis importantes que não são tombados – monumento dos imigrantes, igreja, entre outros;</li> <li>- Poluição visual – placas, fios, anúncios;</li> <li>- Poluição sonora causada pelo fluxo de veículos;</li> <li>- Mal-uso das áreas livres existentes;</li> <li>- Falta de aproveitamento de oportunidades como os editais da SECULT – falta de iniciativa;</li> <li>- Falta de conexão entre os imóveis tombados;</li> <li>- Asfalto – prejudica o pedestre, possibilita maior velocidade dos veículos, impermeabiliza o solo;</li> <li>- Falta de conscientização e de identidade cultural da população;</li> <li>- Falta de política de preservação municipal;</li> <li>- Falta de participação da comunidade.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 13 - Matriz FOFA – Parte 2

PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA: O sítio histórico de Santa Leopoldina é protegido por tombamento estadual. Considera-se que para que o sítio histórico seja efetivamente preservado é necessário que haja participação social na preservação.		
	ASPECTOS POSITIVOS (fatores de êxito)	ASPECTOS NEGATIVOS (fatores de risco)
CIRCUNSTÂNCIAS EXTERNAS (o que depende de fatores que não controlamos)	<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade do desvio do fluxo de veículos do centro;</li> <li>- Presença da SECULT;</li> <li>- Editais da SECULT;</li> <li>- Atrativos existentes na cidade – rio, casario histórico, oportunidade de exploração turística, com visitas guiadas;</li> <li>- Criação de um roteiro histórico turístico;</li> <li>- Pavimentação da rodovia – aumenta o fluxo turístico;</li> <li>- Presença dos imigrantes, Cônsul, oportunidade de captar investimentos do exterior;</li> <li>- Editais nacionais relacionados à cultura, lei Rouanet</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fluxo intenso de passagem para outras cidades;</li> <li>- Enchentes;</li> <li>- Falta de emendas parlamentares ou outros recursos – para projetos que precisariam de grandes investimentos, como o desvio do fluxo de veículos;</li> <li>- Pavimentação da rodovia – aumenta o tráfego pesado;</li> <li>- Falta de projetos para Editais nacionais relacionados à cultura, lei Rouanet</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora

- Matriz Reflexiva e Técnica das nove questões

A etapa de propostas se inicia com três atividades propostas ao Grupo Motor, realizada em 24/05/2017, no Salão Paroquial. Participam da atividade apenas duas pessoas do Grupo Motor. Com a matriz reflexiva e a técnica das nove questões pretende-se identificar as estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com participação social e, além disso, responder questões relacionadas a cada uma das estratégias: O quê? Por quê? Para quê? Para quem? Onde? Como? Quando? Com que? Quanto?

Observa-se, durante a realização da atividade, que as perguntas “Quando? Com que? Quanto?” são muito específicas, para serem respondidas num momento de identificação de estratégias. Sendo assim, das nove questões, restaram seis a serem respondidas e, ainda assim, algumas delas ficam sem respostas para algumas estratégias, conforme Quadro 14, Quadro 15 e Quadro 16.

- Ideia Força

Com a Ideia Força, pretende-se estabelecer um eixo principal das estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com participação social. Expressar em uma frase que seja capaz de motivar a população, a partir das redes de sua vida cotidiana.

Em função do pequeno grupo presente para realização da atividade não é possível estabelecer a Ideia Força.

- Estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com a participação social

A última atividade proposta a ser realizada com a Comissão do Seguimento no roteiro metodológico é uma apresentação das Estratégias para Preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina, com a participação social, identificadas a partir da Matriz Reflexiva e da Técnica das Nove Questões, realizada com o Grupo Motor. Esta atividade também é agendada para ocorrer no dia 24/05/2017, na Câmara Municipal de Santa Leopoldina. Novamente, são convidados os participantes do Grupo Motor e os atores identificados no mapa de relações.

Infelizmente, comparecem para a realização da atividade apenas os participantes do Grupo Motor e a secretária de Desenvolvimento, Cultura e Turismo. Além destes, o presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina comparece um pouco antes do horário marcado para a reunião e informa não poder permanecer. Então, faz-se uma apresentação sucinta do trabalho em desenvolvimento.

Como na atividade estão presentes apenas participantes do Grupo Motor, além da secretária de Desenvolvimento, Cultura e Turismo, faz-se uma apresentação da pesquisa e das atividades desenvolvidas anteriormente, principalmente para conhecimento da secretária, já que os demais presentes participaram da realização das atividades.

A secretária relata a dificuldade de fazer com que a população de Santa Leopoldina participe de ações relativas a preservação do sítio histórico e confirma o fato relatado durante a realização da Matriz FOFA pelos participantes, de que a única atividade relacionada à preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina em que a comunidade esteve presente e participou foi uma reunião realizada pela SECULT para divulgação de editais.

Considerando o pequeno grupo presente, opta-se por dar continuidade à elaboração da Matriz Reflexiva e da Técnica das Nove Questões, como forma de avaliar e complementar a atividade desenvolvida no âmbito do Grupo Motor.

Como resultado da atividade, elaboram-se o Quadro 14, Quadro 15 e Quadro 16, com a Matriz Reflexiva e as questões que foram possíveis de responder, referentes às estratégias sugeridas.

Quadro 14 - Matriz Reflexiva – Parte 1

ESTRATÉGIAS	QUESTÕES					
	O quê?	Por quê?	Para quê?	Para quem?	Onde?	Como?
Criar atrativo em Santa Leopoldina	Criar atrativo	Há grande fluxo apenas de passagem pela cidade, que só causa transtornos e não traz ganhos para o município	Possibilitar que quem hoje apenas passa pela cidade, pare aqui e fique algum tempo, usufrua da cidade	Visitantes, comércio, turismo	Sítio Histórico de Santa Leopoldina	
Implantação de pedágio para passagem no Sítio Histórico de Santa Leopoldina	Diminuir o fluxo de veículos de passagem	Porque o fluxo de passagem é grande e só prejudica a cidade	Para reduzir o fluxo de veículos no Sítio Histórico	População local	Sítio Histórico de Santa Leopoldina	
Fiscalização da legislação	Efetivar a fiscalização pela prefeitura municipal de Santa Leopoldina do PDM, da APAC, da legislação de tombamento	Atualmente praticamente não há fiscalização sobre o descumprimento da legislação	Para que a legislação existente, que protege o patrimônio, seja cumprida	PMSL, população	Município de Santa Leopoldina	
Conscientização sobre a regulamentação (PDM, APAC, tombamento)		Atualmente grande parte da população desconhece a legislação	Para que a população conheça a legislação e passe a respeitá-la	População	Município de Santa Leopoldina	Cartilha educativa para a população
Mobilidade com integração com a região metropolitana de Vitória	Facilitar a mobilidade entre Santa Leopoldina e a região metropolitana de Vitória	Atualmente as opções de deslocamento são restritas e os horários são limitados	Facilitar ida e volta para a região metropolitana – trabalho, estudo, lazer	Moradores de Santa Leopoldina e visitantes	Município de Santa Leopoldina	Ônibus com integração com o sistema Transcol

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 15 - Matriz Reflexiva – Parte 2

ESTRATÉGIAS	QUESTÕES					
	O quê?	Por quê?	Para quê?	Para quem?	Onde?	Como?
Melhoria dos espaços livres para serem convidativos para as pessoas		Identificou-se como uma força a existência de espaços livres no Sítio Histórico de Santa Leopoldina, mas também identificou-se como uma fraqueza o mal uso de tais espaços	Para oferecer espaços públicos de qualidade, mais adequados ao uso do local	População local	Sítio Histórico de Santa Leopoldina	
Conscientização sobre o lixo da cidade		O lixo é uma das fraquezas identificadas no Sítio Histórico de Santa Leopoldina	Para diminuir os transtornos gerados pelo lixo na cidade	População local	Município de Santa Leopoldina	Regulamentação de horários de coleta, penalidades, oficinas para conscientização, posterior coleta seletiva
Educação patrimonial		A educação é uma das formas identificadas para conscientização da população sobre o valor do patrimônio	Para conscientização da população sobre o patrimônio da cidade	Principalmente estudantes, que propagariam o conhecimento para suas famílias	Escolas do Município de Santa Leopoldina	
Oficina de capacitação para elaboração de projetos para editais de cultura e turismo		No último edital da SECULT diversas projetos foram recusados	Para melhorar a qualidade dos projetos submetidos para concorrer a recursos de editais	População local	Município de Santa Leopoldina	

Fonte: Elaborado pela autora



Quadro 16 - Matriz Reflexiva – Parte 3

ESTRATÉGIAS	QUESTÕES					
	O quê?	Por quê?	Para quê?	Para quem?	Onde?	Como?
Padronização da sinalização do comércio		A poluição visual decorrente da publicidade nas fachadas é uma das fraquezas identificadas no Sítio Histórico de Santa Leopoldina	Para eliminar a poluição visual do casario histórico	Proprietários e comerciantes	Sítio Histórico de Santa Leopoldina	
Atuação da Associação comercial do município – CDL	Incentivo a melhoria nos comércios da cidade	A ofertacomercial é limitada, não há um diferencial	Para que a cidade conte com locais interessantes para a população e para visitantes	Moradores de Santa Leopoldina e visitantes	Sítio Histórico de Santa Leopoldina	
Conscientização do poder público sobre a preservação		Atualmente a necessidade de preservação do Sítio Histórico de Santa Leopoldina não é consenso entre os secretarios municipais	Para que a preservação seja uma das diretrizes da política pública	Secretários Municipais	Município de Santa Leopoldina	

Fonte: Elaborado pela autora

### 3.3. Avaliação do Experimento

De forma geral, avalia-se como positivo o experimento realizado em Santa Leopoldina. É possível aplicar o roteiro metodológico proposto, com as limitações apontadas ao longo de sua descrição. É possível obter informações a respeito do sítio histórico de Santa Leopoldina não registradas nos documentos técnicos institucionais e, assim, cumpre-se o objetivo principal da realização de experimentação de metodologia participativa, que é ouvir cidadãos.

Os participantes do Grupo Motor são os protagonistas nas atividades e a mediadora tenta intervir o mínimo possível, com informações técnicas, realizando somente a condução da atividade.

Na etapa de diagnóstico, a realização do mapa de relações, terceira atividade do roteiro metodológico, o grupo está mais familiarizado com as atividades e interage melhor, alcançando-se um bom resultado.

Muitos fatores são positivos no experimento do roteiro metodológico. Os participantes do Grupo Motor, apesar de não estarem integrados anteriormente, na realização de alguma atividade específica, como para a constituição do Grupo Motor para este experimento, se conhecem, o que facilita a comunicação e a interação dos participantes na realização das atividades. Além disso, são pessoas interessadas na preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina e que têm uma relação de afetividade forte com a cidade, demonstrada sempre em sua fala, ao longo da realização das atividades. Esses participantes têm ainda bastante conhecimento sobre a cidade, acompanham as ações da gestão municipal e estadual na preservação do Sítio Histórico.

O Grupo Motor tem uma composição de um pequeno número de pessoas, com o número máximo de cinco participantes na realização das atividades e, além disso, algumas atividades são realizadas na ausência de alguns dos membros. Segundo os participantes, a população de Santa Leopoldina, em geral, não tem consciência e não valoriza o sítio histórico da cidade. Além das pessoas presentes nas atividades, são lembrados apenas outros poucos nomes de pessoas da cidade que se interessam pela preservação do sítio. Segundo os participantes, grande parte da população tem uma visão de necessidade de renovação da cidade e que a preservação do sítio histórico e do casario atrasa a cidade.

Algumas dificuldades ocorrem ao longo do experimento, como a limitação do horário para a realização das atividades, em função do local disponibilizado para sua realização. As atividades têm que ocorrer durante a tarde, até as 17 horas, em função do horário de funcionamento da Paróquia Divino Espírito Santo. Segundo os participantes, a realização das atividades no período noturno possibilitaria a participação de mais interessados, por não ser

o horário de trabalho da maioria. Apesar disso, mesmo as atividades realizadas durante a noite, como sugerido pelos participantes, têm a presença de um número muito pequeno de pessoas.

Outra dificuldade é a formação de um Grupo Motor coeso, pois a participação de cada participante ocorre de maneira esporádica, não estando todos presentes na realização de todas as atividades.

Em geral, nas atividades realizadas, necessita-se fazer pequenos ajustes, em relação à proposta metodológica inicial, em função de especificidades e da dinâmica do grupo. Na realização da linha do tempo, todas as informações são inseridas pela moderadora no quadro e não pelos participantes. A organização cronológica do quadro, com a sequência temporal dos acontecimentos, não é possível e eles são divididos em três colunas, a primeira com os fatos considerados antigos, a segunda com fatos gerais relacionados ao sítio histórico, e a terceira com os fatos lembrados como mais recentes.

No desenvolvimento da matriz de perguntas e primeiras ideias, a intenção é de que cada participante preencha seu quadro e, em seguida, os pontos sejam discutidos. Em função do pequeno grupo para realização da atividade, apenas dois participantes, além da mediadora, a atividade é realizada apenas na forma de discussão conjunta e preenchimento de um quadro único.

Tais pequenas alterações são consideradas normais e inerentes ao experimento metodológico participativo, que está condicionado ao comportamento dos participantes e por isso deve ser dinâmico e flexível.

No Quadro 17 apresenta-se o roteiro metodológico experimentado e uma breve descrição da ocorrência da atividade.

Quadro 17 - Roteiro metodológico experimentado

Fase	Atividade	Descrição
Diagnóstico	Linha do tempo	Linha do tempo dos acontecimentos considerados importantes pelo Grupo Motor, relacionados ao sítio histórico de Santa Leopoldina, separados em três colunas: acontecimentos antigos, fatos gerais e fatos recentes.
	Matriz de perguntas e primeiras ideias	O que sabemos ou intuímos sobre o sítio histórico de Santa Leopoldina e as primeiras ideias do que se pretende para o sítio.
	Entrevistas	Não é possível realizar
	Mapa de relações	Mapeamento dos diferentes atores sociais presentes no território e das conexões existentes entre tais atores.
	Deriva	Deriva, passeio, realizado com Grupo Motor para ouvir dos participantes um pouco das histórias do sítio histórico de Santa Leopoldina <i>in loco</i>
	Devoluções Criativas	Etapa final do diagnóstico. Apresentação dos resultados das atividades anteriores

	Matriz FOFA	Aspectos positivos internos (forças) e externos (oportunidades) e aspectos negativos internos (fraquezas) e externos (ameaças).
Propostas	Matriz Reflexiva	Técnica para construção de propostas que satisfaçam um conjunto de ações mais denso e extenso, aglutina realidades grupais com mais intensidade em torno de um projeto comum.
	Técnica das Seis Questões	Perguntas que formulamos na hora de intervir sobre a realidade e que ajudam a elaborar as estratégias.
	Ideia Força	Não é possível realizar
	Estratégias para preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina com a participação social	Não é possível realizar

Fonte: elaborado pela autora

A partir do experimento do roteiro metodológico, pode-se confirmar a hipótese de que inexistente participação social na preservação do sítio histórico de Santa Leopoldina. A falta de participação da comunidade é relatada em diversos momentos e é também confirmada pelo pequeno número de pessoas presentes ao longo das atividades do roteiro metodológico. Este é um problema identificado pelos participantes e também pelo poder público.

A secretária de Desenvolvimento, Cultura e Turismo considera ser necessário ir até a população, principalmente aos proprietários de imóveis tombados, e não os convidar para participar de reuniões, já que eles não comparecem. Especificamente para a experimentação do roteiro metodológico proposto, essa não foi a dinâmica escolhida, em função da limitação do tempo de desenvolvimento da pesquisa. Além disso, o objetivo é que a população seja autora das propostas e que estas sejam pensadas coletivamente, sendo, portanto, necessário a reunião dos interessados para a tomada de decisões conjuntamente.

Uma das hipóteses para a falta de participação social em Santa Leopoldina, levantada durante as atividades do roteiro metodológico, é a diversidade da população de Santa Leopoldina. A cidade se constitui a partir da imigração de pessoas de diversas procedências, conforme consta no processo de tombamento. Neste consta que, em 1860, vivem em Santa Leopoldina 232 famílias de colonos, vindos de diversas regiões, conforme Quadro 18.

Quadro 18 - Procedência dos colonos em Santa Leopoldina em 1860

Prussianos	384
Saxônios	76
Hessienses	61
Bandenses	27
Holsacianos	13
Nassauenses	13
Alemães de outras regiões	19
Imigrantes de língua alemã, mas de outras nacionalidades	376
Imigrantes de outras nações, mas que não falavam alemão	10

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2009)

A heterogeneidade na composição da população do município desde a época de sua formação é um dos fatores que pode contribuir para a atual falta de participação. A população procedente de diversas regiões, com cultura e costumes diferentes, contribui para a falta de coesão entre os moradores.

Além disso, Santa Leopoldina continua a receber imigrantes, um dos fatores para que isso ocorra, segundo os participantes do Grupo Motor, é a receptividade aos imigrantes que ainda ocorre na cidade. Os participantes relatam que, em geral, pessoas de fora que conhecem Santa Leopoldina pela primeira vez valorizam mais a cidade que seus próprios moradores.

Outro possível determinante que contribui para a falta de participação da população de Santa Leopoldina é o fato de a principal atividade econômica da sede ser o comércio, que tem seu auge no início do século XX e, após a construção da estrada que liga o interior à capital, entra em decadência. A atividade comercial desenvolvida em Santa Leopoldina tem como principal característica o fluxo, tanto de pessoas como de mercadorias. No período do auge da cidade, a sede é um importante entreposto comercial, com a ligação da produção do interior do estado com a capital através do porto. Entretanto, após a construção da estrada, a cidade entra em decadência, os grandes comerciantes deixam a região e, atualmente, praticamente não se observa legado desta atividade na cidade. O porto, por exemplo, não existe mais.

Grande parte dos imóveis do sítio histórico de Santa Leopoldina atualmente são utilizados por pequenos comércios, com mercadorias básicas para abastecimento da cidade. Os moradores necessitam de mercadorias complementares, que o comércio local não oferece e, por isso, são encontradas em outras cidades, principalmente em municípios da Região Metropolitana de Vitória. O comércio desenvolvido da cidade, tanto ao longo do tempo como atualmente, não cria estruturas importantes na cidade. O comércio local não gera produção, apenas fluxo de mercadorias, por isso, entende-se, a atividade não cria laços entre os cidadãos ou mesmo entre os trabalhadores, que, pela falta de especialização, podem ser facilmente substituídos. Também não há conexão entre a atividade comercial e o território, já que a mercadoria comercializada não é, em sua maioria, proveniente da produção local. Não há, por exemplo, vínculo forte entre a produção agropecuária do município e comércio na sede.

Os participantes comparam Santa Leopoldina a outras cidades do Espírito Santo e sugerem ser necessário criar um atrativo em Santa Leopoldina, apesar de valorizarem o sítio histórico da cidade. Segundo eles, não há em Santa Leopoldina comércio e serviços que ofereçam diferenciais, de forma a atrair pessoas, tanto moradores como visitantes.

O fluxo intenso de veículos de grande porte, as calçadas estreitas e a falta de lugares interessantes de estar, comerciais ou públicos, contribuem também para que as pessoas não permaneçam no Sítio Histórico, mas apenas passem por ele. Este fato, aliado à atividade

comercial desenvolvida na sede de Santa Leopoldina, indica o fluxo como a principal característica do sítio histórico de Santa Leopoldina, que funciona como eixo de circulação de mercadorias entre as cidades do interior e a capital, sem se vincular com o território da cidade ou seus cidadãos.

Durante a noite, praticamente todos os comércios estão fechados e são poucas as alternativas de serviços, inclusive de restaurantes. Os participantes das atividades do roteiro metodológico atribuem aos próprios comerciantes da cidade a responsabilidade por tal situação. Observam não haver interesse dos empresários em oferecer serviços diferenciados. Identifica-se a necessidade de ação por parte da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade para incentivar iniciativas dos comerciantes.

O município de Santa Leopoldina é desmembrado nos municípios de Santa Teresa, Afonso Cláudio e Itaguaçu. Este é outro fator que pode contribuir para a falta de coesão da população do município.

Outra hipótese para a falta de participação social em Santa Leopoldina é o fato de a população do município ser predominantemente rural. Apenas 21,34% da população vive na área urbana. Além disso, a base econômica do município também é agropecuária, concentrada, então, na área rural. De tais fatos, percebe-se que a base de sustentação do município não se encontra em sua sede, onde está localizado o sítio histórico, mas sim na área rural. Este pode ser um dos fatores que contribuem para a falta de interesse da população em participar de atividades relacionadas ao sítio histórico.

Um fato que exemplifica essa situação é o turismo em Santa Leopoldina. O município tem atrativos na área urbana, como o sítio histórico, e na área rural, como as cachoeiras. Entretanto o turismo que tem se desenvolvido no município atualmente é o turismo de aventura, desenvolvido na área rural de Santa Leopoldina, com oferta de diversos passeios pelas cachoeiras da cidade.

Especificamente relacionado ao tema da preservação do sítio histórico, é possível constatar a falta de conhecimento e falta de conscientização da população de Santa Leopoldina em relação ao sítio histórico da cidade. Diante de tais carências e ainda em uma população que não apresenta senso de coletividade, dificilmente haverá a participação da população na preservação do sítio histórico.

Sendo assim, o fomento à participação da população de Santa Leopoldina na preservação do sítio histórico da cidade é um desafio ainda maior, mas que não pode ser abandonado, pois, para a efetiva preservação, é necessário que haja participação da população. As estratégias para preservação dos sítios históricos com participação da população identificadas nas cartas patrimoniais devem ser exploradas na cidade para criar uma cultura de participativa.

Das seis estratégias identificadas percebe-se que em Santa Leopoldina há integração do patrimônio à vida social, pela intensa utilização do sítio, em que a maioria dos imóveis se encontram ocupados e em uso pela população, o que assegura a continuidade de sua vida, como preconiza a Carta de Atenas, de 1931.

A educação patrimonial e a informação são duas outras estratégias que podem contribuir para que se alcance a estratégia da efetiva participação social, com melhoria do atual cenário de desconhecimento e falta de conscientização da população da cidade em relação ao sítio histórico. A educação patrimonial diz respeito à necessidade de inclusão deste tema nos currículos escolares em todos os níveis – primário, médio e superior. Já a informação deve ser desenvolvida na medida em que a população tem acesso a informações claras e acessíveis sobre o sítio histórico, para possam participar da tomada de decisões a partir de seu próprio conhecimento. Sendo assim, tais estratégias devem ser aplicadas à Santa Leopoldina, como forma de fomentar a participação, derivada de assunto que a população passa a conhecer e, possivelmente, se interessar.

A descentralização e a integração ao planejamento urbano são duas outras estratégias para preservação dos sítios históricos com participação da população identificadas nas cartas patrimoniais. De acordo com os documentos, leis, decretos e resoluções, tais estratégias são atualmente aplicadas ao sítio histórico de Santa Leopoldina, considerando que existem instrumentos de preservação tanto estaduais como municipais, haveria descentralização. Não há, entretanto, compartilhamento de responsabilidades relacionadas ao sítio histórico, pelo contrário, falta integração entre a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina e os órgãos de preservação do Governo do Estado, o que é indispensável para a efetiva descentralização da gestão do patrimônio.

A criação de um órgão municipal de preservação é uma das indicações das cartas patrimoniais relacionadas à tal estratégia. Atualmente, em Santa , a Secretaria Municipal de Cultura tem o papel de contribuir com a preservação, mas não tem força, inclusive na própria prefeitura, para tornar a conservação do sítio histórico uma prática.

Em relação à integração do patrimônio ao planejamento urbano, as leis de uso e ocupação do solo da cidade tratam também dos imóveis tombados e suas especificidades. Entretanto, na ocupação do solo em si, há pouca preocupação ou fiscalização em relação às normas que dizem respeito à preservação do patrimônio. Sendo assim, essas duas estratégias devem ser aplicadas efetivamente em Santa Leopoldina, com a aplicação do que já preveem as leis e demais normas da cidade.

Retomando a escada da participação social, de Arnstein (1969), observa-se que em Santa Leopoldina não há processos participativos, como forma de integrar a população nas decisões

relacionadas às políticas públicas. Sendo assim, considera-se que a cidade se encontra em estágio ainda anterior ao primeiro degrau da participação, que é a manipulação, pois não há sequer qualquer tentativa de participação cidadã no município. Observa-se, a partir do relato dos participantes do grupo motor, uma relação de clientelismo entre os cidadãos e a Prefeitura Municipal, na pessoa do prefeito e dos secretários municipais. Os cidadãos sempre atribuem à prefeitura as obrigações e solicitam seu apoio para resolução de problemas pontuais.

Essa relação se repete em diversas cidades do Brasil, principalmente as cidades de interior e com pequeno número de habitantes, o que proporciona que todos se conheçam. O Brasil tem uma democracia relativamente nova e que, por isso, ainda tem muito o que evoluir e amadurecer. Além disso, vive-se um período de crise do modelo de representação política, com grandes demandas de renovação e mudança por parte da população. Este pode ser também um momento de oportunidade, para que a população passe a se interessar pelos assuntos que dizem respeito ao interesse público, para evoluir para uma democracia participativa, que possibilita a ampliação da democracia. Para isso é necessário esforço e disponibilidade por parte da população e o acompanhamento das ações dos representantes públicos.

Figura 20 - Foto da placa de tombamento, afixada nos imóveis tombados do sítio histórico de Santa Leopoldina



Fonte: foto da autora, 03/02/2017

Considera-se a possibilidade de aplicação deste roteiro metodológico em outros sítios históricos urbanos, com as adaptações necessárias, em função das circunstâncias concretas de cada lugar e em função de como as atividades se desenvolvem, como o grupo se comporta e interage na realização das atividades. Tal necessidade de adaptação e flexibilidade é



necessária em toda aplicação de metodologia participativa, por estar condicionada à uma dinâmica muito específica do grupo e do lugar.

Considera-se que a inclusão no roteiro metodológico de atividades de integração do grupo, além das atividades específicas relacionadas ao sítio histórico, pode contribuir para maior interação entre os participantes e, conseqüentemente, um melhor resultado nas atividades do roteiro.

Observa-se também a necessidade da realização das atividades do roteiro metodológico por uma equipe técnica multidisciplinar de apoio, além da mediadora. Com uma equipe é possível o aperfeiçoamento do material para apresentação das atividades, desenvolvimento de material de qualidade para convite da população, cobertura da realização das atividades com fotografias e vídeos, que podem ser utilizados posteriormente na apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação social nas políticas públicas com qualidade é uma questão complexa e, por isso, não vai se tornar efetiva rapidamente, mas, para que seja um dia alcançada, é necessário começar a colocá-la em prática. A participação possibilita o pleno exercício da democracia.

As novas tecnologias dão voz à população e, também, permitem ao poder público a abertura de novos canais para participação da sociedade. O importante é que tais canais e a participação social que possibilitam seja real, e não apenas um artifício para pacificar conflitos entre interesses dos diferentes atores envolvidos na gestão urbana. Para garantir essa perspectiva, a população precisa estar atenta do início ao fim dos processos, bem como a população e o poder público precisam atuar com honestidade na busca da defesa do interesse verdadeiramente coletivo.

A defesa da participação social como pressuposto para o alcance efetivo da salvaguarda de bens patrimoniais, reconhecida nas Cartas Patrimoniais, documentos de referência para políticas preservacionistas, confirma a hipótese do caráter indispensável da participação social. Assim, é possível identificar, também nas cartas, as estratégias que podem contribuir para a efetividade da participação na preservação do patrimônio.

A necessidade de participação social faz parte do discurso da preservação do patrimônio no Brasil. No entanto, quando busca-se praticar tal participação social, iniciam-se os desafios, em função da complexidade da questão. Para existir participação social é necessário amadurecimento das equipes envolvidas na elaboração de políticas e projetos, e também dos próprios cidadãos.

A observação dos casos de intervenção nas cidades de Porto Alegre e Belém confirmam as hipóteses do trabalho: na política patrimonial brasileira, não estão previstos instrumentos de participação social; esta ausência se reflete na preservação do patrimônio urbano; como não há instrumentos para participação social definidos na política de proteção patrimonial, a participação se dá de diferentes formas e com diferentes graus de envolvimento, ficando a mesma dependente das condições estabelecidas em sua operação, como os gestores e a população local participante do processo.

Em Porto Alegre, cidade com histórico de participação social nas políticas públicas e de valorização do patrimônio, é possível envolver a população nas intervenções, que, conseqüentemente, são bem recebidas pela população e despertam ainda maior interesse pela preservação, pela utilização de imóveis antigos, inclusive para moradia.

Já em Belém, a proposição de uma grande intervenção na feira do Ver-o-Peso sem a efetiva participação da população na tomada de decisões causa a suspensão de processos para contratação da obra e a necessidade de revisão do projeto desde a sua concepção, no programa de necessidades. A partir do estudo de tais casos, confirma-se que falta na política de preservação as regras definidas e claras nos processos de participação.

A partir do estudo de metodologias participativas e do contexto de aplicação da metodologia, o sítio histórico de Santa Leopoldina, é possível elaborar e realizar um experimento de um roteiro metodológico participativo na cidade. Na elaboração de tal roteiro e na realização das atividades busca-se adaptar as atividades à realidade local e ao comportamento dos participantes, o que é indispensável em um processo participativo, em que a população local é protagonista nas atividades.

Com a realização do experimento é possível aplicar o roteiro metodológico proposto, com as limitações apontadas ao longo da descrição do experimento. É possível obter informações a respeito do sítio histórico de Santa Leopoldina, não registradas nos documentos técnicos institucionais, e, assim, cumprir-se um objetivo importante na realização de experimentação de metodologia participativa, que é ouvir as pessoas.

Especificamente, com o experimento metodológico em Santa Leopoldina, confirma-se a hipótese da ausência de participação social no sítio histórico de Santa Leopoldina, tanto pela leitura do processo de tombamento, que apesar de haver diversas menções à necessidade de participação da população, pouco há de participação efetiva da mesma ou até manifestação de interesse por parte da população relativo à preservação; pelo número mínimo de pessoas que compareceram nas atividades, mesmo aquelas em que o convite foi reforçado pela secretaria municipal de desenvolvimento, cultura e turismo; e ainda pelo relato das pessoas presentes nas atividades, de que a população de Santa Leopoldina, em geral, pouco valoriza o sítio histórico e, principalmente os proprietários de imóveis tombados, rejeitam a preservação.

Em estudos de casos sobre a relação da população com a preservação dos sítios históricos observam-se, em geral, casos de rejeição à preservação e casos de receptividade à preservação. Já em Santa Leopoldina, o que se observa é a indiferença em relação à preservação do sítio histórico da cidade. O tombamento do sítio histórico de Santa Leopoldina ocorreu em nível estadual, pelo Conselho Estadual de Cultura, o que confere certo distanciamento entre a população local e órgão responsável pelo tombamento.

Para além da questão da preservação do sítio histórico, a cidade também não conta com políticas de participação em outras políticas públicas. É necessário desenvolver o processo participativo na cidade e a adesão da população não será imediata, pela falta de uma cultura

participativa, além da falta de coesão da própria população. Mas, a exemplo de Porto Alegre, que na experiência do Orçamento Participativo teve baixa participação inicial, mas ao longo do tempo, com o esforço e a verificação da efetividade das decisões tomadas no Orçamento Participativo, teve grande adesão da população, é possível, também em Santa Leopoldina, desenvolver uma cultura participativa e possibilitar aos cidadãos o pleno exercício da cidadania.

Considera-se a possibilidade de aplicação deste mesmo roteiro metodológico em outros sítios históricos urbanos, com as adaptações necessárias em função das circunstâncias concretas de cada lugar e em função de como as atividades se desenvolvem, como o grupo se comporta e interage na realização das atividades. Tal necessidade de adaptação e flexibilidade é necessária em qualquer aplicação de metodologia participativa, por estar condicionada à uma dinâmica muito específica do grupo e do lugar.

O estudo da participação social nas políticas públicas e, especificamente, na política de preservação do patrimônio é um tema rico e ainda com muitos estudos a serem desenvolvidos, com o objetivo de melhorar os processos de preservação do patrimônio, com o envolvimento da população local, considerada indispensável para a efetiva preservação.

Além disso, a aplicação do roteiro metodológico em Santa Leopoldina possibilitou a reunião de pessoas interessadas na preservação do sítio histórico da cidade, ainda que sejam poucas, e elaboração de um diagnóstico e de propostas para a preservação do sítio, de forma participativa. Diversos problemas foram identificados pelo grupo de pessoas participante das atividades, com isso foi possível provocar reflexão a respeito da preservação do sítio e a constatação da necessidade de conscientização da população de Santa Leopoldina sobre a importância do sítio histórico da cidade e sobre a necessidade de fomento à participação da população nas decisões relacionadas ao sítio.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Luis Paulo Arena. GOMES, Maria Eliete. SUSIN, Jones. Diagnóstico Rápido Urbano Participativo – DRUP. In BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- ANDRADE, Bruno Amaral de. **Representando o Patrimônio Territorial com Tecnologia da Geoinformação: Experimento em Santa Leopoldina / Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2015.
- ARAÚJO, Antonio Elgma. Método de Autodiagnóstico das Potencialidades Municipais e Planejamento de Ação – MAMPLA. In BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. AIP Journal. 1969.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez Editora, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e participação no Brasil democrático. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez Editora, 2010.
- BICCA, Briane Panitz. O centro histórico de Porto Alegre e o Projeto Monumenta: a estratégia dos eixos. In CASTILHO, Ana Luisa Howard de. VARGAS, Heliana Comin. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Barueri. Manole, 2009. p. 131-168.
- BONDUKU, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei 10.257/2001. Estatuto da Cidade**. Brasília: 2001.
- BROSE, Markus. O método ZOPP para planejamento e gestão de projetos. In BROSE, Markus (Org). Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- TANIA, A gestão participativa para o desenvolvimento local. Método GESPAP. In BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- CASTIGLIONI, Lorena de Andrade. **Educação Patrimonial e Desenvolvimento Local: Relação Sociedade-Patrimônio em Santa Leopoldina**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.
- CASTILHO, Ana Luisa Howard de. VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Barueri. Manole, 2009.
- CASTRO, Deborah Augusta do Amaral. ALMEIDA, Renata Hermann de. **Investigação acerca da Potencialidade dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade na Preservação de Sítios Históricos Urbanos: estudo em Santa Leopoldina,**
- CASTRO, Deborah Augusta do Amaral. **Instrumentos da Política Urbana e seus potenciais para a preservação de Sítios Históricos: possibilidades para Santa Leopoldina, Espírito Santo**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CIMAS. Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible. **Metodologías Participativas Manual**. Obra Colectiva, Madrid, 2009.

CYMBALISTA, Renato. A presença do Patrimônio Cultural nos Planos Diretores de municípios brasileiros. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 223-249.

DPJ arquitetura & engenharia Ltda. **Revitalização da Feira do Ver-o-Peso Projeto Básico**. Apresentação do Projeto. Belém, 2015. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/1\\_%20Ver-o-Peso%20-%20APRESENTA%C3%87%C3%83O%20R01.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/1_%20Ver-o-Peso%20-%20APRESENTA%C3%87%C3%83O%20R01.pdf), acesso em 26/04/2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Conselho Estadual de Cultura. **Resolução CEC nº 003, de 01/09/2010**. Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina. Disponível em [http://secult.es.gov.br/\\_midias/pdf/4745-4c8152c8e803b.pdf](http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4745-4c8152c8e803b.pdf), acesso em 27/02/2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Conselho Estadual de Cultura. **Resolução nº 05/83**, publicada no DIOES em 06/08/83, disponível em [http://secult.es.gov.br/\\_midias/pdf/2153-4a43f1b4bcf2a.pdf](http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/2153-4a43f1b4bcf2a.pdf), acesso em 18/04/2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Relatório da Análise da Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina**. Vitória, 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Tombamento de Santa Leopoldina**. Processo nº 44131895 de 11 de fevereiro de 2009.

**Espírito Santo**. FORUM PATRIMONIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v.6, n.2, ago. / dez. 2013.

GONÇALVES, Monica Amorim; PAIM, Paulo Renato; MARINATO, Cristina Fiorin; TEIXEIRA, Edmilson Costa; SOUZA, Welton Farias. **Definição de Roteiro Metodológico para Implantação Conjunta e Participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES**. II Simpósio “Experiências em gestão de Recursos Hídricos por Bacia Hidrográfica”. Atibaia:2010.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Parecer Técnico n. 084/2016, disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20084-16%20-%20Ver-o-Peso\\_digitalizado.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20084-16%20-%20Ver-o-Peso_digitalizado.pdf), acesso em 23/04/2017.

LIMA, José Júlio. TEIXEIRA, Luciana G. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará. In CASTILHO, Ana Luisa Howard de. VARGAS, Heliana Comin. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Barueri. Manole, 2009. p. 131-168.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez Editora, 2010.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar. In NATAL, Jorge. (Org.) **Território e Planejamento**. Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011.

PEREIRA, Andressa Christiane. **Procedimento metodológico participativo e embasado em análise multicritério para avaliação de configurações de barramentos**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2009.

PINHO, Talita Guimarães Fonseca. **Construção de proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana: estudo no “Território do Bem” bairro São Benedito – Vitória/ES**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

PINHO, Talita Guimarães Fonseca. **Construção de proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana: estudo no “Território do Bem” bairro São Benedito – Vitória/ES**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – Anpege, p. 241-277, V.11, n.16, jul-dez 2015. Vitória: 2015.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000 / 2010**. Brasília – DF: Iphan / Monumenta, 2012.

QUEIROZ, Rodrigo Zotelli. **Uso de ferramentas computacionais para análise de modificações na ambiência urbana de sítio histórico tombado: ensaio em Santa Leopoldina – ES**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

RANDOLPH, Rainer. O choque entre expertise técnica e experiência vivenciada: tentativas para sua superação num planejamento subversivo, In NATAL, Jorge. (Org.) **Território e Planejamento**. Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de Cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS. Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... In CASTILHO, Ana Luisa Howard de. VARGAS, Heliana Comin. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Barueri. Manole, 2009. p. 53-65.

WAGNER, Gastão Souza. Efeitos paradoxais da descentralização no sistema único de saúde no Brasil. In FLEURY, Sonia (org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

#### **CARTAS PATRIMONIAS:**

**Carta de Atenas**, 1931. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Veneza**, 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Normas de Quito**, 1967. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Compromisso de Brasília**, 1970. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Compromisso de Salvador**, 1971. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Declaração de Amsterdã**, 1975. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Manifesto de Amsterdã**, 1975. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Recomendações de Nairóbi**, 1976. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Machu Pichu**, 1977. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Washington**, 1986. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Petrópolis**, 1987. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Cabo Frio**, 1989. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Cabo%20Frio%201989.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Declaração de Sofia**, 1996. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>, acesso em 05/06/2016.

**Carta de Nova Olinda**, 2009. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Nova%20Olinda.pdf>, acesso em 05/06/2016.

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

**Intervenção para a Feira Ver-o-Peso em Belém (PA) é esclarecida pelo Iphan** Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3465/iphan%ADesclarece%ADsobre%ADproposta%ADde%ADintervencao%ADpara%ADa%ADfeira%ADver%ADo%ADpeso%ADem%ADpa2/2>, acesso em 29/04/2016

MADEIRO, Carlos. **Projeto para mudar mercado Ver-o-Peso causa polêmica em Belém do Pará**. Disponível em

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2016/02/16/projetoparamudarmercadoveropesocausapolemicaembelemdopara.htm>, acesso em 29/04/2016.

**Parecer do CAU/PA aponta mudanças que devem ser feitas no projeto de reforma do Ver-o-Peso**. Disponível em <http://www.caupa.gov.br/?p=8069>, acesso em 26/04/2016



## APÊNDICE A

Quadros elaborados para aplicação do roteiro metodológico:

<b>MATRIZ DE PERGUNTAS E PRIMEIRAS IDEIAS</b>						
<b>PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA</b>						
	<b>Urbano</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Social (população)</b>	<b>Econômico (atividade econômica e recursos financeiros)</b>	<b>Gestão</b>	<b>História e Identidade</b>
O que sabemos? (problemas, boas práticas, etc)						
O que não sabemos?						
O que intuímos? (hipóteses)						
O que queremos?						

Matriz de perguntas e primeiras ideias

Fonte: Quadro traduzido e adaptado de “Metodologias Participativas – Manual” – Observatorio Internacional de Ciudadania e Medio Ambiente Sostenible (CIMAS), 2009, pág. 16

## Roteiro para entrevista

<b>ENTREVISTA</b>
<b>Nome:</b>
<b>Idade:</b>
<b>Local de nascimento:</b>
<b>Local de residência:</b>
<b>Profissão / Ocupação:</b>
<b>Contatos:</b>
<b>Qual sua relação com o sítio histórico de Santa Leopoldina:</b>
<b>Você acompanhou transformações no sítio histórico de Santa Leopoldina? Como era o sítio histórico quando o conheceu?</b>
<b>Quais os aspectos positivos do Sítio Histórico?</b>
<b>O que pode ser melhorado no Sítio Histórico?</b>
<b>Quem são os agentes importantes na preservação do Sítio Histórico?</b>
<b>Você acredita que a população pode atuar na preservação do Sítio Histórico? Como?</b>

Fonte: Roteiro para entrevistas elaborado pela autora.

## Matriz FOFA

MATRIZ FOFA		
<p><b>PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA:</b>  O sítio histórico de Santa Leopoldina é protegido por tombamento estadual. Considera-se que para que o sítio histórico seja efetivamente preservado é necessário que haja participação social na preservação.</p>		
	<b>ASPECTOS POSITIVOS</b> (fatores de êxito)	<b>ASPECTOS NEGATIVOS</b> (fatores de risco)
	<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<b>CIRCUNSTÂNCIAS INTERNAS</b> (o que depende de nossas possibilidades)		
	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>CIRCUNSTÂNCIAS EXTERNAS</b> (o que depende de fatores que não controlamos)		

## Técnica das nove questões

ASPECTOS										
		O quê?	Por quê?	Para quê?	Para quem?	Onde?	Como?	Quando?	Com que?	Quanto?
PROPOSTAS										

Fonte: Quadro traduzido e adaptado de “Metodologias Participativas – Manual” – Observatorio Internacional de Ciudadania e Medio Ambiente Sostenible (CIMAS), 2009, pág. 56